

Anuário Brasileiro da Educação Básica ▶ 2020



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO





**Anuário Brasileiro
da Educação Básica
▶ 2020**



**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**



MODERNA

SUMÁRIO

Guia do Leitor.....	4
Índice Temático	6
Apresentação	10
OPINIÃO Priscila Cruz e Luciano Monteiro – As lições que devemos aprender	11

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A PANDEMIA DE COVID-19 13

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2019 21

INFOGRÁFICO Brasil: principais dados e indicadores de desigualdade	22
INFOGRÁFICO Educação nos Municípios	28
ESPECIAL Todos Pela Educação Educação Já: recomendações para a política educacional brasileira	32

OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 35

▶ Educação Infantil	36
Taxa de atendimento em creches e pré-escolas.	
▶ Ensino Fundamental	40
Taxa líquida de matrículas, atendimento e conclusão.	
▶ Ensino Médio	45
Taxa de atendimento, taxa líquida de matrículas e conclusão.	
INFOGRÁFICO População do campo, indígenas e quilombolas	50
▶ Educação Especial/Inclusiva	52
Taxa de atendimento e matrículas em classes comuns e especiais.	
▶ Alfabetização até 8 anos	56
Resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).	
▶ Educação Integral	60
Estabelecimentos e matrículas, por etapa de ensino.	

▶ Fluxo e Qualidade	64
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de aprovação, reprovação e abandono e taxa de distorção idade-série.	
INFOGRÁFICO De olho na qualidade – Brasil	72
INFOGRÁFICO PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes	75
▶ Escolaridade	76
Taxa média da população de 18 a 29 anos, por localidade, renda e raça/cor.	
▶ Alfabetização – 15 anos ou mais	82
Taxa nacional e regional, por localidade, renda e raça/cor.	
INFOGRÁFICO Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional	85
▶ EJA – Educação de Jovens e Adultos	86
Matrículas integradas à Educação Profissional, matrículas por etapa de ensino.	
▶ Educação Profissional	89
Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	
▶ Educação Superior	92
Taxa líquida de matrículas, por localidade e raça/cor.	
▶ Professores – Formação	98
Escolaridade e formação dos professores da Educação Básica.	
INFOGRÁFICO Talis	106
▶ Professores – Remuneração e Carreira	110
Rendimento dos professores da Educação Básica e ações de valorização da carreira.	
▶ Gestão Democrática	114
Municípios com Conselho Municipal de Educação, composição do Conselho e forma de nomeação e eleição dos diretores de escola.	
▶ Financiamento	119
Investimento público em relação ao PIB, por estudante e por etapa de ensino.	
Notas Técnicas	126



GUIA DO LEITOR

O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Para cada uma das metas, foi reservado um conjunto de páginas, que trazem os principais dados do tema abordado. Além disso, textos e infográficos especialmente elaborados para esta edição ajudam a dar uma visão geral do quadro educacional brasileiro. Na parte final, o leitor tem um painel dos desafios do ensino por unidade da federação.

Conheça melhor os conteúdos oferecidos pelo Anuário e entenda como aproveitar a ampla gama de informações oferecidas pela publicação

INDICADOR  PNE



A lupa indica os gráficos e tabelas que trazem indicadores relevantes para o acompanhamento das metas do PNE.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Seu a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 30% e a taxa líquida para 15% da população de 18 a 24 anos, integrando a qualidade da oferta e o acesso para pelo menos 40% das áreas prioritárias no segmento público.

Seu a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 70%, sendo, de posse, no mínimo, 50% de doutores.

Seu gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Matrículas	4.410.776	4.577.051	4.721.274					
Docentes	1.248.208	1.292.263	1.346.660					
Discentes	1.071.893	1.053.569	1.112.124					
Indicador	2.837	289	2.289					

10,7%

4 a taxa líquida de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos, aumentou ligeiramente de 44,7% para 44,8%.

35,8%

4 a taxa líquida de matrículas na Educação Superior no Distrito Federal, à sua Bahia, e de 34,6%.

O texto de abertura dá um panorama do tema e do esforço para alcançar a meta do PNE.

Gráficos e tabelas
Os principais números da Educação oferecem um retrato do quadro atual e a evolução dos anos recentes.

DE OLHO NA EQUIDADE

De Olho na Equidade

O Anuário destaca números que evidenciam as desigualdades educacionais, no quadro "De Olho na Equidade" e com um selo específico.

MUNICÍPIOS QUE ESTIMAM A DEMANDA POR ENSINO FUNDAMENTAL - 2019
2.815 **50,5%**

Conclusão
Porcentagem de jovens de 18 anos que concluíram o Ensino Fundamental - 2012-2019

Porcentagem de jovens de 18 anos que concluíram o Ensino Fundamental - 2019

SAIBA MAIS

Desde 2011, o percentagem de jovens de 18 anos que concluíram o Ensino Fundamental vem crescendo. Em 2019, 78,4% concluíram este etapa de ensino. Ainda assim, o ritmo de crescimento observado não é suficiente para o cumprimento da meta do PNE. Analisar as desigualdades ajuda a compreender esse quadro. 163 municípios prioritários, nos domínios de regular, muito e localidade. A maior distância (26 pontos percentuais) é entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos.

Textos complementares ajudam a entender os indicadores e o contexto de cada tema.

ESPECIAL

EDUCAÇÃO JÁ RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Foi nos mais recentes e recentes levantamento de qualidade da Educação Básica no Brasil. O PISA está longe de garantir oportunidades iguais a todos, mas sua produção de dados é fundamental para a tomada de decisões de longo prazo da população sobre os problemas sociais e de desenvolvimento. Certo que uma Educação de qualidade não resolve todos os problemas, mas, sem ela, será impossível construir uma sociedade desenvolvida e justa.

Há muito a ser feito. Apesar de avanços na política educacional nos últimos dez anos e de melhorias que alguns estados e municípios vêm apresentando em seus indicadores educacionais, a situação da Educação Básica em nível nacional ainda é crítica, considerando especialmente o que o Anuário Brasileiro de Educação Básica.

O acesso à escola já é praticamente garantido para todos os brasileiros, mas ainda há muito a ser feito. Apesar de avanços na política educacional nos últimos dez anos e de melhorias que alguns estados e municípios vêm apresentando em seus indicadores educacionais, a situação da Educação Básica em nível nacional ainda é crítica, considerando especialmente o que o Anuário Brasileiro de Educação Básica.

Diante desse contexto e com o objetivo de subsidiar o poder público com recomendações de políticas que possam melhorar os desafios da atual realidade do Brasil, o Anuário Brasileiro de Educação Básica, em colaboração com outras organizações e especialistas, lançou uma proposta inédita de estratégia nacional para a Educação Básica Brasileira. O plano, denominado Educação Já, nasceu a partir de uma consultoria e acompanhamento de boas práticas em sete grandes regiões, resumidas a seguir:

As recomendações foram sistematizadas no documento "Educação Já: Uma proposta de superação da desigualdade de qualidade para a Educação Básica Brasileira e o Plano Nacional de Educação 2024-2034", disponível em www.anuáriobrasileirodeeducacao.com.br. Para se de um conjunto de propostas elaboradas para a melhoria, pelo conhecimento consolidado da prática docente, por experiências de outros países e no mercado, além de pesquisas de opinião com professores e alunos.

As recomendações foram sistematizadas no documento "Educação Já: Uma proposta de superação da desigualdade de qualidade para a Educação Básica Brasileira e o Plano Nacional de Educação 2024-2034", disponível em www.anuáriobrasileirodeeducacao.com.br. Para se de um conjunto de propostas elaboradas para a melhoria, pelo conhecimento consolidado da prática docente, por experiências de outros países e no mercado, além de pesquisas de opinião com professores e alunos.

Tudo os que acompanham o Anuário Brasileiro de Educação Básica sabem que sua organização se sustenta sobre dois eixos centrais e um foco principal: o eixo editorial e o eixo de dados. O eixo editorial é responsável por garantir que o conteúdo do Anuário seja relevante e atualizado, enquanto o eixo de dados é responsável por garantir que os dados sejam confiáveis e de qualidade.

Como resultado desse trabalho, o Anuário Brasileiro de Educação Básica apresenta um conjunto de dados que permitem entender a realidade da educação brasileira em diferentes níveis e regiões.

Em 2020, o Anuário teve o privilégio de apresentar os resultados do PISA 2018, que trouxe à tona a importância de garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

A crise global que interrompeu o acesso à escola durante os meses de pandemia trouxe novos desafios e oportunidades para o sistema educacional brasileiro. Como resultado, o Anuário teve o privilégio de apresentar os resultados do PISA 2021, que trouxe à tona a importância de garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

Como resultado desse trabalho, o Anuário Brasileiro de Educação Básica apresenta um conjunto de dados que permitem entender a realidade da educação brasileira em diferentes níveis e regiões.

Necessariamente, os gestores públicos terão de se dedicar sobre o tema, para compreender e se antecipar aos efeitos mais graves da pandemia sobre a Educação, inclusive acompanhando exemplos de outros países e políticas implementadas adotadas.

No entanto, é fundamental reconhecer que a pandemia trouxe desafios e oportunidades para o sistema educacional brasileiro. Como resultado, o Anuário teve o privilégio de apresentar os resultados do PISA 2021, que trouxe à tona a importância de garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

A elevação da desigualdade é uma realidade para países ricos e pobres, e a prevenção vem sendo reforçada pelo UNICEF e pela OEA.

A partir de diferentes pesquisas internacionais, temos alguns desafios de colaboração e cooperação. O relatório "Educação e Qualidade de Vida" de 2020, desenvolvido pelo Anuário Brasileiro de Educação Básica, em parceria com o UNICEF, aponta que a educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país.

No entanto, é fundamental reconhecer que a pandemia trouxe desafios e oportunidades para o sistema educacional brasileiro. Como resultado, o Anuário teve o privilégio de apresentar os resultados do PISA 2021, que trouxe à tona a importância de garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

Educação Já!

Texto exclusivo traz as recomendações de Todos Pela Educação em colaboração com outras organizações e especialistas.

Covid-19

Entenda quais podem ser os impactos da pandemia do novo coronavírus na Educação brasileira.

Brasil, o movimento Todos pela Educação lançou um conjunto de notas técnicas, desde a criação da crise, buscando qualificar o debate público sobre o tema, com o objetivo de subsidiar o poder público com recomendações de políticas que possam melhorar os desafios da atual realidade do Brasil.

No entanto, é fundamental reconhecer que a pandemia trouxe desafios e oportunidades para o sistema educacional brasileiro. Como resultado, o Anuário teve o privilégio de apresentar os resultados do PISA 2021, que trouxe à tona a importância de garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

BRASIL

Este infográfico busca oferecer um panorama sobre a Educação Brasileira. O número de crianças e jovens na escola em 2019, os resultados das avaliações de aprendizagem, os desafios para a melhoria da qualidade da educação e as ações necessárias para garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros.

Número de crianças e jovens na escola por faixa etária

De 0 a 3 anos - 2018	Total: 3.207.656	De 6 a 14 anos - 2019	Total: 23.094.348
	35,7% das crianças de 0 a 3 anos estão na escola		99,7% das crianças e dos jovens de 6 a 14 anos estão na escola
De 4 a 5 anos - 2018	Total: 4.965.783	De 15 a 17 anos - 2019	Total: 8.339.005
	93,8% das crianças de 4 a 5 anos estão na escola		92,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola

Distorção idade-série - 2019

Ensino Fundamental: 16,2%

Ensino Médio: 26,2%

A distorção idade-série tem a ver com a repetição de anos letivos, o que pode ocorrer devido a diversos fatores, como a falta de infraestrutura, a falta de recursos humanos e a falta de recursos materiais.

Docentes Professores da Educação Básica - 2019

Total: 2.212.018

Por nível de escolaridade:

Nível de escolaridade	Porcentagem
Graduação	41,2%
Pós-graduação	44,7%
Bacharelado	8,8%
Técnicos	5,1%
Outros	0,3%

1,7 milhão está no Rede Pública

556 mil estão no Rede Privada

Percepção de turmas em que os professores têm formação compatível com o currículo

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Fundamental
Matemática	57,9	74,0
Língua Portuguesa	67,5	61,4

Orçamento da Educação Básica - 2019

Total: 161.426

Por fonte de recursos:

Fonte de recursos	Porcentagem
Recursos próprios	50,2%
Contribuição dos pais	15,2%
Contribuição da comunidade	13,7%
Contribuição dos empregadores	7,5%
Contribuição dos estudantes	6,4%
Contribuição dos pais	6,4%
Contribuição dos empregadores	5%
Contribuição dos estudantes	3,3%

Financiamento

R\$ 118 bilhões

4,6% do PIB

Ministério da Educação prevê para 2020

NOTAS TÉCNICAS

Este documento apresenta um conjunto de notas técnicas que abordam diversos aspectos da educação brasileira, desde a qualidade da educação até o acesso à escola para todos os brasileiros.

1. Qualidade da Educação

Este documento aborda a qualidade da educação brasileira, com foco nos resultados das avaliações de aprendizagem e nos desafios para a melhoria da qualidade da educação para todos os brasileiros.

2. Acesso à Escola

Este documento aborda o acesso à escola para todos os brasileiros, com foco nos desafios para garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

3. Financiamento

Este documento aborda o financiamento da educação brasileira, com foco nos desafios para garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

Organizados de forma atrativa, gráficos e tabelas especialmente selecionados oferecem um panorama dos indicadores educacionais.

Consulte também as notas técnicas dos gráficos e tabelas, nas páginas 126 e 127.

O espaço dedicado às unidades da federação traz dados das redes estaduais e das capitais.

RONDÔNIA

Em Rondônia, 44,2% dos estudantes das Anís Hilda de Ensino Fundamental possuem aproveitamento adequado para a etapa em Matemática, na rede pública. No Ensino Médio, esse percentual é de 31%. Para a rede privada, esse percentual é de 35% e 47%, respectivamente. Além disso, há 12 estabelecimentos de ensino médio em funcionamento no Estado.

População

1.777.225

Orçamento da Educação Básica

R\$ 1.136,00

12 Prática no País

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Nível	Índice
EF	98,3
EM	67,4

PORTO VELHO

Em Porto Velho, 13,7% dos estudantes das Anís Hilda de Ensino Fundamental possuem aproveitamento adequado para a etapa em Matemática, na rede pública. No Ensino Médio, esse percentual é de 29,2%. Para a rede privada, esse percentual é de 36,0% e 49,9%, respectivamente. Além disso, há 3 estabelecimentos de ensino médio em funcionamento no Estado.

População

15.590

Orçamento da Educação Básica

R\$ 194,3

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Nível	Índice
EF	95,8
EM	60,0

ESTADOS

Este infográfico apresenta um panorama dos indicadores educacionais dos estados brasileiros, com foco nos resultados das avaliações de aprendizagem e nos desafios para a melhoria da qualidade da educação para todos os brasileiros.

1. Qualidade da Educação

Este documento aborda a qualidade da educação brasileira, com foco nos resultados das avaliações de aprendizagem e nos desafios para a melhoria da qualidade da educação para todos os brasileiros.

2. Acesso à Escola

Este documento aborda o acesso à escola para todos os brasileiros, com foco nos desafios para garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

3. Financiamento

Este documento aborda o financiamento da educação brasileira, com foco nos desafios para garantir a qualidade da educação para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

Agora que você já sabe como o Anuário está organizado, encontre o que procura em nosso Índice Temático

ÍNDICE TEMÁTICO

ACESSO À ESCOLA

Alunos com deficiência

31, 52-55, 109

Atendimento

22, 24, 33, 37, 41, 46, 52-55, 130-183

Classes Especiais

52, 53, 54

Matrículas

26, 30, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 63, 87, 88, 90, 91, 93, 102, 130-183

Porcentagem de crianças e jovens na escola

22, 24, 37, 38, 39, 41, 43, 46, 48, 50, 53, 55, 130-183

Estabelecimentos

27, 29, 61, 62, 130-183

População do campo, indígenas e quilombolas

50-51

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO

Educação Infantil

26, 27, 36-39, 52, 61, 99, 119-123

Ensino Fundamental

26, 27, 40-44, 52, 61, 99, 119-123

Ensino Médio

26, 27, 45-49, 52, 61, 99, 119-123

Educação Básica

22, 23, 26-27, 31, 52, 61, 99, 103, 111, 114, 120-123

Educação Superior

92-97

Educação Profissional

52, 89-91

EJA – Educação de Jovens e Adultos

86-88

Educação Integral

60-63

TRAJETÓRIA ESCOLAR

Aprovação

66-67, 70

Reprovação

66-67, 70

Abandono

66-67, 70

Distorção idade-série

67-68, 71, 130-183

Conclusão

25, 42, 44, 47, 49, 130-183

APRENDIZAGEM

Alfabetização e alfabetismo

31, 47, 56-59, 82-84, 85

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

56-59

Equidade

36, 40, 45, 52, 56, 60, 64, 76,
82, 86, 89, 92, 98, 110

Escolaridade

23, 28-29, 76-81, 99, 103, 115, 116

Ideb

31, 65-66, 69, 130-183

PISA

75

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

25, 72-74

PROFESSORES

Total no Brasil

26

Escolaridade e formação

23, 29, 31, 98-105, 130-183

Remuneração

110-113

Motivação e satisfação com a carreira (Talis)

106-109

FINANCIAMENTO

Investimentos

120-123

Receitas

124-125

Fundeb

125

GESTÃO ESCOLAR

Formação e formas de escolha

114-118

ÍNDICE TEMÁTICO

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E CAPITAIS

Acre

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 132

Alagoas

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 156

Amapá

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 140

Amazonas

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 134

Bahia

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 160

Ceará

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 148

Distrito Federal

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 182

Espírito Santo

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 164

Goiás

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 180

Maranhão

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 144

Mato Grosso

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124,

Mato Grosso do Sul

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 176

Minas Gerais

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 178

Pará

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 138

Paraíba

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 152

Paraná

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 170

Pernambuco

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 154

Piauí

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 146

Rio de Janeiro

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 166

Rio Grande do Norte

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 150

Rio Grande do Sul

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 174

Rondônia

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 130

Roraima

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 136

Santa Catarina

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 172

São Paulo

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 168

Sergipe

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 158

Tocantins

38, 39, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 59, 62, 63, 69,
70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 91, 95, 96, 97,
103, 104, 105, 113, 116, 117, 118, 124, 142

APRESENTAÇÃO

Desde 2012, o Anuário Brasileiro da Educação Básica organiza e sistematiza didaticamente os principais dados sobre a Educação brasileira, como uma ferramenta de trabalho para gestores públicos, pesquisadores, jornalistas e todos os profissionais cujo cotidiano se relaciona direta ou indiretamente à melhoria da Educação.

A publicação reúne as informações mais recentes de fontes primárias, como as pesquisas do IBGE e do Inep/MEC, e também avança ano após ano ao analisar os indicadores e reelaborá-los a partir dos microdados. A presente edição é enriquecida ainda com os dados relativos à Educação nos Estados e nas capitais brasileiras.

A perspectiva histórica, presente nas séries publicadas, possibilita entender as tendências que compõem dinamicamente os avanços e eventuais retrocessos do ensino no Brasil.

Dessa forma, o Anuário consolida-se entre os estudos que melhor permitem compreender e equacionar os desafios da Educação brasileira.

A organização didática de um conjunto tão vasto de números é um desafio editorial. O Anuário está comprometido com uma agenda de transformações, e esta é a razão do alinhamento das informações segundo as metas do Plano Nacional de Educação. Mas tal escolha não impede que a publicação seja sensível aos movimentos intempestivos da história – e a pandemia da Covid-19 abre um novo capítulo na Educação brasileira.

Nesta edição, procurou-se incorporar as análises possíveis a partir do advento da pandemia, que tende a agravar o cenário de desigualdades e desafia a sociedade brasileira a construir um novo futuro para seu sistema educativo. Para isso, mais do nunca, informações, evidências e análises bem embasadas se mostram fundamentais, e é essa contribuição que o Anuário traz para seus leitores, sempre com o objetivo de assegurar na plenitude o direito à aprendizagem de nossas crianças e adolescentes.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal, Paulo de Camargo,
Caio Sato, Maria Laura Gomes
Lopes, Elder Sant'Anna e Paula Bosi

TODOS PELA EDUCAÇÃO

Diretor de Políticas Educacionais
Olavo Nogueira Filho

Gerente de Políticas Educacionais
Gabriel Corrêa

Gerente de Comunicação
Bárbara Benatti

Coordenador do Núcleo de Inteligência
Caio Sato

Produção técnica

Caio Sato, Elder Sant'Anna, Maria Laura
Gomes Lopes

Educação Já

Iniciativa do Todos Pela Educação

EDITORIA MODERNA

Gerente de Relações Institucionais
Karyne Arruda de Alencar Castro

Gerente de Design e Produção Gráfica
Everson Laurindo de Paula

Projeto gráfico e Capa
APIS design

Edição de arte e editoração eletrônica
APIS design

Infografia
APIS design

Revisão

Paula Bosi, Beatriz Maia, Todos Pela
Educação e Renata Del Nero

Coordenação de pesquisa iconográfica
Luciano Baneza Gabarron

Coordenação de bureau
Rubens M. Rodrigues

Pré-impressão

Alexandre Petreca, Everton L. de
Oliveira Silva, Denize Feitoza Maciel,
Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa

Coordenação de produção industrial
Wendell Jim C. Monteiro

Impressão e acabamento

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORIA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento:

Tel. (0__11) 2602-5510
www.moderna.com.br
2020 • Impresso no Brasil

As lições que devemos aprender

Uma tragédia global como a pandemia da Covid-19 concentra muitas representações simbólicas. De um evento dramático como esse pode-se dizer muito, mas não que se trata de uma oportunidade ou que deixa algum tipo de bom legado. Por outro lado, há, sim, aprendizados. O impacto causado, seja no plano individual ou no âmbito coletivo, deixa lições – e é muito importante que saibamos identificá-las, entendê-las e usá-las para buscar um futuro melhor.

A primeira lição da pandemia da Covid-19 está no valor da Ciência como um patrimônio valioso da humanidade. Igualmente importante, a informação de qualidade e credibilidade tem sido determinante para dar às pessoas condições de tomar decisões individuais, sem as quais todos estariam no escuro, e muito mais gente morreria.

Tais lições serão decisivas para lidarmos com o impacto dessa crise sem precedentes na área da Educação. Além da grave situação dos infectados, entre as primeiras vítimas da Covid-19 estiveram as escolas fechadas e 1,5 bilhão de crianças e jovens, em todo o mundo, que ficaram em casa. Ainda que os esforços emergenciais para ofertar alternativas de ensino remoto tenham sido importantes, uma grande parte dos alunos não teve acesso a nenhuma alternativa. Estamos, portanto, frente à ampliação das distâncias promovidas pela desigualdade, aprofundada pela pandemia.

Nesse cenário, e em particular no contexto social, político e econômico brasileiro, mais do que nunca, boas decisões de governantes, boas políticas públicas, boas estratégias de ação, emergenciais ou de longo prazo, precisam ser tomadas com base em evidências científicas, em pesquisa, em avaliação, em conhecimento.

Sem isso, não há chance de enfrentarmos os desafios futuros que se somam aos problemas históricos da Educação brasileira. Há um País a reconstruir, quando se trata da Educação Pública. Será preciso um conjunto de políticas integradas, dialogadas, pactuadas; serão necessários recursos financeiros, humanos, tecnológicos; será essencial um planejamento inteligente e socialmente sensível para olhar para as diferenças, para as vulnerabilidades, para as crianças e os adolescentes de diferentes contextos sociais.

Temos em nossas mãos muito do que precisamos – evidências, conhecimentos, boas práticas a serem compartilhadas, 2,2 milhões de professores que se mostraram absolutamente responsáveis com os desafios de sua profissão. Mas precisamos de governos, em todas as esferas, que assumam o desafio de promover políticas para um projeto educacional à altura das demandas do Brasil.

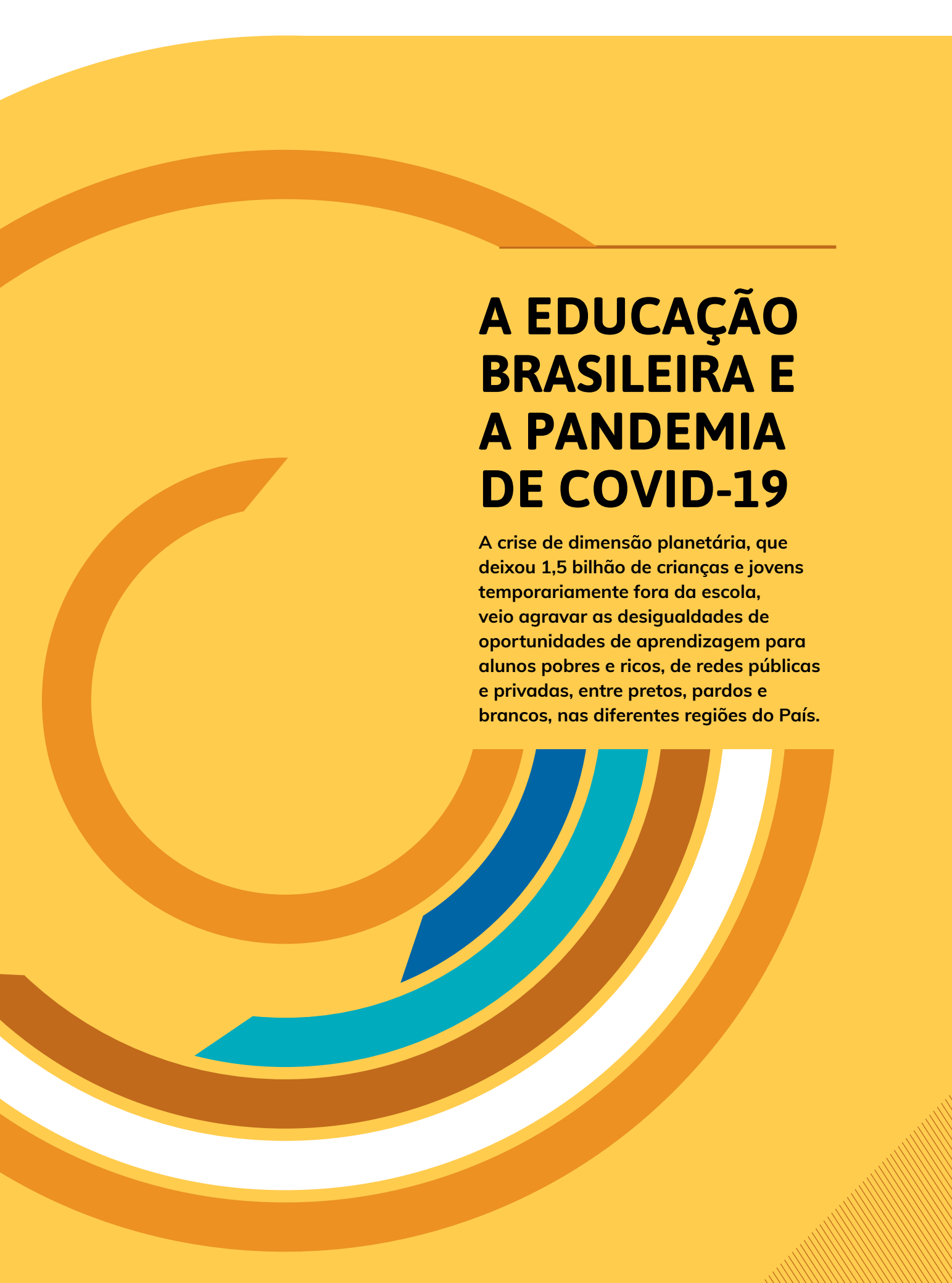
Priscila Cruz

Presidente-executiva do Todos Pela Educação

Luciano Monteiro

Diretor de Relações Institucionais da Santillana no Brasil





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A PANDEMIA DE COVID-19

A crise de dimensão planetária, que deixou 1,5 bilhão de crianças e jovens temporariamente fora da escola, veio agravar as desigualdades de oportunidades de aprendizagem para alunos pobres e ricos, de redes públicas e privadas, entre pretos, pardos e brancos, nas diferentes regiões do País.

Todos os que acompanham o Anuário Brasileiro da Educação Básica sabem que sua organização se sustenta sobre um eixo editorial e um foco principal: o eixo editorial obedece às metas do Plano Nacional de Educação (PNE); e o foco está pautado diligentemente no desafio central da Educação brasileira – dar conta de sua intrínseca e imensa iniquidade para que crianças e jovens avancem na aprendizagem.

Ao longo das edições, temos acompanhado o esforço da sociedade brasileira para melhorar os resultados e reduzir, no tempo de vigência do PNE (2014 – 2024), as profundas distâncias entre as oportunidades para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Contudo, em 2020, o Anuário deve refletir, no seu texto de abertura, uma abrupta e inesperada guinada na história. A pandemia da Covid-19, que impactará, por tempo indeterminado e de maneira inédita, a presença humana no planeta, será um marco, também, na história da Educação.

A crise global que interrompeu, criou ou acelerou tantas tendências sociais, veio para se tornar um potencial catalisador das diferenças de oportunidades de aprendizagem de qualidade para alunos pobres e ricos, de redes públicas e privadas, entre pretos, pardos e brancos, nas diferentes regiões do País.

Ocorre que a pandemia, aliada ao vírus da desigualdade social, provavelmente provocará um tsunami na Educação, cujo impacto apenas poderá ser capturado pelas estatísticas disponíveis ao longo dos próximos anos.

As primeiras ondas puderam ser percebidas desde o início do isolamento social: enquanto escolas privadas e algumas redes públicas conseguiram organizar rapidamente a oferta de ensino remoto, grande parte dos alunos brasileiros ficou em casa sem a presença da escola por um longo período. Assim, meses de tempo educativo foram acrescentados às diferenças então existentes. Mas o impacto também se deu e dará no âmbito da nutrição, da saúde, do trabalho infantil, da evasão e nas diversas dimensões da vida de crianças e adolescentes. Diante da impossibilidade do uso de fontes primárias para leituras mais detalhadas, pois, só a partir de 2021, começarão a ser disponibilizadas pelos órgãos oficiais, pela primeira vez, o texto de abertura do Anuário embasará suas análises também com alguns

dados preliminares ou de outras origens, que permitirão esboçar uma primeira avaliação do impacto causado pela Covid-19 no sistema educacional brasileiro.

Necessariamente, os gestores públicos terão de se debruçar sobre o tema, para compreender e se antecipar aos efeitos mais graves da pandemia sobre a Educação, inclusive acompanhando exemplos de outros países e as políticas mitigadoras adotadas.

No contexto global, a Unesco estimou que 1,5 bilhão de crianças e adolescentes ficaram sem aulas como efeito direto da Covid-19. Em abril, segundo esse organismo internacional, estavam temporariamente fora da escola 91% do total de alunos do mundo e mais de 95% da América Latina.

A elevação da desigualdade é uma realidade para países ricos e pobres, e essa preocupação vem sendo reforçada pela Unesco e pela Unicef.

A partir de diferentes pesquisas internacionais, feitas após situações de catástrofes e epidemias, o Instituto Sonho Grande divulgou, em junho de 2020, informações que permitem antecipar a gravidade desse impacto. Conforme os dados levantados, crianças que deixam as escolas durante crises desse porte têm probabilidade 30% menor de continuarem os estudos. O surto de Ebola na Guiné, entre 2013 e 2016, elevou em 15% a evasão escolar. Da mesma forma, entre os efeitos colaterais da gripe espanhola, no início do século passado, esteve a queda na frequência escolar.

No Brasil, o movimento Todos pela Educação lançou um conjunto de notas técnicas, desde o início da crise, buscando qualificar o debate público sobre o tema, em um momento em que a informação e a Educação, mais do que nunca, estão entre as principais armas contra o vírus.

Tão logo as escolas foram fechadas, estabeleceu-se um debate sobre o conceito de Educação a distância, que não se resume à Educação remota, e muitas instituições chegaram a se posicionar contra essa oferta.

A Nota Técnica “**Ensino a Distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19**”, divulgada em abril, defendeu o uso de diferentes modalidades de Educação a Distância como alternativa possível para manter as atividades de ensino e aprendizagem em

uma situação de emergência, e acusou a necessidade, desde o primeiro momento, de se planejar o retorno às aulas com estratégias específicas para recuperar os níveis de aprendizagem esperada, pois defasagens certamente existiriam.

Como a nota alertava, as atividades remotas, e até mesmo aquelas mais bem estruturadas na modalidade Educação a Distância, não conseguiriam substituir de forma equivalente a experiência escolar presencial.

“A literatura baseada em evidências mostra que alunos que têm atividades totalmente a distância aprendem menos do que aqueles com a vivência presencial nas escolas, mesmo levando em conta outros fatores que poderiam afetar o desempenho acadêmico. Dessa forma, é preciso ter expectativas realistas quanto às diversas soluções existentes, sabendo que elas são importantes alternativas no atual momento, mas não suprirão todas as necessidades acadêmicas esperadas e previstas nos currículos”, informava a nota.

Entre as suas mensagens principais, estava, também, o alerta para a opção por estratégias para mitigar as condições heterogêneas de acesso.

“Para enfrentar o risco da ampliação de desigualdades, ao lançar mão de estratégias de ensino a distância, é preciso entender que a disposição de recursos tecnológicos é heterogênea entre os alunos e que aqueles que já têm desempenho acadêmico melhor tendem a se beneficiar mais das soluções tecnológicas”.

A existência de recursos tecnológicos nos domicílios rapidamente se configurou como um fator de exclusão. Os dados mais recentes sobre o acesso a equipamentos de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) mostram que 99% dos domicílios da classe A tem acesso à internet, item disponível para apenas 40% dos domicílios das classes D e E. Por isso, a Nota Técnica lembrava a importância de se considerar outras ferramentas, como o próprio uso da TV, presente em mais de 70 milhões de domicílios e em 92% dos lares das classes D e E.

À medida que a pandemia da Covid-19 se interiorizava, por todos os estados brasileiros, ficava claro que os governos municipais e estaduais teriam de se preparar para um retorno às aulas complexo e com apoio intersetorial, sem se esquecer de que será

necessário investir, também, na formação intensiva dos professores para esse momento, seja no uso de ferramentas tecnológicas, seja para o acolhimento dos alunos.

As experiências aprendidas nesta própria pandemia, bem como em outros eventos catastróficos, trazem evidências de que os efeitos adversos vão além do impacto educativo.

Há questões emocionais, físicas e cognitivas que deverão ser observadas, em especial, pelo prolongado tempo de isolamento social, pela perda de entes queridos e outras consequências da doença.

Da mesma forma, os gestores devem assimilar a ideia de que não se trata de um retorno a um ponto conhecido, mas de retomada das aulas presenciais em um novo cenário sanitário, econômico, social, que exigirá uma ampla e também inédita articulação entre diferentes áreas e instâncias de governo – do municipal ao federal, da Educação à saúde, assistência social e outras esferas. Mais do que nunca, a existência de um Sistema Nacional de Educação mostra sua importância, pois tornaria muito mais ágeis e integradas as ações entre os entes federativos e o governo central.

Tudo isso torna necessária a máxima antecipação possível no planejamento para o reinício das atividades presenciais e na preparação para o futuro próximo. Trata-se de adotar um olhar de reconstrução que traz, inclusive, oportunidades de melhorias duradouras nos sistemas de gestão e na própria vida da escola.

Financiamento da Educação

A complexidade do quadro na área de Educação se torna exponencialmente maior quando se sabe que, à pandemia, se seguirá uma crise econômica de enormes proporções – justamente no período em que o Congresso Nacional debate a renovação do Fundeb.

“No caso do financiamento, a crise econômica que se instalará deverá trazer repercussões profundas ao setor educacional, ao reduzir a disponibilidade de recursos da União, dos Estados e dos Municípios. Assim, uma priorização de recursos para a Educação será a chave, em especial, no que diz respeito a transferências para as redes de ensino mais pobres e que atendem alunos em situações de maior vulnerabilidade. Nessa linha, entre outras questões, aprovar um novo Fundeb mais redistributivo – algo que se

apresenta como grande possibilidade no atual momento – deve ser entendido como medida urgente na pauta do Congresso”, informa a Nota Técnica “O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19”, divulgada, em maio, pelo Todos Pela Educação.

Ainda há tempo para agir, com medidas que podem ser também aceleradas pela urgência vivida, em um acordo nacional que priorize a Educação.

É possível, por exemplo, fazer com que a pauta do Sistema Nacional de Educação ganhe força. O Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou-se um ótimo exemplo para a sociedade do avanço das instituições quando se mostram capazes de coordenar ações e instituir regimentos claros, em uma estrutura de governança federativa e com pactos sobre políticas estruturantes.

Em junho, o movimento Todos pela Educação e o Instituto Unibanco publicaram o estudo “**Covid-19: Impacto Fiscal na Educação Básica**”, com o objetivo de lançar luzes ao debate que precisa acontecer sobre o impacto da pandemia no financiamento à Educação, em 2020.

O estudo concentrou-se nas redes estaduais, utilizando dados do Tesouro Nacional, informações consolidadas das receitas tributárias de abril e maio, além de estimativas de especialistas para realizar uma projeção dos tributos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), em 2020.

As estimativas de perdas para as redes estaduais ficam entre R\$ 9 bilhões e R\$ 28 bilhões em tributos vinculados à MDE, a depender do cenário de crise econômica, informa o estudo.

Concomitantemente à queda na arrecadação tributária e dos repasses do governo federal, os Estados tiveram de realizar gastos imprevistos com a migração das aulas presenciais para a Educação remota, com a consequente reorganização pedagógica, bem como adotar novas medidas para o atendimento às crianças e jovens – entre elas, a entrega de material impresso e a transmissão de conteúdos pela TV local.

A partir de um levantamento com 22 redes estaduais de Educação, o estudo mostrou que quase todas as Unidades da Federação adotaram até 15 soluções para o enfrentamento das consequências da

pandemia, a um custo de, pelo menos, R\$ 2 bilhões para 2020. Revela, também, que 63% das redes estaduais organizaram aulas on-line ao vivo e 45% patrocinaram pacote de dados de internet para alunos e docentes.

O retorno às aulas e a conseqüente adoção de novos gastos com os protocolos sanitários trarão novas despesas, não calculadas até então.

Conforme o estudo, por fim, “para evitar o possível colapso financeiro das redes públicas de Educação, com potencial carência de recursos da ordem de R\$ 30 bilhões no conjunto das redes estaduais, o Brasil precisará de ações legislativas e executivas que contemplem a otimização do uso de recursos nas Secretarias de Educação, a vinculação à Educação de 25% dos recursos de socorros fiscais em razão de queda tributária, a preservação e eventual aumento/reorientação do orçamento do Ministério da Educação (MEC) para assistir financeiramente Estados e Municípios, a aprovação urgente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e, se necessário, a realização de socorro emergencial da União direcionado à Educação dos entes subnacionais”.

Este é o cenário que, até o fechamento desta edição, coloca em suspenso qualquer previsão para o impacto da pandemia da Covid-19 na Educação brasileira. Ante a ameaça de um retrocesso brutal em relação a todos os avanços arduamente conquistados pela sociedade brasileira, é preciso que se construa de forma urgente um pacto nacional pela Educação, baseado em propostas articuladas em diálogo por governos, casas legislativas, Conselhos da Educação, universidades, organizações sociais e outros atores da sociedade civil.

Se a pandemia trouxe um imenso ponto de interrogação para todos os países, também deixou expressa a ideia de que o futuro é uma construção humana, que deve ser alicerçada em evidências e conhecimento científico, bem como em novos contratos sociais. Muitos países já iniciaram sua retomada, e urge que o Brasil também prove sua capacidade de se viabilizar neste mundo incerto em que, como disse o pesquisador português Antônio Nóvoa, a Educação precisa ser considerada pela humanidade como um bem comum.

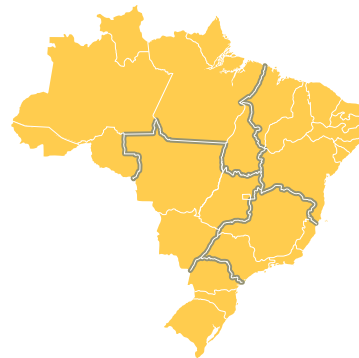




A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2019

Esta edição reúne informações essenciais para a compreensão do atual momento do ensino brasileiro e, também, para estabelecer os marcos de comparação que permitirão avaliar o impacto da pandemia da Covid-19 na Educação nos próximos anos.

Este infográfico busca oferecer um panorama sobre a Educação brasileira, do número de crianças e jovens na escola aos resultados das avaliações de aprendizagem, com destaque para as desigualdades que ainda persistem das diversas etapas de ensino, passando pela formação dos professores. A partir da pág. 129, você encontra um retrato semelhante para cada um dos 26 estados e para o Distrito Federal.

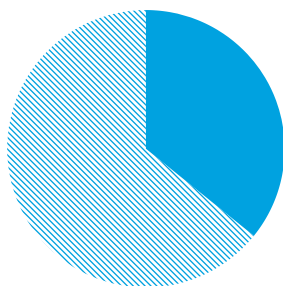


Número de crianças e jovens na escola por faixa etária



De 0 a 3 anos – 2018

Total: 3.767.464

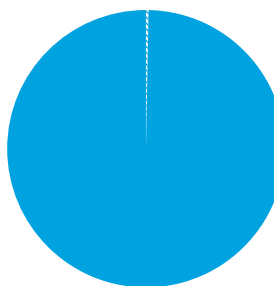


35,7%
das crianças de 0 a 3
anos estão na escola



De 6 a 14 anos – 2019

Total: 25.894.348

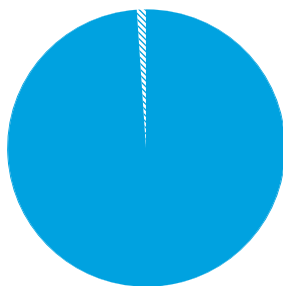


99,7%
das crianças e dos
jovens de 6 a 14
anos estão na escola



De 4 e 5 anos – 2018

Total: 4.965.783

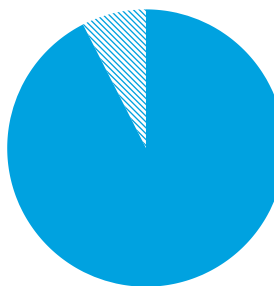


93,8%
das crianças de 4 e 5
anos estão na escola



15 a 17 anos – 2019

Total: 8.343.605



92,5%
dos jovens de 15 a 17
anos estão na escola

Distorção idade-série – 2019

Ensino Fundamental



16,2%

Ensino Médio



26,2%

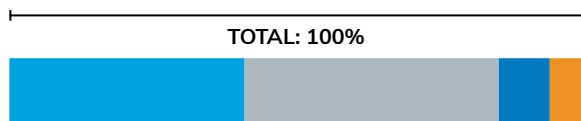
A distorção idade-série traz a porcentagem de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à série/ano adequado

Docentes

Professores da Educação Básica – 2019

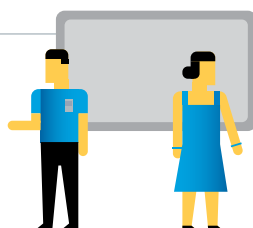
Total: 2.212.018

Por nível de escolaridade



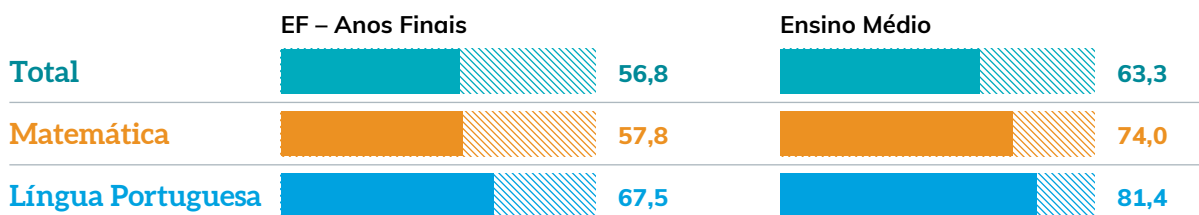
- 41,0% têm Ensino Superior com Pós-Graduação
- 44,3% têm Ensino Superior sem Pós-Graduação
- 8,9% têm Ensino Médio Normal/Magistério
- 5,5% têm Ensino Médio
- 0,3% têm Ensino Fundamental

1,7 milhão
está na Rede Pública



556 mil
estão na Rede Privada

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

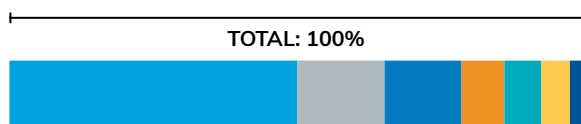


Gestão

Diretores da Educação Básica – 2019

Total: 161.426

Por critério de acesso a cargo/função



- 50,2% Exclusivamente por indicação/escolha da gestão
- 15,2% Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar
- 13,4% Ser proprietário ou sócio-proprietário da escola
- 7,5% Processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão
- 6,4% Concurso público específico para o cargo de gestor escolar
- 5% Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar
- 2,3% Outro

Financiamento



6,2%
é a estimativa de investimento público total em Educação em relação ao PIB (2015)

R\$ 118 bilhões
é o orçamento do Ministério da Educação previsto para 2020

No Brasil, de cada

100

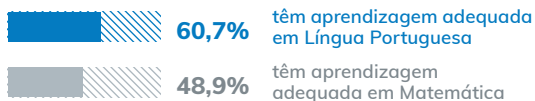
estudantes que ingressam na escola



89

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

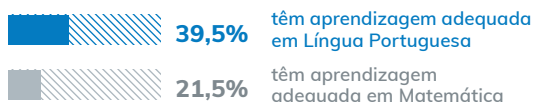
Ao final desta etapa de ensino:



78

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

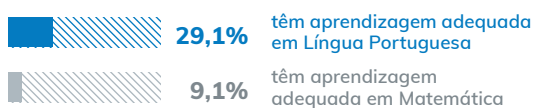
Ao final desta etapa de ensino:



65

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Ao final desta etapa de ensino:



Taxa de atendimento



0 a 3 anos de idade – 2018

25% mais ricos

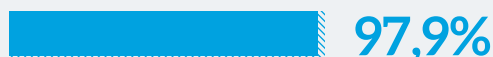


25% mais pobres



4 e 5 anos de idade – 2018

25% mais ricos



25% mais pobres



6 a 14 anos de idade – 2019

25% mais ricos

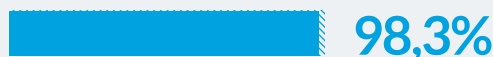


25% mais pobres



15 a 17 anos de idade – 2019

25% mais ricos



25% mais pobres



Taxa de conclusão

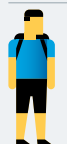


Ensino Fundamental Anos Iniciais com 12 anos – 2019

25% mais ricos



25% mais pobres



Ensino Fundamental com 16 anos – 2019

25% mais ricos



25% mais pobres



Ensino Médio com 19 anos – 2019

25% mais ricos



25% mais pobres



Nesta seção, trazemos os principais resultados da Educação pelo recorte de renda, a fim de demonstrar as iniquidades do sistema educacional

Alunos com aprendizagem adequada no Saeb - Rede Total

Língua Portuguesa

5º ano do Ensino Fundamental – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



9º ano do Ensino Fundamental – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



3ª série do Ensino Médio – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



Matemática

5º ano do Ensino Fundamental – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



9º ano do Ensino Fundamental – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



3ª série do Ensino Médio – 2017

Nível Socioeconômico – NSE alto



Nível Socioeconômico – NSE baixo



Para que seja possível compreender os principais obstáculos presentes no contexto da Educação no Brasil, o ponto de partida é a descrição de sua magnitude e abrangência, especialmente no que se refere ao número de alunos, de professores e de escolas existentes no País.

Matrículas – 2019

	Rede Pública				Rede Privada	Todas as redes
	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal	Total		
Educação Básica	404.807	15.307.033	23.027.621	38.739.461	9.134.785	47.874.246
Creche	1.178	3.701	2.451.704	2.456.583	1.298.509	3.755.092
Pré-Escola	1.519	55.206	3.953.633	4.010.358	1.207.328	5.217.686
Educação Infantil	2.697	58.907	6.405.337	6.466.941	2.505.837	8.972.778
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	7.265	1.972.420	10.159.653	12.139.338	2.879.160	15.018.498
Anos Finais do Ensino Fundamental	15.837	4.949.437	5.102.012	10.067.286	1.837.946	11.905.232
Ensino Fundamental	23.102	6.921.857	15.261.665	22.206.624	4.717.106	26.923.730
Ensino Médio	224.113	6.266.820	40.565	6.531.498	934.393	7.465.891

Fonte: MEC/Inep/DEED- Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1, 2 e 3.

Docentes – 2019

	Rede Pública				Rede Privada	Todas as redes
	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal	Total		
Educação Básica	36.829	656.006	1.139.452	1.730.050	556.218	2.212.018
Creche	132	515	200.514	201.155	112.259	312.615
Pré-Escola	182	3.464	234.733	238.364	90.750	327.699
Educação Infantil	289	3.932	411.003	415.189	188.021	599.473
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	712	99.223	477.149	567.897	193.366	751.994
Anos Finais do Ensino Fundamental	1.704	308.049	333.533	618.751	159.789	755.986
Ensino Fundamental	2.318	394.295	750.343	1.103.372	316.892	1.383.833
Ensino Médio	28.156	391.008	3.255	421.504	102.709	507.931

Fonte: MEC/Inep/DEED- Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 6 e 7.

Aproximadamente 80% dos professores da Educação Básica estão nas redes públicas de ensino

Estabelecimentos – 2019

	Rede Pública				Rede Privada	Todas as redes
	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal	Total		
Educação Básica	698	30.160	108.318	139.176	41.434	180.610
Creche	19	137	42.061	42.217	29.186	71.403
Pré-Escola	22	834	72.210	73.066	29.269	102.335
Educação Infantil	23	863	80.356	81.242	33.609	114.851
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	27	10.896	74.832	85.755	23.889	109.644
Anos Finais do Ensino Fundamental	39	18.922	28.797	47.758	14.007	61.765
Ensino Fundamental	47	22.403	78.794	101.244	24.922	126.166
Ensino Médio	586	19.678	188	20.452	8.408	28.860

Fonte: MEC/Inep/DEED- Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 4 e 5.

Infraestrutura dos estabelecimentos (Rede total) – 2019

Recursos	Creche	Pré-Escola	Educação Infantil	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Infraestrutura básica							
Água potável	96,6	94,0	94,6	91,6	92,1	92,3	94,2
Esgoto sanitário	96,4	93,6	94,2	91,9	94,7	92,8	98,2
Banheiro	98,3	97,0	97,1	95,7	96,8	96,1	97,7
Banheiro adequado à Educação Infantil	66,4	51,6	54,0	-	-	-	-
Energia elétrica	99,3	97,5	97,8	96,3	97,7	96,8	99,7
Espaços de aprendizagem e equipamentos							
Parque Infantil	58,0	45,2	47,6	-	-	-	-
Quadra de esportes	-	-	-	38,7	61,0	43,3	76,3
Biblioteca e/ou sala de leitura	-	-	-	51,8	73,0	56,3	88,2
Laboratório de ciências	-	-	-	9,7	23,7	12,5	48,0
Laboratório de informática	-	-	-	36,0	55,8	40,8	76,5
Acesso à internet - Para uso dos alunos	-	-	-	28,6	44,2	32,1	62,3

Fonte: MEC/Inep/DEED- Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

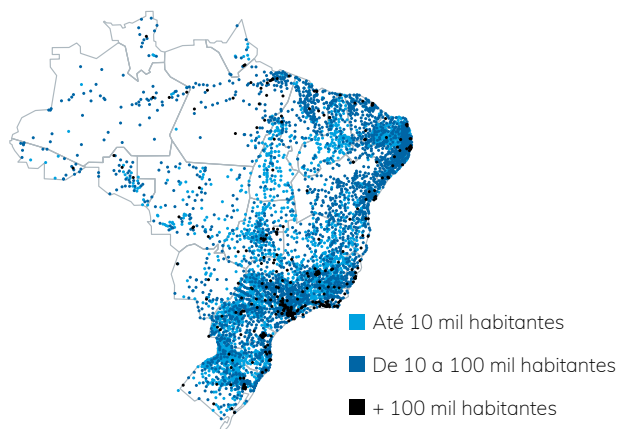
Notas: 4 e 5.

Equipamentos essenciais, como parque infantil, quadra esportiva e biblioteca, ainda não estão presentes na maioria das escolas brasileiras

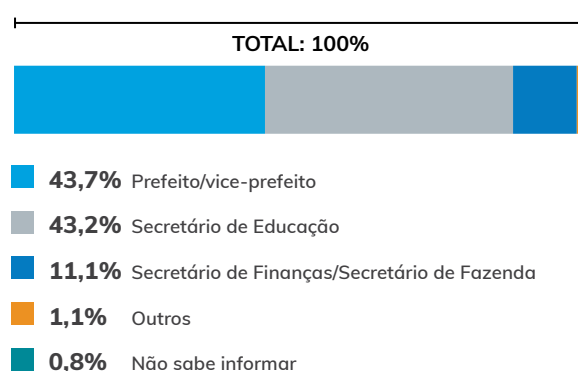
O federalismo brasileiro implica repartição de competências entre os entes federados para oferta da Educação escolar na forma de áreas de atuação prioritária, não de responsabilidade exclusiva. Coexistem, portanto, a organização de uma Educação nacional com a oferta descentralizada da Educação escolar pelos entes federados subnacionais.

Dentre diversas atribuições possíveis, cabe aos municípios: atuar prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; prestar Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência; prestar atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Categorização dos municípios

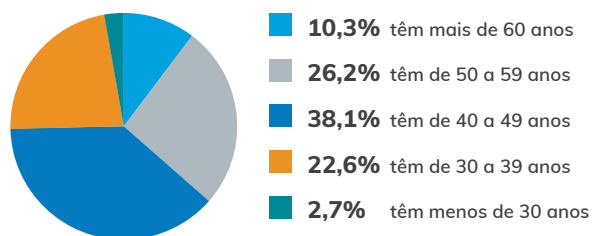


Responsabilidade da ordenação de despesas da Educação - 2018

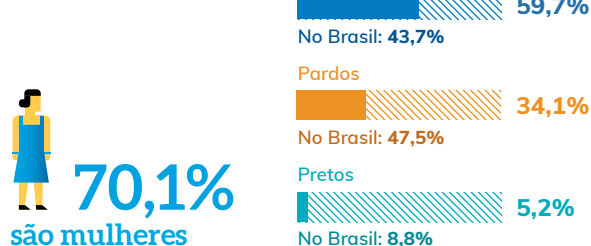


Responsável pelo órgão gestor da Educação no município - 2018

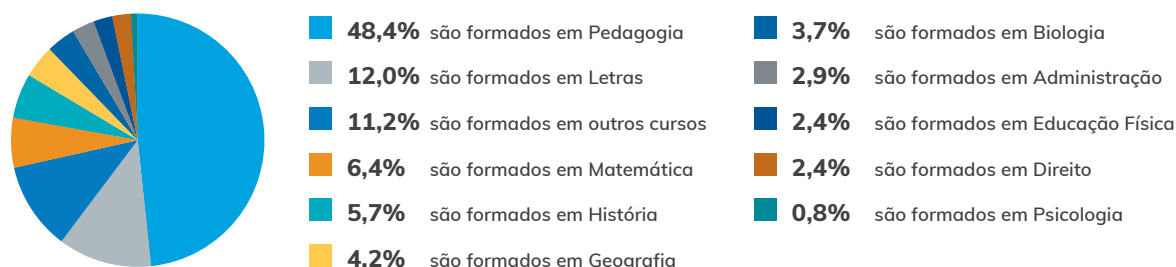
Faixa Etária



Sexo e Raça/Cor



Curso de formação superior dos gestores



Indicadores educacionais por porte de município no País

Até 10 mil habitantes
(2.452 municípios)

De 10 a 100 mil habitantes
(2.794 municípios)

+ 100 mil habitantes
(324 municípios)

Diretor(a) Escolar – Formas de acesso ao cargo mais comuns – Rede municipal – 2019

Exclusivamente por indicação/escolha da gestão (escolas públicas e privadas)



Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar (apenas escolas públicas)



Docentes – Escolaridade e dedicação exclusiva – Rede municipal – 2019

Professores com Ensino Superior



Professores com dedicação exclusiva a uma escola



CrITÉRIOS de progressão no plano de carreira do MagistÉrio – 2018

Qualificação ou titulação



Tempo de efetivo exercício no cargo



Avaliação de desempenho



Infraestrutura dos estabelecimentos de ensino – Rede municipal – 2019

Água potável



Biblioteca e/ou Sala de Leitura



Quadra de esportes



Laboratório de ciências



Até 10 mil habitantes

De 10 a 100 mil habitantes

+ 100 mil habitantes

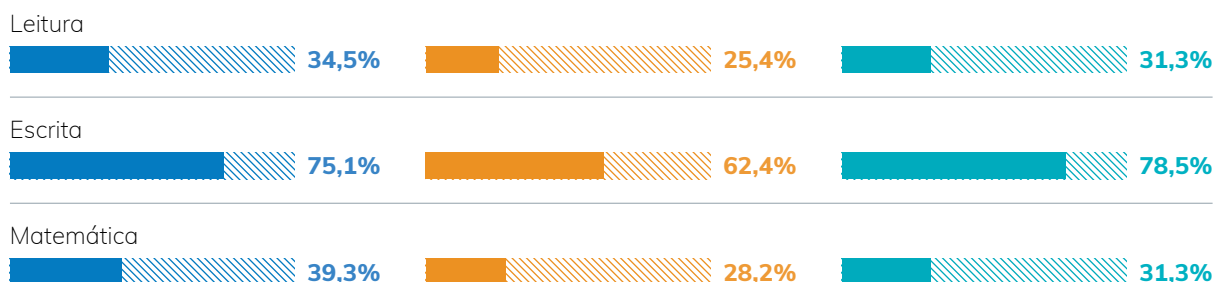
Alunos que utilizam transporte público para ir à escola – 2019



Alunos que utilizam transporte da rede municipal (dos que utilizam transporte público)



Municípios com pelo menos 60% dos alunos com nível suficiente de proficiência – 2016



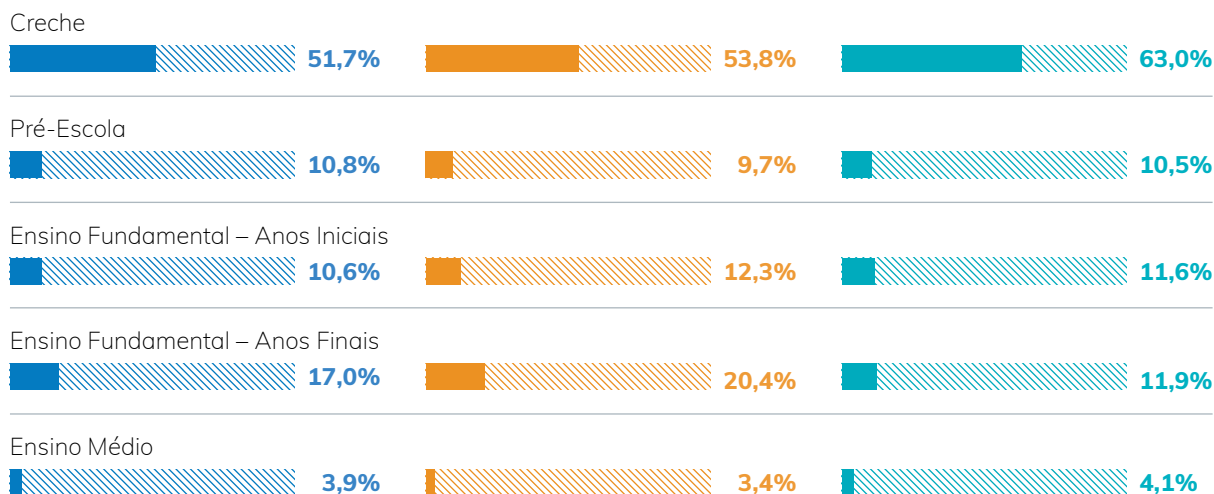
Matrículas em Tempo Integral – Rede municipal – 2019

288.723

1.902.553

1.679.355

Porcentagem de matrículas em Tempo Integral por etapa

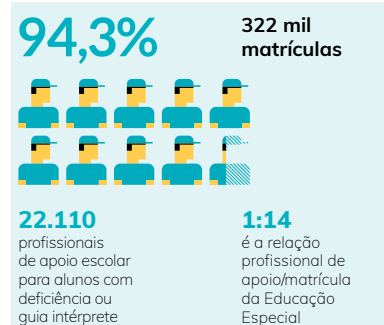
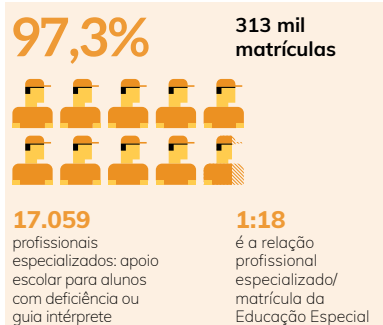
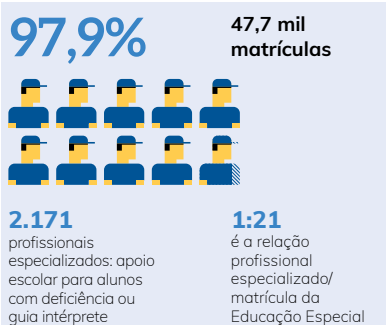


Até 10 mil habitantes

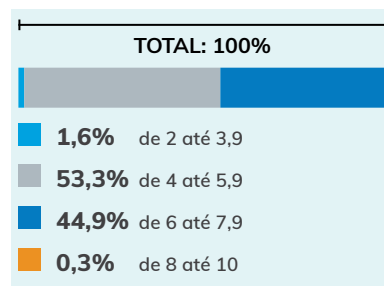
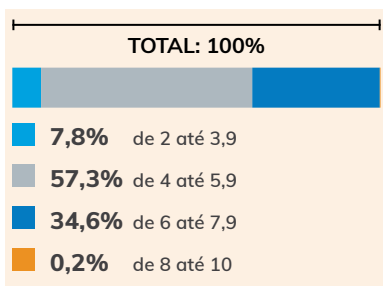
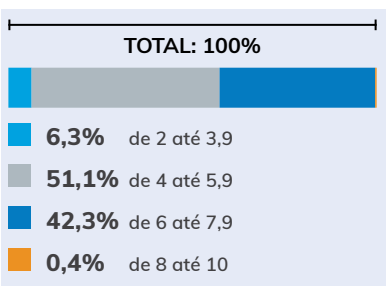
De 10 a 100 mil habitantes

+ 100 mil habitantes

Alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns

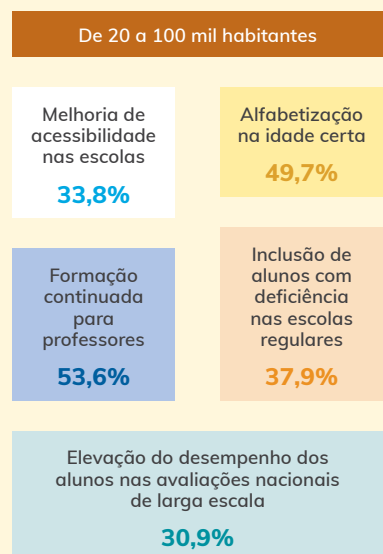
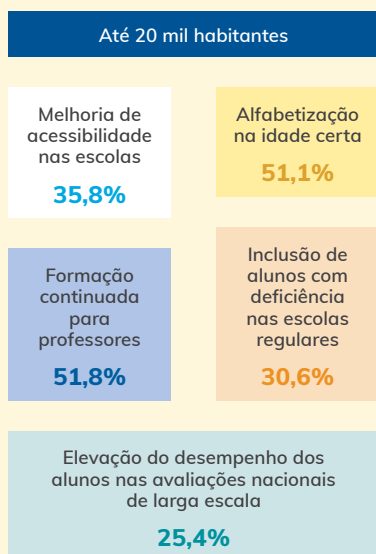


Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb



Principais temas para os quais o órgão gestor indica adotar medidas – 2018

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), 2018, do IBGE, a formação continuada é uma das principais preocupações dos gestores de Educação, independentemente do tamanho do município.



EDUCAÇÃO JÁ: RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

É cada vez mais notória e urgente a necessidade de melhorias na qualidade da Educação Básica no Brasil. O País está longe de garantir oportunidades iguais a todos, tem sua produtividade praticamente estagnada há décadas e grande parte de sua população sofre com problemas sociais de diversas naturezas. É certo que uma Educação de qualidade não resolverá todas essas questões, mas, sem ela, será impossível caminhar rumo a um País desenvolvido do ponto de vista social e econômico.

Há muito a ser feito. Apesar de avanços nas políticas educacionais nas últimas décadas e de melhorias que alguns estados e municípios vêm apresentando em seus indicadores educacionais, a situação da Educação Básica em nível nacional ainda é crítica, como ilustrado amplamente neste Anuário Brasileiro da Educação Básica.

O acesso à escola já é praticamente garantido para todos os brasileiros, mas muitos ainda não concluem a trajetória escolar. Além disso, são baixíssimos os níveis de aprendizagem, principal desafio que retrata o problema de qualidade ainda existente. Como apresentado nesta publicação, apenas 9% dos jovens da rede pública que concluem o Ensino Médio possuem aprendizado adequado em Matemática e 29% em Língua Portuguesa. Não por acaso, o Brasil segue nas últimas colocações na avaliação internacional de desempenho escolar do Pisa, promovido pela OCDE.

Diante desse contexto e com o objetivo de subsidiar o poder público com recomendações de políticas que possam enfrentar os desafios do atual cenário, o Todos Pela Educação elaborou, em 2018, em colaboração com outras organizações e especialistas, uma proposta inédita de estratégia nacional para a Educação Básica brasileira. O esforço, denominado Educação Já!, buscou apontar tanto para a continuidade e aprimoramento de boas políticas já em andamento, quanto para a introdução de medidas estruturantes ainda ausentes no cenário educacional do País. Trata-se de um conjunto de propostas informadas pelas evidências, pelos conhecimentos consolidados pela literatura científica, por experiências de êxito no Brasil e no mundo, além de pesquisas de opinião com professores e alunos.

As recomendações foram sistematizadas no documento “Educação Já! - Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022” e detalhadas em relatórios de aprofundamento, todos disponíveis publicamente no site do Todos Pela Educação. Na contramão de superficialidades e apontamentos genéricos, o Educação Já! foi capaz de deflagrar diagnósticos precisos e posicionamentos claros em relação aos caminhos que o Brasil deve tomar.

As propostas são apresentadas em sete grandes tópicos, resumidos a seguir:

1) Reestruturação das regras de governança e melhoria da gestão.

Aprimorar a gestão dos órgãos públicos da Educação e redesenhar a governança entre União, Estados e Municípios, dando mais clareza quanto às atribuições de cada ente e estimulando a pactuação de políticas.

2) Financiamento mais redistributivo e indutor de qualidade.

Realizar alterações nos mecanismos de financiamento da Educação Básica, em especial o Fundeb, tornando-os mais eficientes, redistributivos e indutores de qualidade, visando garantir, em todas as redes, condições básicas para a oferta educacional.

3) Efetivação da Base Nacional Comum Curricular nas redes de ensino.

Adaptar os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental à BNCC e, a partir deles, garantir a coerência dos elementos dos sistemas educacionais.

4) Profissionalização da carreira e formação docente.

Instituir políticas de valorização e profissionalização docente, com abordagem sistêmica que envolva atratividade, formação e melhorias na carreira de professores.

5) Primeira Infância como agenda intersetorial.

Estabelecer políticas intersetoriais de Primeira Infância que busquem um atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

6) Alfabetização em regime de colaboração.

Instituir programas de alfabetização em que estados estabeleçam estratégias coordenadas e colaborativas junto aos municípios, buscando fortalecer ações pedagógicas específicas para o processo de alfabetização.

7) Nova proposta de escola de Ensino Médio.

À luz das definições trazidas pela lei do Novo Ensino Médio, reestruturar a oferta da etapa no Brasil, buscando tornar as escolas mais atrativas para os jovens e avançar nos índices de aprendizagem dos alunos.

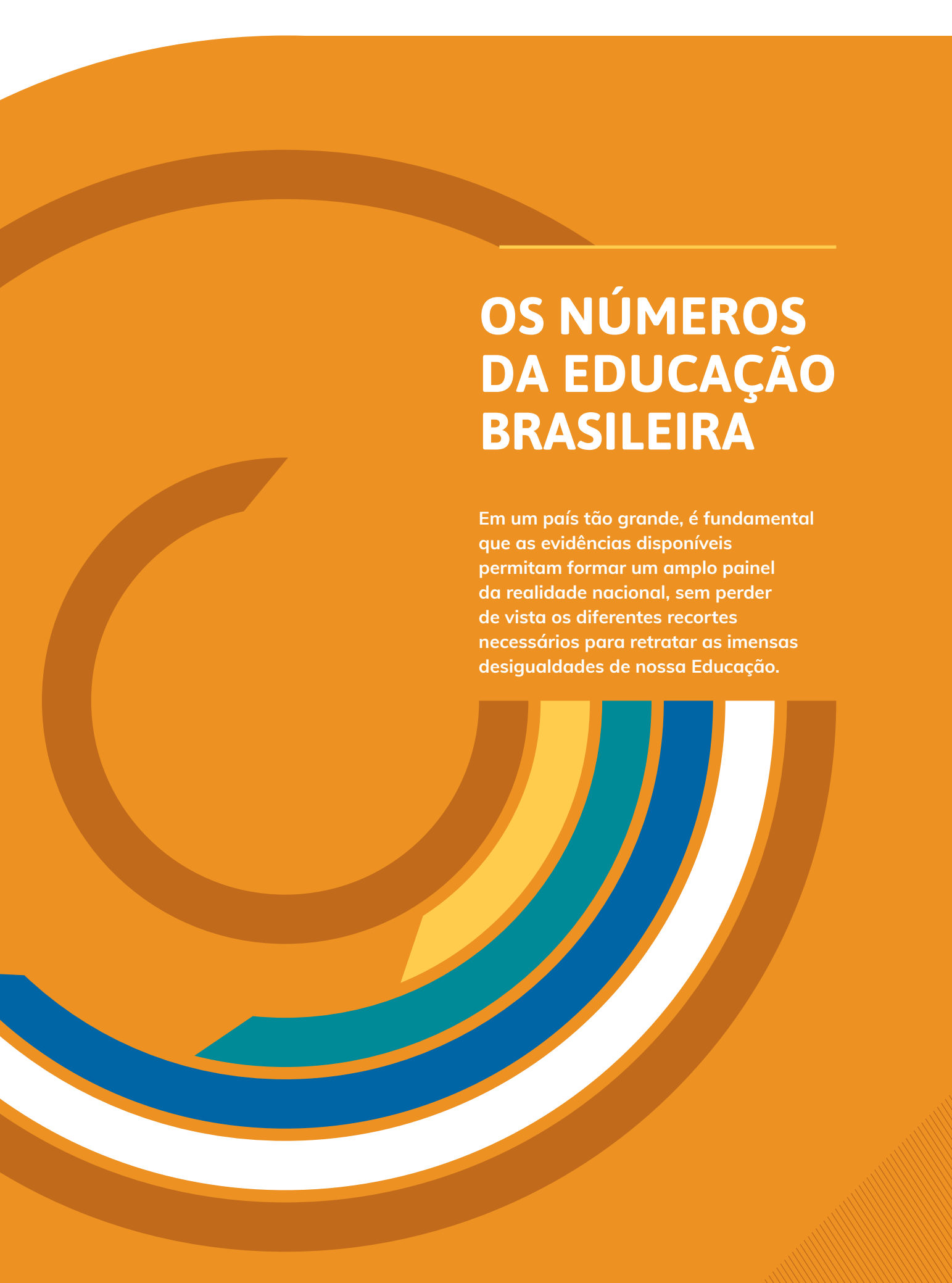
Ao longo de 2019 e do primeiro semestre de 2020, as propostas detalhadas foram apresentadas para inúmeros atores políticos do País, tais como representantes do Governo Federal, do Congresso Nacional, do Conselho Nacional de Educação e de governos estaduais e municipais. Elas também cumpriram papel importante no fortalecimento das ações de diversas organizações da sociedade civil, que não só contribuíram para o processo de construção na etapa inicial, mas passaram a entender o Educação Já! como uma agenda de ação e articulação coletiva em prol de resultados comuns.

Publicações como o Anuário Brasileiro da Educação Básica dão ainda mais força ao Educação Já!, subsidiando com dados e informações relevantes o debate público brasileiro e a formulação de políticas educacionais em todo o País. As duas iniciativas, que estão conectadas e são fortemente coerentes entre si, buscam ampliar o caráter e o rigor técnicos nas discussões sobre Educação Básica, já que só assim - e longe de diversionismos e questões puramente ideológicas - será possível avançar rumo à qualidade educacional para todos.

Todos Pela Educação

Texto adaptado do "Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! - Balanço 2019 e Perspectivas 2020", elaborado pelo Todos Pela Educação e divulgado em março de 2020.





OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em um país tão grande, é fundamental que as evidências disponíveis permitam formar um amplo painel da realidade nacional, sem perder de vista os diferentes recortes necessários para retratar as imensas desigualdades de nossa Educação.



Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

É significativo o avanço, nas décadas recentes, do percentual de crianças de 0 a 5 anos matriculadas na escola. No início dos anos 2000, por exemplo, a taxa de atendimento nas creches (0 a 3 anos) era de cerca de 15% e, nas pré-escolas (4 a 5 anos), pouco superior aos 60%. Hoje, como mostram os números da página ao lado, mais do que dobrou o acesso à Creche e caminhamos para universalizar o acesso à Pré-Escola. No entanto, o cenário da Educação Infantil ainda é desafiador, quando se leva em conta o grande contingente de crianças fora da escola (em números absolutos) e, principalmente, as desigualdades sociais e regionais que persistem.

Nesse contexto, a tarefa de ampliar o acesso às creches e pré-escolas é primordialmente dos municípios que enfrentam dificuldades que vão do dimensionamento apropriado da demanda por vagas à necessidade de inclusão crescente de grupos socialmente vulneráveis.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

29,2%

das crianças pertencentes aos domicílios que estão no quartil mais baixo de renda estão nas creches, enquanto 51% das que estão nos domicílios mais ricos frequentam a etapa.

67,8%

é a taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 anos na Pré-Escola no Amapá, cerca de trinta pontos percentuais abaixo do verificado no Ceará (98,5%).

NÚMERO DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA - BRASIL - 2018

0 a 1 ano	2 e 3 anos	0 a 3 anos	4 e 5 anos
4.445.441	2.331.125	6.776.567	328.594

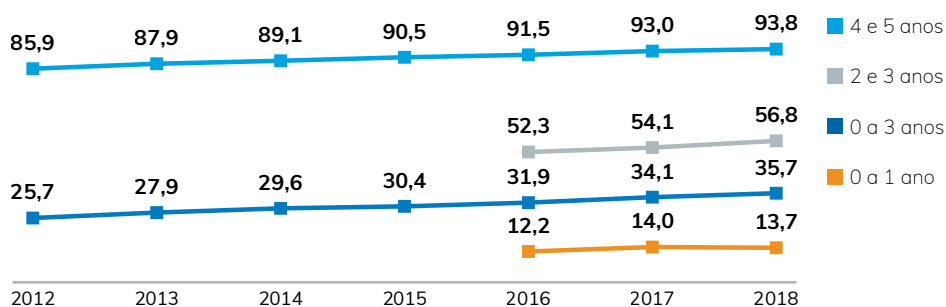
Fonte: IBGE/Pnad Contínua Educação. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Acesso

Porcentagem de crianças matriculadas em Creches e Pré-Escolas Brasil – 2012-2018

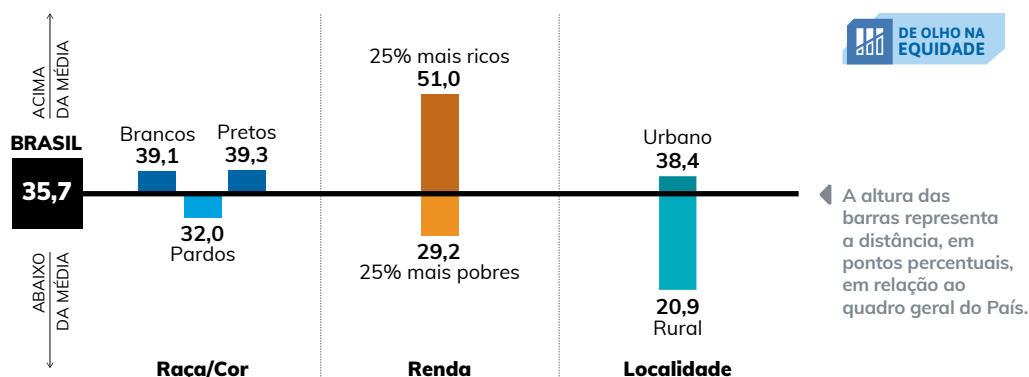
Em relação ao início dos anos 2000, o acesso à Creche mais do que dobrou. Porém, ainda é baixo para a faixa etária de até um ano.



Fonte: IBGE/Pnad, 2012 a 2015. IBGE/Pnad Contínua, 2016 a 2018. Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: 8.

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Creches Brasil – 2018

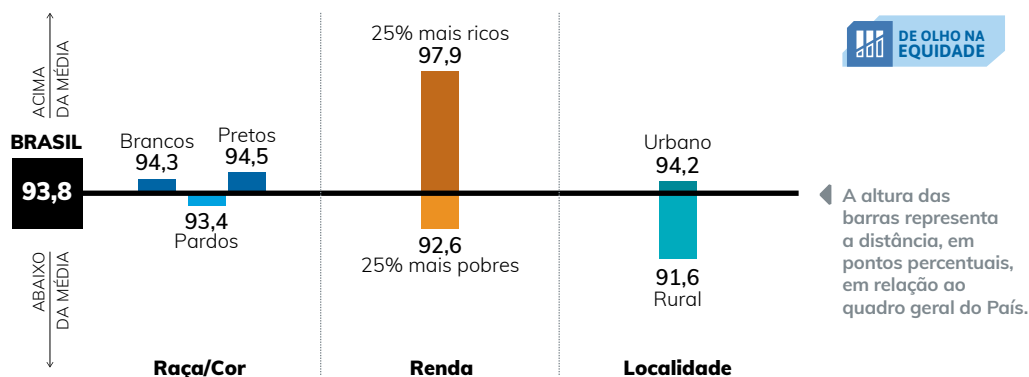
O acesso a Creches é relativamente baixo na zona rural.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: 8, 9 e 10.

Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré-Escolas Brasil – 2018

A diferença entre ricos e pobres no acesso à Pré-Escola é de 5,3 pontos percentuais.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: 8, 9 e 10.

MUNICÍPIOS QUE ESTIMAM A DEMANDA POR CRECHE VIA CONSULTA PÚBLICA - 2018

2.081

37,4%

MUNICÍPIOS QUE ESTIMAM A DEMANDA POR PRÉ-ESCOLA VIA CONSULTA PÚBLICA - 2018

3.626

65,1%

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Acesso

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Creches – 2012-2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	25,7	27,9	29,6	30,4	31,9	34,1	35,7
Região Norte	11,3	12,7	13,3	13,8	15,8	18,3	19,2
Rondônia	11,0	11,6	19,9	20,4	19,4	21,5	18,7
Acre	8,9	10,4	8,2	13,9	16,0	19,1	21,7
Amazonas	8,1	8,3	9,1	9,7	12,8	11,5	14,2
Roraima	14,6	13,3	17,7	17,6	17,5	20,6	19,5
Pará	12,5	15,4	14,6	13,7	15,3	20,7	20,1
Amapá	6,9	11,1	9,8	8,7	12,8	7,6	10,8
Tocantins	17,6	14,8	15,8	21,7	25,1	29,6	32,8
Região Nordeste	23,7	25,0	26,3	25,4	28,8	30,6	32,4
Maranhão	23,1	21,4	26,0	23,2	28,9	29,6	32,0
Piauí	23,9	23,3	27,3	21,4	24,5	28,4	28,8
Ceará	30,1	29,1	33,5	33,4	36,0	35,6	37,3
Rio Grande do Norte	30,6	33,1	27,7	32,6	33,4	37,0	36,9
Paraíba	26,2	23,1	27,4	28,5	29,0	32,3	31,2
Pernambuco	21,7	25,8	25,2	24,1	26,9	27,7	32,1
Alagoas	18,3	24,1	23,2	21,7	25,4	25,0	31,2
Sergipe	19,0	27,9	23,7	25,9	24,3	26,9	28,7
Bahia	21,2	23,2	23,3	21,8	27,1	30,4	30,9
Região Sudeste	29,8	33,1	35,8	37,9	37,5	40,4	42,5
Minas Gerais	22,8	26,3	30,8	31,3	30,6	33,9	36,0
Espírito Santo	36,6	30,4	34,5	31,0	33,3	33,1	37,3
Rio de Janeiro	29,2	33,0	30,4	33,2	29,7	32,0	33,2
São Paulo	32,7	36,6	40,2	43,5	44,1	47,1	49,0
Região Sul	33,0	35,2	36,4	37,0	39,2	40,9	39,6
Paraná	29,7	33,8	35,2	36,3	36,8	37,3	38,2
Santa Catarina	38,1	41,8	44,6	41,5	46,4	47,1	48,7
Rio Grande do Sul	33,4	32,7	32,8	35,2	37,5	40,6	35,1
Região Centro-Oeste	22,6	21,6	22,7	23,5	26,1	26,9	29,5
Mato Grosso do Sul	29,5	25,4	31,2	31,1	34,1	32,8	38,2
Mato Grosso	21,0	20,0	21,2	22,2	28,7	29,1	29,7
Goiás	19,2	17,3	17,6	19,7	21,9	25,2	26,4
Distrito Federal	25,5	29,8	28,7	26,5	25,0	22,7	27,6

Fonte: IBGE/Pnad, 2012 a 2015. IBGE/Pnad Contínua, 2016 a 2018. Elaboração: Todos Pela Educação.

Acesso

Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Pré-Escolas – 2012-2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	85,9	87,9	89,1	90,5	91,5	93,0	93,8
Região Norte	75,0	78,8	80,3	80,6	86,7	86,9	88,0
Rondônia	67,9	69,7	83,8	81,8	85,0	87,8	89,6
Acre	64,4	69,6	73,4	74,2	77,7	81,7	79,9
Amazonas	71,7	75,9	74,4	75,8	83,0	81,6	87,8
Roraima	77,3	82,1	89,9	91,3	93,5	93,2	91,6
Pará	78,4	82,3	83,7	82,2	89,7	90,7	89,7
Amapá	63,7	77,1	70,0	70,2	76,3	72,7	67,8
Tocantins	83,3	81,3	80,6	91,3	92,7	92,8	93,5
Região Nordeste	90,7	92,6	92,4	94,1	94,9	95,6	96,3
Maranhão	91,7	92,7	93,8	94,6	97,0	97,2	97,4
Piauí	92,7	96,8	96,6	97,1	99,2	97,7	97,1
Ceará	95,0	96,8	97,3	95,7	97,0	98,0	98,5
Rio Grande do Norte	93,9	92,5	89,2	96,1	96,6	96,9	97,2
Paraíba	89,1	95,1	93,4	91,6	92,1	97,0	94,0
Pernambuco	90,5	88,0	90,2	94,6	94,6	91,4	93,5
Alagoas	84,6	83,7	87,5	83,3	88,7	90,1	92,5
Sergipe	95,3	96,2	91,8	93,3	92,2	94,2	95,2
Bahia	87,5	92,7	90,7	94,5	93,7	95,8	97,6
Região Sudeste	88,4	90,5	91,8	93,0	91,7	94,4	94,9
Minas Gerais	88,1	88,7	90,1	91,7	94,0	95,1	94,6
Espírito Santo	93,3	91,2	92,4	91,1	95,5	93,8	96,3
Rio de Janeiro	88,1	89,8	90,4	93,2	87,1	91,3	92,3
São Paulo	88,2	91,4	93,1	93,8	92,0	95,2	95,7
Região Sul	80,2	80,4	85,4	86,8	90,0	90,4	92,5
Paraná	82,3	85,1	87,5	89,3	92,5	91,4	94,8
Santa Catarina	89,2	87,8	89,9	94,2	92,8	93,3	94,3
Rio Grande do Sul	72,3	70,6	80,1	79,6	85,5	87,5	88,9
Região Centro-Oeste	79,7	82,5	83,0	85,0	86,9	88,6	89,2
Mato Grosso do Sul	78,7	84,9	88,8	86,4	89,0	91,4	91,0
Mato Grosso	79,5	80,3	84,1	83,7	85,4	89,1	93,0
Goiás	78,0	81,0	80,0	84,0	89,2	88,1	87,5
Distrito Federal	84,5	86,6	82,7	87,3	81,7	85,8	86,3

Fonte: IBGE/Pnad, 2012 a 2015. IBGE/Pnad Contínua, 2016 a 2018. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.



Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Em 2019, 99,7% das crianças e jovens de 6 a 14 anos estavam na escola. Esse é um exemplo dos avanços recentes conquistados pelo País no que diz respeito ao acesso ao Ensino Fundamental.

Apesar de nos aproximarmos da universalização dessa etapa de ensino, como prevê o PNE, é essencial incluir todas as crianças, sem deixar nenhuma para trás. Em 2019, havia 88,6 mil crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola.

Além da frequência às aulas, é preciso garantir que as crianças e jovens conclua o Ensino Fundamental na idade recomendada. Neste indicador, a distância para o patamar desejado e as desigualdades (por raça/cor, renda e localidade) são bem mais relevantes. Por conta disso, é preciso analisar como as desigualdades sociais afetam a Educação e formular políticas públicas específicas para os públicos mais vulneráveis.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

69,1%

dos jovens de 16 anos pertencentes aos domicílios que estão no quartil mais baixo de renda concluíram o Ensino Fundamental, enquanto 95,1% dos que estão nos domicílios mais ricos apresentam o mesmo resultado.

67,6%

dos jovens de 16 anos que moram em áreas rurais concluíram o Ensino Fundamental, enquanto 80,6% dos que estão em áreas urbanas concluíram a etapa.

NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS DE 6 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA - BRASIL - 2019

88.631

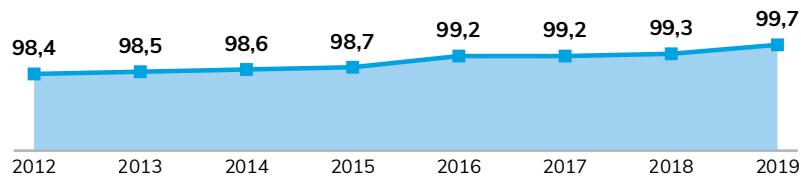
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Taxa de atendimento

Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados na escola
Brasil – 2012-2019

Ao longo da década, o acesso à escola por crianças de 6 a 14 anos foi praticamente universalizado.



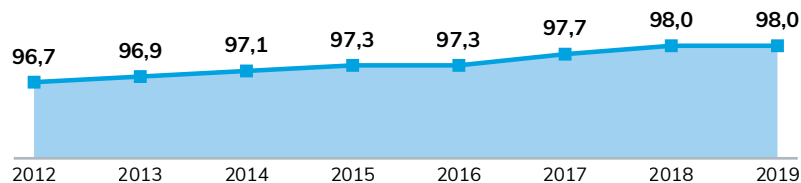
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Taxa líquida de matrícula

Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental
Brasil – 2012-2019

Quase 100% das crianças e jovens de 6 a 14 anos estão matriculados no Ensino Fundamental.

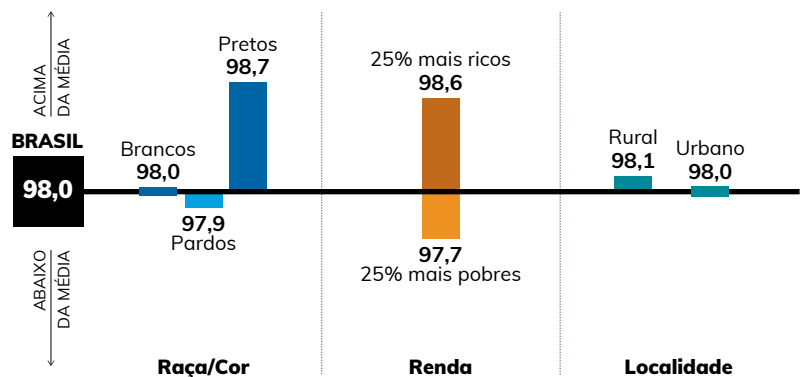


Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental
Brasil – 2019

O acesso ao Ensino Fundamental é semelhante nas áreas rurais e urbanas.



DE OLHO NA EQUIDADE

A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8, 9 e 10.

A ampliação do acesso ao Ensino Fundamental, considerando o ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos, aponta para o cumprimento da meta de universalização do Ensino Fundamental no período previsto pelo PNE

MUNICÍPIOS QUE ESTIMAM A DEMANDA POR ENSINO FUNDAMENTAL - 2018

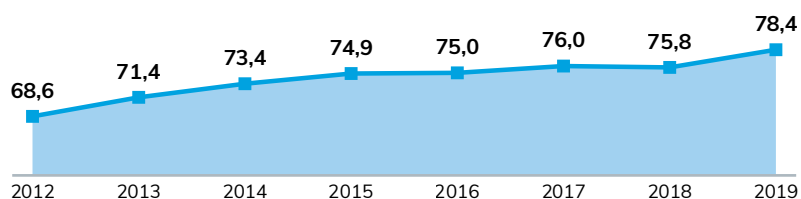
2.815

50,5%

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Conclusão

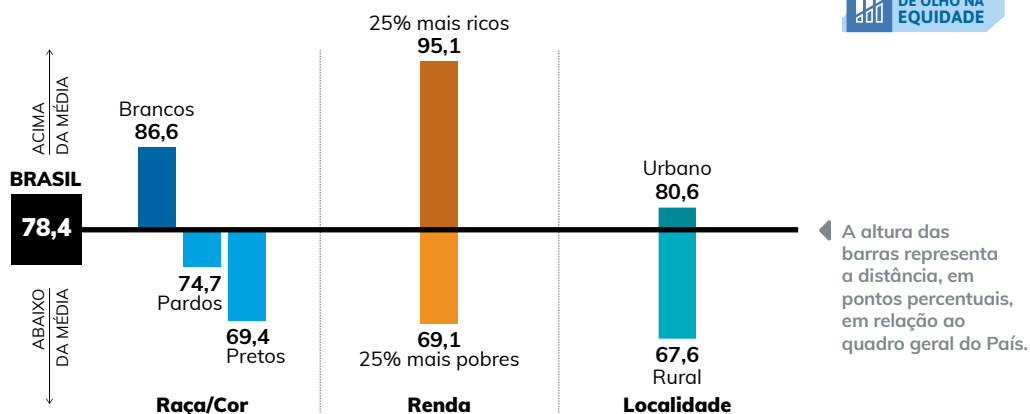
Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental
Brasil – 2012-2019



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental
Brasil – 2019



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8, 9 e 10.

SAIBA MAIS

Desde 2012, a porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental vem crescendo. Em 2019, 78,4% concluíram esta etapa de ensino.

Ainda assim, o ritmo de crescimento observado não é suficiente para o cumprimento da meta do PNE. Analisar as desigualdades ajuda a compreender esse quadro. Há disparidades significativas nas dimensões de raça/cor, renda e localidade. A maior distância (26 pontos percentuais) é entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos.

Acesso

Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	96,7	96,9	97,1	97,3	97,3	97,7	98,0	98,0
Região Norte	95,8	95,8	96,4	96,6	96,7	97,3	97,3	97,4
Rondônia	96,2	96,8	97,5	97,8	97,9	98,8	98,5	98,3
Acre	95,8	95,6	96,8	97,2	97,0	96,2	97,5	97,3
Amazonas	96,2	96,0	96,1	96,0	95,4	96,7	97,1	97,6
Roraima	96,5	97,6	96,9	97,3	96,3	96,5	95,9	95,6
Pará	95,6	95,7	96,1	96,6	97,3	97,4	97,1	97,2
Amapá	96,1	92,3	95,2	96,1	95,7	95,5	97,1	96,9
Tocantins	94,3	96,6	97,5	96,7	96,6	98,4	98,6	97,7
Região Nordeste	96,0	96,1	96,7	97,0	97,3	97,4	97,7	97,8
Maranhão	94,8	96,0	96,5	96,6	97,0	97,1	97,0	97,4
Piauí	96,9	96,5	98,0	98,7	97,9	98,8	98,7	98,2
Ceará	96,9	97,2	97,1	97,2	97,2	97,7	98,7	98,5
Rio Grande do Norte	97,0	97,4	98,0	98,7	97,5	98,3	98,4	98,6
Paraíba	96,1	96,7	97,2	96,4	98,1	97,6	97,7	97,7
Pernambuco	95,6	95,4	95,9	96,5	97,5	97,1	97,8	97,7
Alagoas	96,0	95,4	97,1	96,7	96,5	96,9	97,6	97,6
Sergipe	95,9	96,2	97,3	96,7	97,8	98,4	97,5	97,4
Bahia	96,1	95,7	96,1	97,1	97,2	97,1	97,0	97,6
Região Sudeste	97,2	97,5	97,5	97,6	97,4	97,8	98,3	98,2
Minas Gerais	96,9	98,1	98,5	98,4	97,9	98,0	98,4	98,9
Espírito Santo	97,1	97,4	97,5	97,8	97,2	98,5	98,2	97,5
Rio de Janeiro	96,1	95,8	95,8	95,8	96,6	97,2	97,3	97,4
São Paulo	97,7	97,8	97,6	97,7	97,5	97,9	98,7	98,3
Região Sul	97,6	97,9	97,9	97,9	97,7	98,1	98,3	98,2
Paraná	97,3	97,8	97,6	97,6	97,2	97,4	98,2	98,3
Santa Catarina	98,2	98,0	97,9	98,4	98,1	98,6	98,5	98,0
Rio Grande do Sul	97,6	97,8	98,2	98,0	98,0	98,6	98,3	98,3
Região Centro-Oeste	96,6	96,9	97,1	97,6	96,9	97,7	97,7	98,2
Mato Grosso do Sul	97,7	97,6	97,0	97,8	97,9	98,9	98,3	98,1
Mato Grosso	95,6	95,7	96,4	96,8	97,4	98,0	97,7	97,7
Goiás	96,8	97,1	97,9	98,1	96,4	97,3	97,7	98,4
Distrito Federal	96,1	97,1	96,4	97,3	96,5	97,2	97,4	98,1

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Conclusão

Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	68,6	71,4	73,4	74,9	75,0	76,0	75,8	78,4
Região Norte	54,0	59,4	62,0	66,8	64,9	68,4	68,2	70,6
Rondônia	61,2	70,5	64,4	73,4	67,3	72,5	68,0	79,2
Acre	70,1	71,6	71,3	77,0	70,4	75,6	72,6	73,6
Amazonas	54,6	58,7	64,8	66,5	68,2	77,4	68,5	74,5
Roraima	79,4	75,2	75,5	78,1	75,5	78,3	80,6	82,8
Pará	46,4	53,1	56,1	61,0	58,3	62,9	64,5	64,2
Amapá	67,4	64,5	68,8	74,2	75,9	53,9	73,5	75,2
Tocantins	61,8	70,2	71,2	78,8	74,3	74,6	79,2	81,1
Região Nordeste	56,1	60,5	62,7	63,8	65,3	66,3	68,6	68,8
Maranhão	59,0	64,5	67,3	68,3	70,0	66,8	74,9	75,8
Piauí	66,4	61,9	59,4	60,3	60,9	63,9	69,3	67,7
Ceará	69,0	69,4	71,7	72,5	77,1	76,1	83,0	80,2
Rio Grande do Norte	53,9	61,0	63,0	63,4	67,8	68,7	60,1	65,0
Paraíba	56,0	60,0	59,1	57,4	62,2	64,3	61,6	63,3
Pernambuco	59,7	62,3	67,7	67,7	70,6	66,4	71,3	73,1
Alagoas	47,7	50,6	54,9	58,2	60,0	67,3	64,2	64,0
Sergipe	43,2	57,8	52,2	55,8	58,3	55,0	53,5	59,1
Bahia	46,6	54,6	56,3	59,3	56,7	61,7	61,9	60,7
Região Sudeste	79,1	80,0	81,6	83,6	83,1	85,0	81,9	87,1
Minas Gerais	76,2	75,3	79,9	78,3	78,6	83,6	81,6	83,3
Espírito Santo	74,0	71,7	73,0	72,8	71,5	68,7	67,9	73,7
Rio de Janeiro	65,0	68,9	70,4	70,6	71,1	73,3	74,3	75,1
São Paulo	86,7	87,8	88,2	91,9	90,3	91,2	85,8	94,5
Região Sul	74,4	79,6	79,8	80,4	79,2	77,2	79,1	80,1
Paraná	73,8	78,5	79,0	81,5	78,4	78,3	81,7	85,3
Santa Catarina	80,8	87,0	89,7	89,3	86,2	82,7	84,3	85,0
Rio Grande do Sul	71,4	75,8	74,6	74,5	75,5	72,9	73,0	72,0
Região Centro-Oeste	75,4	76,4	77,4	76,1	78,2	77,1	80,6	82,4
Mato Grosso do Sul	64,6	67,6	65,8	66,4	62,5	71,3	76,5	76,2
Mato Grosso	79,7	79,6	89,3	84,9	92,3	88,6	87,1	83,1
Goiás	76,9	78,8	76,9	78,5	78,1	76,3	78,4	85,4
Distrito Federal	76,3	75,1	75,3	69,5	77,6	72,3	81,5	79,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8



Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

A taxa líquida de matrícula do Ensino Médio apresentou crescimento em 2019. Isso significa que a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio parece ter voltado a crescer em ritmo mais intenso, após alguns anos de tendência à estabilidade. A manutenção desse crescimento é essencial para se alcançar o patamar de 85%, como prevê o PNE.

A análise dos indicadores também evidencia a distância significativa entre o percentual dos jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola, superior a 90%, daqueles que frequentam a etapa recomendada: o Ensino Médio (71,1%), em 2019. Além disso, ainda é baixa a porcentagem de estudantes que conseguem concluir essa etapa de ensino até os 19 anos, atualmente em torno de 65%.

Em resumo, uma parte importante dos jovens fica para trás ao longo da trajetória escolar, por conta das altas taxas de reprovação e de distorção idade-série, que se acumulam desde os Anos Finais do Ensino Fundamental. Essa realidade é mais crítica entre os 25% mais pobres, estrato em que a taxa de conclusão da etapa aos 19 anos é de 51%. Para os mais ricos, a proporção é de 88%, já acima do previsto pelo PNE.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

61,8%

dos jovens de 15 a 17 anos que pertencem aos 25% mais pobres estão matriculados no Ensino Médio. Essa proporção é de 90,8% entre os 25% mais ricos.

36,7

pontos percentuais é a diferença entre a taxa de conclusão do Ensino Médio na idade recomendada entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres.

**NÚMERO DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS
FORA DA ESCOLA - BRASIL - 2019**

674.814

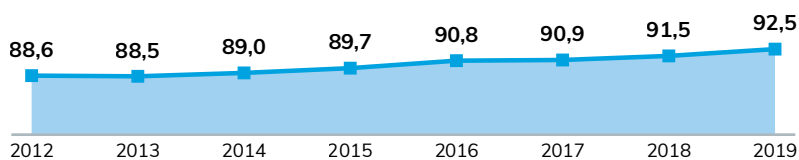
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: e .

Acesso

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola Brasil – 2012-2019

Taxa de atendimento



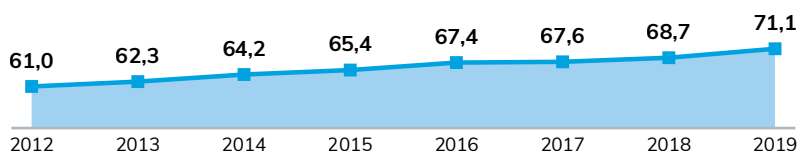
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8 e 11.



Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio – Brasil – 2012-2019

Taxa líquida de matrícula



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

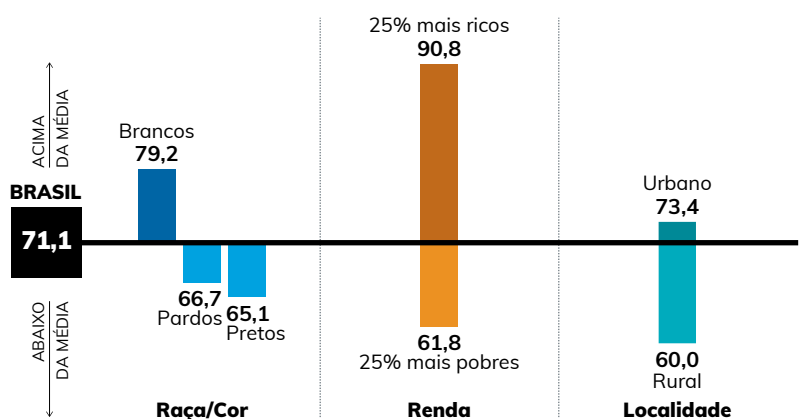
Notas: 8 e 11.



O acesso da população jovem ao Ensino Médio, que já foi de cerca de 50% no início dos anos 2000, tem crescido de forma contínua desde 2012.

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio – Brasil – 2019

Taxa líquida de matrícula



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8, 9, 10 e 11.



As desigualdades são significativas nas três dimensões analisadas.

A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.

MUNICÍPIOS QUE ESTIMAM A DEMANDA POR ENSINO MÉDIO – 2018

1.968

35,3%

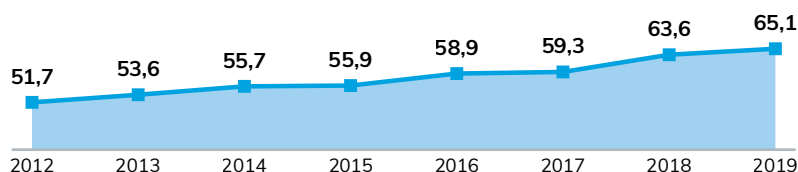
Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

O ritmo de crescimento da porcentagem de jovens cursando o Ensino Médio ainda não é suficiente para o cumprimento da meta do PNE em 2024

Desde 2012, a taxa de conclusão na idade esperada cresceu cerca de 13 pontos percentuais, passando de 51,7% para 65,1%.

Conclusão

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio Brasil – 2012-2019

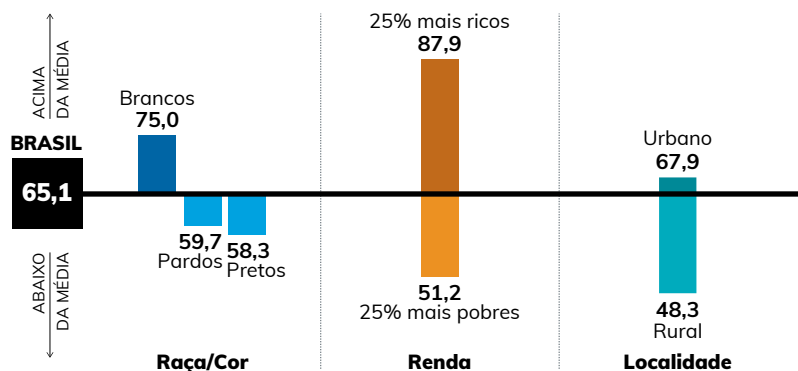


Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio Brasil – 2019

As desigualdades de acesso se refletem também na taxa de conclusão.



A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8, 9 e 10.

Jovens de 15 a 17 anos que não concluíram o Ensino Médio, por etapa de ensino em que estão matriculados, ou que estão fora da escola – Brasil – 2019

	Absoluto	%
Total	8.826.901	100
Ensino Médio	6.275.056	71,0
Regular	6.235.595	70,6
Educação de Jovens e Adultos	39.461	0,4
Ensino Fundamental	1.868.664	21,2
Regular	1.669.755	18,9
Educação de Jovens e Adultos	198.909	2,3
Alfabetização de jovens e adultos	8.367	0,1
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	674.814	7,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8 e 11.

A parcela de jovens que não estudam e não concluíram a etapa era de 674,8 mil em 2019

Acesso

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	61,0	62,3	64,2	65,4	67,4	67,6	68,7	71,1
Região Norte	49,7	52,7	55,3	56,5	58,1	59,0	62,4	62,6
Rondônia	50,2	53,5	55,9	59,9	61,9	56,5	65,8	67,4
Acre	62,0	67,2	62,1	67,1	65,9	65,8	63,3	66,3
Amazonas	49,3	52,7	56,3	55,9	60,4	64,7	65,9	65,9
Roraima	70,2	65,2	69,4	70,3	71,2	69,7	73,3	71,9
Pará	45,5	47,1	51,7	51,6	52,0	53,6	58,0	57,6
Amapá	58,3	59,5	57,7	62,6	68,1	59,9	62,0	68,4
Tocantins	57,8	65,4	62,8	67,1	64,9	70,0	70,7	69,8
Região Nordeste	50,6	51,6	53,9	56,1	58,2	59,6	60,5	62,7
Maranhão	53,0	55,4	59,1	59,4	63,2	60,8	63,5	66,1
Piauí	57,6	55,0	56,7	52,5	58,4	59,2	61,0	64,2
Ceará	58,7	61,6	60,1	61,9	66,7	68,5	73,0	74,0
Rio Grande do Norte	50,4	52,9	51,7	59,2	58,2	59,8	55,3	61,9
Paraíba	51,2	45,7	50,3	55,8	54,5	57,2	58,6	55,5
Pernambuco	52,2	54,4	57,5	58,4	60,4	60,5	61,8	68,2
Alagoas	43,0	42,8	47,0	49,7	53,5	56,6	57,2	57,2
Sergipe	40,0	45,9	46,3	50,3	49,6	51,0	48,6	46,6
Bahia	44,8	45,8	49,1	52,4	52,7	56,1	54,8	57,0
Região Sudeste	70,4	71,1	72,9	74,1	76,3	75,7	75,6	79,0
Minas Gerais	65,9	67,5	69,0	69,1	70,8	74,5	75,6	78,2
Espírito Santo	62,0	61,4	61,2	66,3	65,0	65,8	62,8	65,1
Rio de Janeiro	60,8	61,2	63,1	64,1	64,3	66,3	68,3	72,7
São Paulo	77,4	78,1	80,5	81,1	84,6	80,8	79,4	83,2
Região Sul	64,3	67,3	68,6	68,8	68,2	68,5	71,5	73,4
Paraná	65,4	64,8	69,5	70,2	69,8	72,7	72,2	75,7
Santa Catarina	68,2	74,1	76,3	72,9	72,7	73,1	77,8	76,8
Rio Grande do Sul	60,9	66,1	63,4	65,1	63,9	61,6	66,7	69,2
Região Centro-Oeste	64,8	66,5	66,6	65,8	69,8	69,6	71,7	74,5
Mato Grosso do Sul	51,0	56,7	54,7	52,8	54,9	59,6	66,8	67,4
Mato Grosso	71,5	70,4	74,7	75,1	80,0	77,7	77,4	77,2
Goias	66,4	67,2	66,8	66,4	69,7	68,5	70,9	75,8
Distrito Federal	66,2	70,0	67,4	65,6	70,2	71,0	71,3	74,4

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 8 e 11.

Conclusão

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,3	63,6	65,1
Região Norte	42,0	41,3	42,3	44,8	49,2	46,8	54,9	52,9
Rondônia	50,6	39,0	42,6	51,6	46,0	41,9	62,5	58,1
Acre	45,9	57,2	53,9	50,5	50,5	53,9	53,1	55,7
Amazonas	45,4	42,6	40,2	49,4	55,4	51,3	54,5	56,8
Roraima	62,6	50,7	64,5	60,8	65,4	63,3	67,8	64,3
Pará	35,2	36,5	37,9	36,2	43,7	41,5	50,6	46,5
Amapá	48,6	53,8	50,2	57,7	52,2	50,6	60,4	68,1
Tocantins	47,1	49,4	53,2	57,1	61,1	61,0	62,4	62,1
Região Nordeste	41,2	45,4	46,6	47,9	51,0	50,5	53,7	57,7
Maranhão	42,7	46,8	45,2	46,9	48,6	53,6	52,0	57,9
Piauí	40,5	44,5	44,7	53,1	42,0	45,0	54,7	60,0
Ceará	49,2	55,0	55,9	57,2	56,1	58,1	63,6	67,6
Rio Grande do Norte	44,0	44,7	56,3	44,9	58,4	46,8	50,1	50,8
Paraíba	48,8	46,8	46,1	50,4	50,5	53,1	52,7	55,7
Pernambuco	42,3	47,8	49,2	49,5	55,7	53,1	67,6	68,1
Alagoas	34,9	34,4	43,8	42,9	47,1	44,0	51,7	47,4
Sergipe	38,1	48,1	33,9	45,9	40,0	47,2	46,2	49,6
Bahia	34,4	39,6	40,6	41,5	49,3	46,1	43,3	49,9
Região Sudeste	59,8	61,1	64,9	63,6	65,5	67,4	70,8	72,1
Minas Gerais	50,3	59,2	59,4	55,6	62,3	65,7	62,4	68,1
Espírito Santo	57,9	59,4	57,6	50,2	59,8	61,7	59,9	58,4
Rio de Janeiro	56,8	52,5	56,1	58,7	56,5	56,4	62,7	65,9
São Paulo	66,5	65,5	71,3	70,9	70,8	73,5	78,3	77,5
Região Sul	55,9	57,1	57,7	58,8	60,4	62,1	66,3	67,3
Paraná	58,6	58,7	63,2	60,4	61,5	62,0	65,0	70,5
Santa Catarina	58,9	61,5	59,8	62,8	68,3	64,7	69,3	70,3
Rio Grande do Sul	51,1	52,7	50,9	54,7	54,3	60,3	65,6	61,6
Região Centro-Oeste	54,0	57,9	57,5	56,7	65,0	59,9	69,3	69,0
Mato Grosso do Sul	44,9	46,0	45,9	36,9	59,0	52,2	62,6	48,9
Mato Grosso	49,9	61,4	55,0	57,7	62,8	55,7	65,6	66,7
Goiás	54,9	57,9	58,9	59,9	64,2	60,6	70,2	72,9
Distrito Federal	64,6	64,7	66,2	65,7	73,8	68,7	76,5	79,4

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 8.

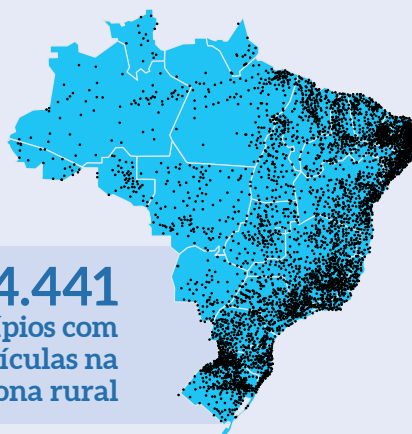
POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Em mais de uma de suas metas, o PNE contempla as populações do campo, as áreas indígenas e os remanescentes de quilombos. Os objetivos incluem o acesso à escola, a elevação da escolaridade e a promoção da qualidade, sempre tendo em vista a superação das desigualdades. Para isso, é fundamental assegurar uma inclusão efetiva, com projetos elaborados especificamente para esses grupos e material pedagógico adequado.

Campo



5.328.818
é o total de matrículas na zona rural



As regiões Nordeste, Sudeste e Sul concentram as matrículas em áreas rurais



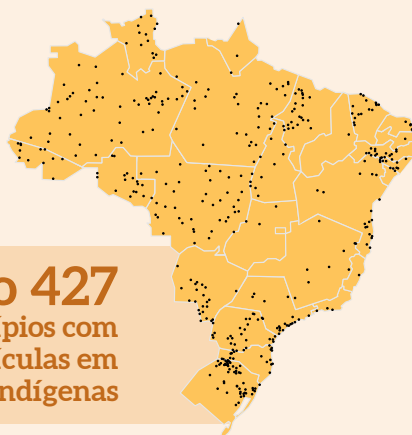
São 4.441
municípios com matrículas na zona rural

2.570
municípios têm projetos voltados para essa população

Indígenas



253.117
é o total de matrículas em terras indígenas



As matrículas em áreas indígenas estão espalhadas por todo o território nacional



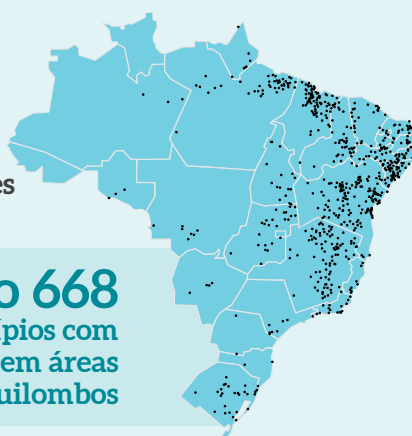
São 427
municípios com matrículas em terras indígenas

279
municípios têm projetos voltados para essa população

Quilombolas



273.403
é o total de matrículas em áreas remanescentes de quilombos



Os estados da região Nordeste preservam muitas áreas de quilombos



São 668
municípios com matrículas em áreas remanescentes de quilombos

484
municípios têm projetos voltados para essa população

O PNE prevê a preservação da identidade cultural e a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições de ensino

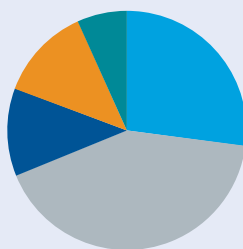
55.345
escolas na
zona rural

8.066
utilizam materiais pedagógicos
para a Educação do Campo



Infraestrutura (Em %)

Água potável		86,4
Banheiro		90,2
Energia elétrica		91,8
Esgoto		92,5



Distribuição por região

Norte	2.187
Nordeste	3.369
Sudeste	956
Sul	1.015
Centro-Oeste	539

Somente 15% das escolas da zona rural utilizam material pedagógico para Educação do Campo.

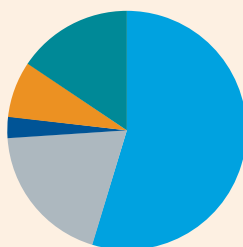
3.371
escolas em
terras indígenas

985
utilizam materiais pedagógicos
para a Educação Indígena



Infraestrutura (Em %)

Água potável		59,3
Banheiro		96,9
Energia elétrica		57,0
Esgoto		66,1



Distribuição por região

Norte	539
Nordeste	190
Sudeste	28
Sul	75
Centro-Oeste	153

A região Norte se destaca com a maior quantidade de escolas com material pedagógico para Educação Indígena.

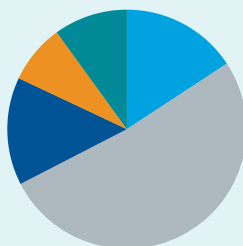
2.554
escolas em áreas
remanescentes
de quilombos

323
utilizam materiais pedagógicos para a
Educação das relações étnico-raciais



Infraestrutura (Em %)

Água potável		87,9
Banheiro		90,2
Energia elétrica		94,7
Esgoto		97,8



Distribuição por região

Norte	51
Nordeste	167
Sudeste	47
Sul	26
Centro-Oeste	32

Das escolas que utilizam material sobre relações étnico-raciais, a maioria está localizada na região Nordeste.

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar 2019. Elaboração: Todos Pela Educação.



EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

METAS DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A incorporação pelo PNE de uma meta exclusiva voltada à inclusão de crianças e jovens de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação foi um avanço importante. Contudo, faltam informações que permitam avançar na compreensão desse quadro. Os dados existentes são relativos apenas a quem está na escola.

O acompanhamento do cumprimento desta meta do PNE é parcialmente contemplado por dois indicadores. A porcentagem dos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns vem crescendo de forma consistente: uma evolução de quase 27 pontos percentuais desde 2009. Nesse mesmo período, o número de alunos em classes especiais ou escolas especializadas caiu de modo significativo, em especial, na Educação Infantil.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

15,2% das escolas da zona rural possuem sala de recursos multifuncionais. Na zona urbana, esses recursos estão disponíveis em 31,2% dos estabelecimentos.

28,9% das escolas da zona rural possuem banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Na zona urbana, essa realidade está presente em 61% das unidades de ensino.

Matrículas

Número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em classes comuns e classes especiais – Brasil – 2009 e 2019

Por etapa de ensino

	Classes Comuns		Classes especiais + Escolas Especializadas		Total	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Educação Infantil	27.031	99.105	47.748	8.850	74.779	107.955
Ensino Fundamental	333.623	846.801	200.688	149.939	534.311	996.740
Ensino Médio	25.659	140.141	3.132	1.347	28.791	141.488
Educação Profissional	718	4.758	1.119	26	1.837	4.784
Educação Básica	387.031	1.090.805	252.687	160.162	639.718	1.250.967

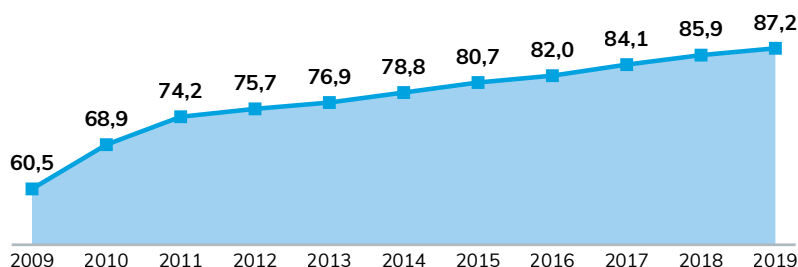
Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Matrículas

Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2009-2019

O percentual se refere apenas a quem já está na escola. Assim, não é possível avaliar de forma mais ampla o acesso à Educação Básica para essa população.



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Crianças e jovens de 4 a 17 anos com algum tipo de dificuldade permanente frequentando a escola – Brasil – 2010

	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Dificuldade permanente de ouvir	89,0	662.616	90,0	520.837	86,0	94.604	84,0	47.167
Dificuldade permanente de enxergar	93,0	3.060.796	93,0	2.644.654	90,0	362.226	84,0	53.907
Dificuldade permanente de caminhar	77,0	349.921	86,0	238.467	74,0	66.630	53,0	44.818

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Elaboração: Todos Pela Educação.

Crianças e jovens de 4 a 17 anos com deficiência mental/intelectual, frequentando a escola – Brasil – 2010

Sem deficiência permanente		Com deficiência permanente	
%	População	%	População
91,0	41.182.993	70,0	324.981

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os dados disponíveis no Censo Demográfico do IBGE não oferecem informações suficientes para acompanhar o efetivo atendimento das crianças e jovens com deficiências, transtornos ou superdotação.

Infraestrutura

Condições de oferta em escolas da Educação Básica com estudantes que possuem deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação – Brasil – 2009 e 2019

	Localidade	2009	2019
% de escolas da Educação Básica com sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Total	10,3	27,5
	Urbana	12,5	31,2
	Rural	2,3	15,2
% de escolas da Educação Básica com banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Total	23,3	53,7
	Urbana	27,9	61,0
	Rural	6,9	28,9



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 4 e 13.

Matrículas

Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	60,5	68,9	74,2	75,7	76,9	78,8	80,7	82,0	84,1	85,9	87,2
Região Norte	64,0	75,6	83,5	85,6	87,8	88,9	90,2	90,7	91,6	92,8	94,3
Rondônia	54,2	65,1	73,6	75,1	78,7	79,8	83,0	84,3	84,3	85,8	94,7
Acre	78,1	85,4	92,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Amazonas	47,2	56,8	66,1	71,1	74,3	76,1	78,7	79,5	81,4	83,0	84,8
Roraima	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pará	70,7	84,4	92,8	94,7	95,6	97,7	97,8	98,3	98,9	99,2	99,3
Amapá	67,6	79,7	81,7	84,0	84,6	84,9	88,1	87,9	86,9	94,0	93,4
Tocantins	61,6	72,9	78,6	77,0	78,2	78,7	80,3	81,3	82,3	83,7	83,7
Região Nordeste	68,8	79,6	86,8	88,9	90,4	91,9	93,5	94,3	95,3	96,2	96,8
Maranhão	64,5	76,1	81,4	82,9	84,5	85,8	87,0	88,6	91,1	92,9	93,4
Piauí	64,8	81,1	96,3	96,4	97,1	98,0	98,2	97,0	98,6	98,8	98,7
Ceará	71,4	76,6	86,4	88,5	93,3	94,9	96,2	97,0	97,3	97,8	98,2
Rio Grande do Norte	94,7	97,0	98,9	99,8	99,8	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Paraíba	73,4	86,5	92,3	94,3	94,9	95,3	95,5	96,4	97,0	96,6	97,3
Pernambuco	47,2	62,7	73,0	77,7	79,1	81,0	86,3	87,7	89,1	92,0	93,6
Alagoas	81,2	91,5	95,5	95,4	97,1	97,5	99,4	99,7	99,3	99,3	99,2
Sergipe	54,0	66,7	78,1	81,5	85,2	89,5	91,3	93,2	95,0	95,7	96,0
Bahia	75,3	85,6	90,0	91,4	91,8	93,5	94,3	94,7	95,7	96,4	97,1
Região Sudeste	59,1	64,5	67,2	70,4	71,8	73,5	75,2	77,4	80,0	82,3	84,1
Minas Gerais	42,2	50,2	55,9	61,7	63,8	66,4	69,5	72,0	75,7	79,0	81,7
Espírito Santo	46,0	100,0	99,7	100,0	100,0	100,0	99,9	99,8	100,0	100,0	100,0
Rio de Janeiro	48,0	59,8	68,6	71,8	73,0	75,2	77,0	79,2	81,4	83,9	86,1
São Paulo	68,9	69,8	70,1	72,1	73,3	74,7	75,6	77,8	80,0	81,6	82,9
Região Sul	51,4	62,2	69,0	65,8	66,1	68,5	70,7	71,2	73,3	74,9	75,5
Paraná	37,8	50,9	58,3	50,0	48,3	49,8	51,5	52,7	56,3	59,0	57,6
Santa Catarina	90,8	92,0	93,1	93,9	94,1	95,7	97,8	97,4	98,0	97,7	98,8
Rio Grande do Sul	53,9	64,3	71,6	75,9	77,8	79,9	81,3	82,0	83,1	84,2	85,4
Região Centro-Oeste	63,3	70,5	75,1	78,7	78,7	80,4	81,1	81,7	83,3	85,1	86,1
Mato Grosso do Sul	56,3	63,5	68,3	69,6	70,1	72,3	74,2	74,1	73,2	73,9	74,9
Mato Grosso	47,4	52,7	58,9	67,1	71,1	73,0	74,9	77,2	79,0	79,9	80,2
Goias	81,4	89,3	91,4	94,0	92,2	96,1	95,4	92,3	93,3	94,4	94,1
Distrito Federal	57,1	65,3	71,1	72,7	74,3	71,7	72,2	76,7	80,4	84,4	90,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Matrículas

Crianças e jovens de 4 a 17 anos com algum tipo de dificuldade permanente frequentando a escola – 2010

Por unidades da federação

Unidade da federação	Dificuldade permanente de ouvir		Dificuldade permanente de enxergar		Dificuldade permanente de caminhar		Com deficiência mental/intelectual permanente	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89,0	662.616	93,0	3.060.796	77,0	349.921	70,0	324.981
Região Norte	87,0	81.698	92,0	286.180	74,0	41.084	65,0	30.767
Rondônia	88,0	5.352	92,0	22.816	73,0	2.414	70,0	2.824
Acre	85,0	4.470	90,0	14.164	76,0	2.589	66,0	2.153
Amazonas	86,0	18.935	91,0	67.793	73,0	9.643	62,0	6.759
Roraima	93,0	2.548	91,0	7.572	80,0	1.443	72,0	1.111
Pará	88,0	41.308	92,0	138.075	74,0	20.783	64,0	14.337
Amapá	90,0	4.122	94,0	15.918	79,0	1.966	69,0	1.260
Tocantins	90,0	4.960	93,0	19.838	73,0	2.243	63,0	2.320
Região Nordeste	89,0	262.131	93,0	1.220.182	77,0	131.530	66,0	105.089
Maranhão	90,0	38.666	93,0	130.506	76,0	18.614	66,0	15.721
Piauí	90,0	13.679	94,0	61.780	74,0	7.147	60,0	5.349
Ceará	88,0	44.727	93,0	206.244	78,0	21.778	67,0	15.714
Rio Grande do Norte	91,0	15.247	93,0	77.682	80,0	7.291	68,0	5.962
Paraíba	89,0	16.460	93,0	85.244	77,0	8.434	65,0	6.829
Pernambuco	89,0	41.333	93,0	217.111	78,0	20.813	66,0	15.907
Alagoas	87,0	19.295	92,0	78.815	77,0	10.207	69,0	9.186
Sergipe	90,0	10.465	94,0	48.309	82,0	4.954	70,0	4.269
Bahia	90,0	62.256	93,0	314.487	77,0	32.289	66,0	26.147
Região Sudeste	90,0	209.015	93,0	1.068.738	79,0	118.158	74,0	120.920
Minas Gerais	89,0	56.443	92,0	237.177	77,0	31.147	73,0	34.242
Espírito Santo	89,0	11.188	91,0	47.464	78,0	6.049	74,0	6.116
Rio de Janeiro	91,0	41.642	94,0	214.469	80,0	23.087	76,0	23.818
São Paulo	90,0	99.740	93,0	569.627	79,0	57.874	74,0	56.742
Região Sul	89,0	68.472	91,0	282.717	77,0	38.029	74,0	45.867
Paraná	89,0	27.535	92,0	115.775	79,0	15.772	75,0	18.112
Santa Catarina	90,0	15.863	92,0	61.714	80,0	8.681	79,0	9.797
Rio Grande do Sul	87,0	25.073	91,0	105.227	73,0	13.575	71,0	17.957
Região Centro-Oeste	89,0	41.298	92,0	202.976	78,0	21.118	76,0	22.336
Mato Grosso do Sul	88,0	6.765	90,0	26.553	77,0	3.767	74,0	4.440
Mato Grosso	89,0	8.351	92,0	38.130	77,0	4.160	75,0	4.516
Goiás	87,0	17.003	91,0	86.375	77,0	9.134	73,0	8.355
Distrito Federal	91,0	9.178	94,0	51.917	84,0	4.056	86,0	5.024

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Elaboração: Todos Pela Educação. Todos os graus de dificuldade.



Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

A primeira edição da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), em 2014, deu dimensão concreta a um problema ainda pouco conhecido, mostrando que as dificuldades de aprendizagem começam cedo no Brasil. Os resultados sinalizavam que o País não conseguia alfabetizar adequadamente a maioria das crianças.

Dois anos depois, a segunda edição da ANA confirmou os resultados anteriores. Em 2016, menos da metade dos alunos de 3º ano do Ensino Fundamental alcançaram os níveis de proficiência suficientes em Leitura (45,3%) e em Matemática (45,5%).

Desde então, a indisponibilidade de dados públicos atualizados prejudica o monitoramento do cumprimento da meta e sua evolução no período, dificultando o controle social necessário para a efetivação da garantia do direito à aprendizagem das crianças no começo de sua trajetória educacional básica.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

23,4%

dos alunos de NSE muito baixo e baixo apresentavam nível suficiente de Leitura, em 2016, proporção quase três vezes menor do que a do grupo de NSE alto e muito alto.

24,8%

das crianças de NSE muito baixo e baixo se situavam no patamar de proficiência suficiente, em Matemática, enquanto 68,6% dos alunos de NSE alto e muito alto alcançavam a mesma condição.

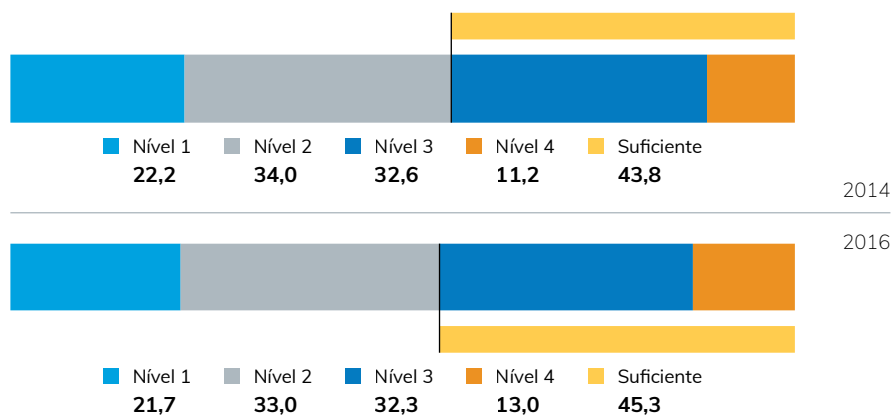
Alfabetização

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência
Brasil – 2014 e 2016

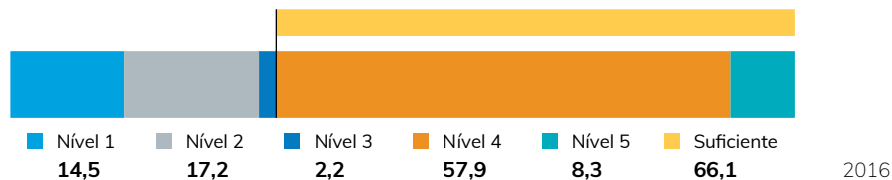


LEITURA

Aproximadamente 22, a cada 100 crianças, situam-se no nível mais baixo de proficiência em Leitura, nas escolas públicas brasileiras. Em Escrita, o problema é ainda mais grave.

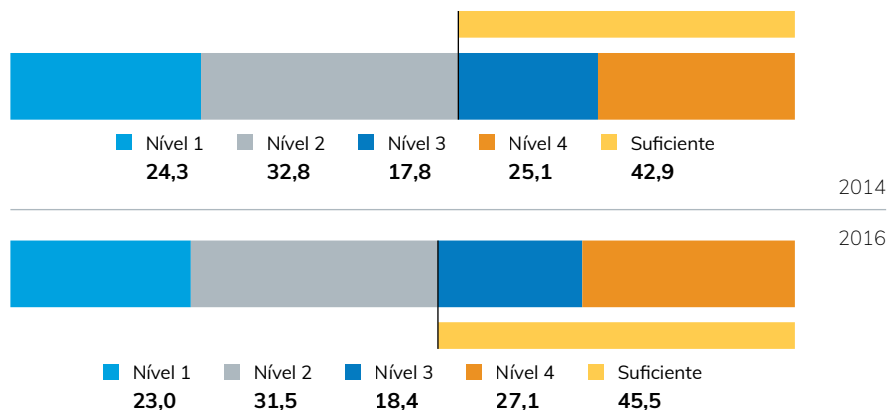


ESCRITA



MATEMÁTICA

23% das crianças situam-se no nível 1 de proficiência em Matemática.



Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados da ANA. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 14 e 15.

A Avaliação Nacional da Alfabetização foi descontinuada. Por isso, os dados mais recentes disponíveis referem-se a 2016, mas ainda representam claramente os imensos desafios brasileiros na área da alfabetização

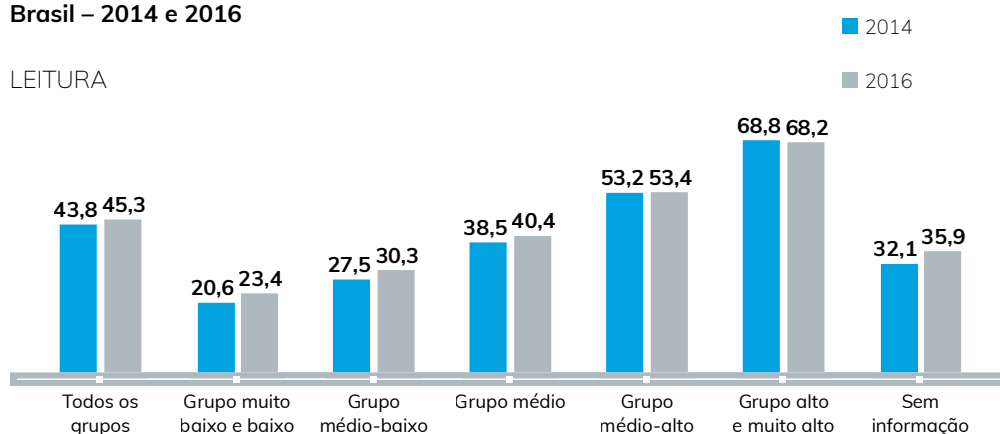
Alfabetização

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização por NSE da escola
Brasil – 2014 e 2016

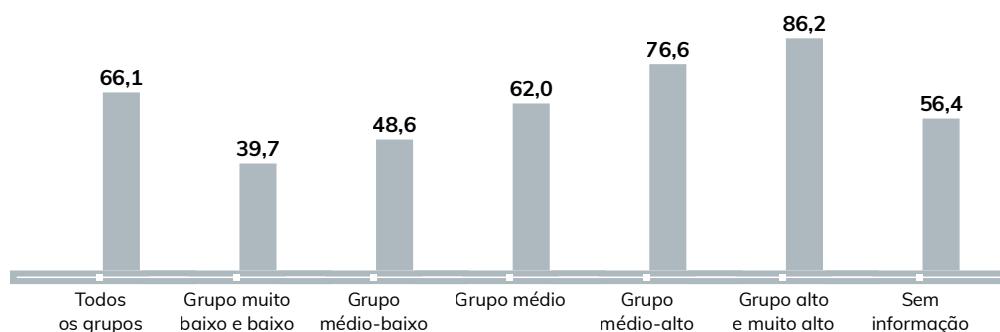


A análise por Nível Socioeconômico (NSE) demonstra o impacto da desigualdade sobre os resultados de aprendizagem das crianças brasileiras, tanto na Leitura como na Escrita e na Matemática.

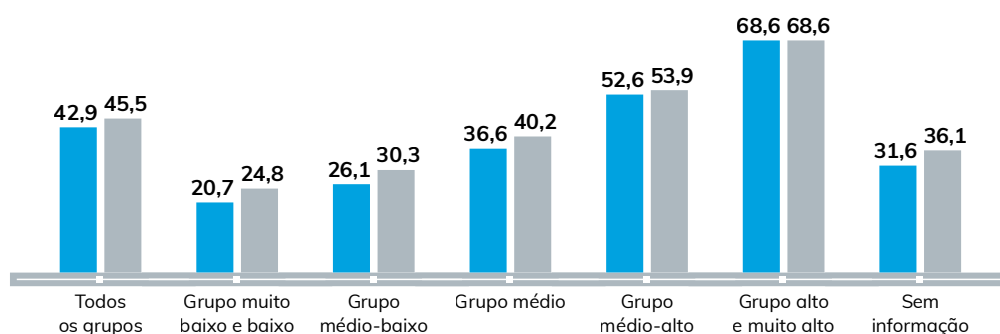
LEITURA



ESCRITA



MATEMÁTICA



Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados da ANA. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 14 e 15.

Às desigualdades socioeconômicas somam-se as disparidades regionais. A tabela ao lado permite ver com clareza as diferenças de aprendizagem das crianças brasileiras, conforme o estado e a região onde vivem

Alfabetização

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental no nível suficiente de alfabetização – 2014 e 2016

Por unidades da federação

Unidade da federação	Leitura		Escrita	Matemática	
	2014	2016	2016	2014	2016
Brasil	43,8	45,3	66,1	42,9	45,5
Região Norte	27,5	29,8	47,0	25,1	29,4
Rondônia	39,1	40,0	61,5	38,7	40,7
Acre	44,7	45,5	62,7	40,6	46,7
Amazonas	29,9	33,7	47,5	28,1	32,6
Roraima	33,8	29,0	48,4	31,1	29,2
Pará	21,2	23,6	40,1	18,6	23,1
Amapá	20,6	20,6	40,8	17,1	19,5
Tocantins	35,6	35,4	57,6	32,2	34,5
Região Nordeste	27,6	30,8	49,2	25,9	30,5
Maranhão	18,6	22,7	40,1	16,3	22,7
Piauí	24,2	29,1	46,1	21,2	28,0
Ceará	52,2	54,8	70,7	48,7	51,7
Rio Grande do Norte	29,1	32,3	59,2	24,4	30,6
Paraíba	24,6	28,5	44,3	23,9	28,7
Pernambuco	27,7	29,4	48,2	29,0	31,0
Alagoas	21,1	23,8	43,6	20,1	24,1
Sergipe	19,4	19,8	44,0	18,9	20,5
Bahia	24,0	27,3	45,2	22,2	27,2
Região Sudeste	56,7	56,3	78,5	57,1	57,3
Minas Gerais	63,8	62,4	79,2	62,6	62,2
Espírito Santo	50,3	52,6	74,9	49,3	53,6
Rio de Janeiro	40,7	40,2	64,8	38,7	39,5
São Paulo	59,6	58,7	82,9	61,7	60,8
Região Sul	54,5	55,1	80,2	53,9	55,6
Paraná	55,5	55,3	85,6	55,0	55,6
Santa Catarina	60,8	60,8	84,8	60,7	62,2
Rio Grande do Sul	49,8	51,1	71,0	48,8	51,2
Região Centro-Oeste	47,7	48,8	70,5	45,1	48,1
Mato Grosso do Sul	45,0	43,8	66,7	42,3	42,3
Mato Grosso	45,3	46,7	72,0	43,3	46,3
Goiás	48,1	49,7	69,1	44,8	48,6
Distrito Federal	53,1	55,5	76,4	51,7	56,7

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados da ANA. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 14 e 15.



Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, já previa a ampliação da jornada escolar e a oferta gradual do ensino em tempo integral ao maior número de alunos. O PNE incorporou esse objetivo que, no entanto, ainda parece distante de ser alcançado.

Em 2019, o número de matrículas nessa modalidade de ensino na rede pública de Educação Básica era de 5 milhões (14,2% do total), cerca de 2 milhões a mais em relação ao número observado em 2011.

Nesse mesmo período, também aumentou o percentual de escolas públicas com matrículas em tempo integral. Entre 2011 e 2015, esse indicador apresentou um crescimento contínuo, chegando a 44,6%. Porém, a partir de 2016, houve um recuo e, em 2019, uma em cada três escolas de Educação Básica da rede pública oferecia matrículas em tempo integral.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

13,9%

das escolas públicas de Educação Básica da região Norte possuem pelo menos uma matrícula em tempo integral, enquanto, no Sul, esse percentual é de 42,3%.

3,8%

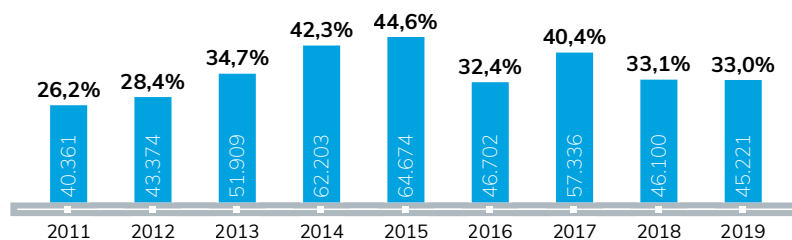
das matrículas de Educação Básica no Amapá são em tempo integral. No Ceará, essa parcela é de 31,4%.

Estabelecimentos

Porcentagem e total de escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral – Brasil – 2011-2019



O ensino em tempo integral prevê jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas as atividades do currículo obrigatório e as complementares.

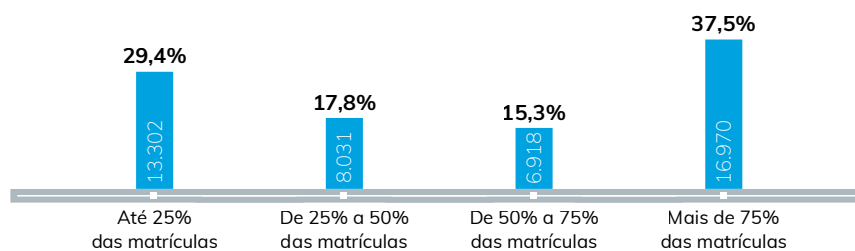


Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 4, 16 e 17.

Escolas públicas da Educação Básica de acordo com a porcentagem de matrículas em tempo integral – Brasil – 2019

Dentre as escolas que possuem matrículas em tempo integral na Educação Básica, aquelas com mais de 75% de matrículas nessa modalidade correspondem a 37,5% do total.



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 4, 16 e 17.

Matrículas

Número de matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica Brasil – 2011-2019

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Educação Básica	3.164.544	3.752.684	4.911.234	6.342.129	6.594.315	4.558.327	6.055.974	4.933.121	5.002.641
Educação Infantil	1.270.117	1.379.788	1.485.887	1.557.186	1.616.576	1.660.035	1.772.822	1.782.515	1.820.935
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	1.089.098	1.312.420	1.878.107	2.677.651	2.807.341	1.493.171	2.279.476	1.471.515	1.308.263
Ensino Fundamental - Anos Finais	599.565	792.011	1.203.192	1.695.754	1.729.253	925.028	1.417.808	980.669	1.111.146
Ensino Médio	205.764	268.465	344.048	411.538	441.145	480.093	585.868	698.422	762.297

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1, 16 e 17.

Porcentagem de matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica Brasil – 2011-2019



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Educação Básica	8,2	9,9	13,1	17,2	18,3	12,6	16,9	13,9	14,2
Educação Infantil	25,3	26,6	27,6	28,1	28,7	28,2	28,8	28,2	28,2
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	7,7	9,7	14,2	20,5	21,9	11,8	18,2	11,9	10,8
Ensino Fundamental - Anos Finais	4,9	6,7	10,5	15,5	16,4	8,9	13,9	9,6	11,0
Ensino Médio	2,8	3,7	4,7	5,7	6,3	6,7	8,4	10,3	11,7

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1, 16 e 17.

Estabelecimentos

Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral – 2014-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Brasil	42,3	62.203	44,6	64.674	32,4	46.702	40,4	57.336	33,1	46.100	33,0	45.221
Região Norte	26,1	5.581	30,9	6.538	15,0	3.137	20,6	4.278	14,7	3.003	13,9	2.819
Rondônia	37,9	432	46,6	523	25,3	281	20,6	224	14,6	155	13,8	145
Acre	22,4	365	27,7	443	16,8	266	13,1	206	8,5	130	9,3	140
Amazonas	20,9	1.083	26,3	1.349	15,8	801	21,5	1.082	10,2	505	11,8	580
Roraima	11,5	85	9,3	69	10,4	79	8,3	65	8,0	63	8,3	66
Pará	25,1	2.627	30,2	3.114	10,7	1.085	18,9	1.904	16,6	1.636	13,0	1.264
Amapá	15,9	121	21,5	162	13,5	102	10,1	76	6,3	47	8,7	65
Tocantins	58,2	868	59,2	878	35,4	523	48,7	721	31,8	467	39,1	559
Região Nordeste	38,7	22.807	42,3	24.167	23,6	13.264	37,7	20.544	28,6	14.967	30,6	15.520
Maranhão	26,1	3.093	33	3.829	13,1	1.504	22,9	2.561	20,1	2.168	24,7	2.614
Piauí	26,4	1.311	38,4	1.806	22,4	1.028	34,6	1.503	33,0	1.347	35,4	1.374
Ceará	56	3.624	53,7	3.405	29,8	1.869	57,1	3.523	39,6	2.383	55,1	3.202
Rio Grande do Norte	48,8	1.482	46,0	1.363	28,1	820	33,8	974	23,6	664	23,6	655
Paraíba	49,8	2.283	44,4	1.988	24,5	1.073	42,9	1.776	31,9	1.270	30,5	1.178
Pernambuco	48,6	3.481	46,3	3.169	23,8	1.618	43,6	2.866	24,9	1.561	26,9	1.639
Alagoas	46,3	1.229	47,4	1.216	26,6	672	41,7	1.039	37,7	917	37,5	881
Sergipe	34,7	640	39,2	714	17,4	314	33,3	581	26,2	443	24,4	405
Bahia	34,5	5.664	42,1	6.677	28,1	4.366	38,1	5.721	29,5	4.214	26,1	3.572
Região Sudeste	48,4	19.099	49,6	19.588	45,5	18.002	49,1	19.387	43,3	17.000	40,2	15.765
Minas Gerais	46,1	5.736	46,4	5.735	46,1	5.675	49,1	5.990	42,2	5.084	31,6	3.755
Espírito Santo	36,5	1.065	35,9	1.035	23,8	679	25,3	710	20,9	574	22,0	598
Rio de Janeiro	55,6	3.561	46,7	2.986	42,4	2.719	49,6	3.186	42,1	2.699	40,3	2.601
São Paulo	49,2	8.737	55,1	9.832	49,7	8.929	52,6	9.501	47,7	8.643	48,5	8.811
Região Sul	52,9	10.346	53,2	10.418	46,5	9.097	48,8	9.512	42,5	8.229	42,3	8.167
Paraná	53,1	3.775	52,8	3.772	49,1	3.536	47,3	3.412	40,7	2.939	40,1	2.899
Santa Catarina	55,6	2.774	57,5	2.874	54,9	2.719	55,2	2.722	53,4	2.606	52,5	2.552
Rio Grande do Sul	51,0	3.797	50,8	3.772	38,3	2.842	46,0	3.378	37,0	2.684	37,7	2.716
Região Centro-Oeste	57,7	4.370	52,0	3.963	41,7	3.202	47,0	3.615	37,6	2.901	38,4	2.950
Mato Grosso do Sul	62,1	788	62,2	798	56,3	727	54,3	707	46,1	603	48,1	630
Mato Grosso	52,6	1.180	51,2	1.149	34,9	790	40,3	909	32,1	722	31,8	715
Goias	61,3	2.099	49,1	1.696	39,6	1.377	47,8	1.673	36,3	1.271	38,4	1.331
Distrito Federal	47,7	303	49,9	320	48,2	308	50,6	326	47,0	305	42,2	274

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 4, 16 e 17.

Matrículas

Total e porcentagem de matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica – 2019

Por etapa de ensino e unidades da federação

Unidade da federação	Educação Infantil		Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio		Educação Básica	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Brasil	28,2	1.820.935	10,8	1.308.263	11,0	1.111.146	11,7	762.297	14,2	5.002.641
Região Norte	7,6	45.591	6,2	97.075	8,7	103.736	7,6	55.699	7,4	302.101
Rondônia	6,9	2.801	1,7	2.143	4,0	4.380	11,0	6.325	4,7	15.649
Acre	11,7	4.388	2,6	2.181	2,5	1.600	10,4	3.792	5,4	11.961
Amazonas	3,7	5.145	6,1	22.492	10,6	29.736	10,1	19.955	7,8	77.328
Roraima	9,5	2.283	1,0	515	0,1	29	14,4	3.221	4,3	6.048
Pará	6,8	19.140	5,6	41.152	8,5	47.037	2,6	8.465	6,1	115.794
Amapá	2,6	599	3,1	2.225	0,6	321	11,9	3.611	3,8	6.756
Tocantins	19,5	11.235	22,3	26.367	20,6	20.633	17,2	10.330	20,4	68.565
Região Nordeste	16,6	286.519	16,3	559.426	23,3	691.790	20,6	391.007	19,2	1.928.742
Maranhão	3,7	10.529	21,5	119.400	32,6	153.843	6,6	18.089	19,0	301.861
Piauí	5,2	6.396	21,8	48.702	32,8	58.180	25,3	28.897	22,3	142.175
Ceará	15,0	47.168	33,6	164.064	43,5	192.476	27,5	90.310	31,4	494.018
Rio Grande do Norte	2,5	2.758	11,2	21.702	15,1	24.940	13,0	14.266	11,0	63.666
Paraíba	34,4	38.782	13,3	30.410	19,3	38.820	34,6	39.750	22,5	147.762
Pernambuco	14,5	30.182	7,9	40.682	15,1	68.045	52,1	156.612	20,0	295.521
Alagoas	25,2	25.607	16,8	35.600	16,7	29.578	12,7	12.773	17,5	103.558
Sergipe	15,1	9.105	6,7	9.121	6,0	6.937	19,1	12.094	9,9	37.257
Bahia	28,2	115.992	10,3	89.745	15,4	118.971	3,7	18.216	13,5	342.924
Região Sudeste	33,8	884.132	9,5	429.943	6,2	227.984	8,9	225.546	13,2	1.767.605
Minas Gerais	30,0	173.636	8,6	97.702	3,8	38.111	3,7	25.054	9,9	334.503
Espírito Santo	11,9	19.296	3,5	8.478	6,0	11.711	11,3	11.393	7,3	50.878
Rio de Janeiro	33,7	132.258	15,2	114.255	10,8	66.154	13,6	62.211	16,9	374.878
São Paulo	37,6	558.942	8,8	209.508	5,9	112.008	9,8	126.888	14,2	1.007.346
Região Sul	45,9	466.251	9,2	153.254	2,6	36.103	5,2	44.789	14,2	700.397
Paraná	48,7	190.806	12,2	79.019	1,7	9.064	2,7	9.483	14,9	288.372
Santa Catarina	44,3	140.025	6,6	26.936	2,7	9.258	10,8	22.927	15,6	199.146
Rio Grande do Sul	43,9	135.420	7,9	47.299	3,5	17.781	4,2	12.379	12,4	212.879
Região Centro-Oeste	27,8	138.442	7,2	68.565	6,5	51.533	8,8	45.256	11,0	303.796
Mato Grosso do Sul	35,6	40.308	5,3	10.443	4,1	6.232	7,4	6.895	11,5	63.878
Mato Grosso	19,8	30.185	5,0	11.500	5,6	10.502	10,5	13.829	9,4	66.016
Goiás	35,8	66.747	8,9	33.694	8,5	27.879	10,7	21.919	13,7	150.239
Distrito Federal	2,6	1.202	8,6	12.928	5,5	6.920	3,1	2.613	5,8	23.663

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1, 16 e 17.



Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Se, por um lado, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) vem melhorando desde 2005, tanto nos Anos Iniciais como nos Anos Finais do Ensino Fundamental, por outro lado, no Ensino Médio, o Ideb está praticamente estagnado.

Como esse indicador é composto por duas dimensões: o rendimento escolar (representado pelas médias das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e o desempenho (que mede a aprendizagem, com base nos resultados do Saeb, aplicado pelo Inep), é possível avaliar qual das duas mais tem contribuído para sua evolução.

Nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental, observa-se uma notória participação do desempenho dos alunos na elevação dos índices. Já no Ensino Médio, a decomposição aponta que esses ganhos foram inferiores aos obtidos na dimensão do rendimento, e se observa uma relativa estagnação do Ideb, quando comparado a 2005.

Vale lembrar que, no Ensino Médio, são altas as taxas de abandono e de distorção idade-série. Em 2019, na primeira série do Ensino Médio, por exemplo, três em cada dez matriculados estavam em situação de atraso de dois ou mais anos na trajetória escolar.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

2,3

pontos é a distância entre o Ideb do Ensino Médio nas escolas da rede pública (3,5) e nas escolas da rede privada (5,8).

34,6

pontos percentuais é a diferença entre a taxa de distorção idade-série do Pará (46,5%) e de São Paulo (11,9%), no Ensino Médio.

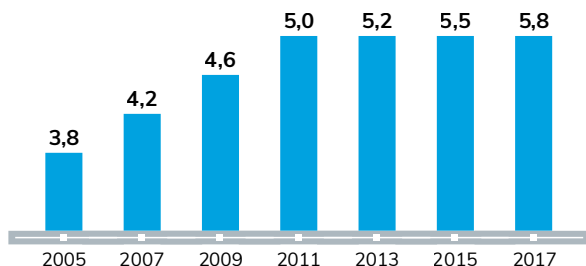
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Rede Total – Brasil – 2005-2017

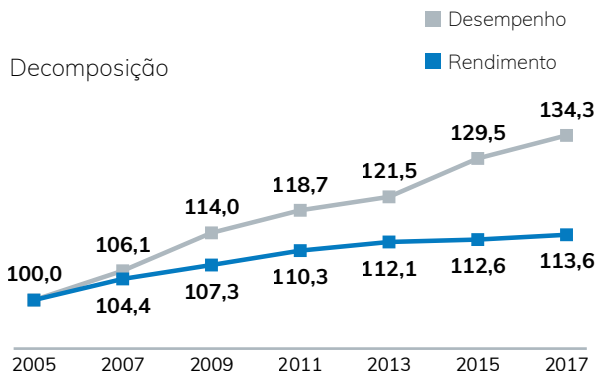


Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Ideb

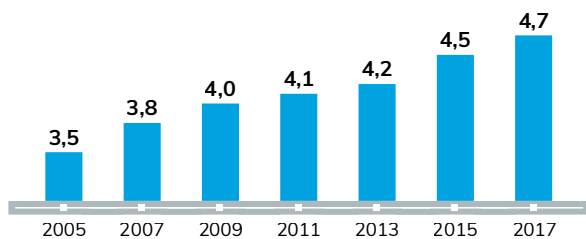


Decomposição

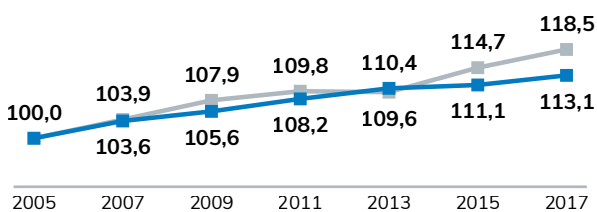


Ensino Fundamental - Anos Finais

Ideb

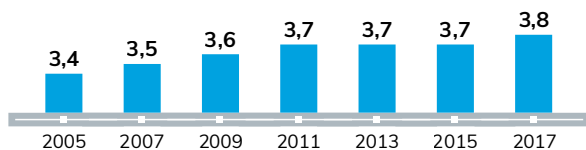


Decomposição

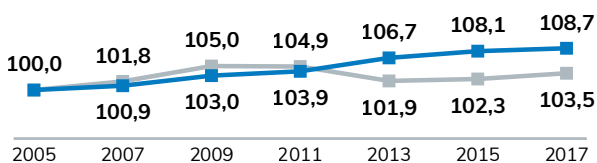


Ensino Médio

Ideb



Decomposição



Fonte: MEC/Inep/Daeb - Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 18.

SAIBA MAIS

Os gráficos que mostram a decomposição dos indicadores de rendimento e desempenho que compõem o Ideb têm como ponto de partida os valores de 2005, igualados a 100. Assim, um valor 20% maior em relação a 2005 é representado como 120.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, os resultados da decomposição do desempenho apontam para uma melhora de 34,3% em 2017, em comparação a 2005.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Por redes de ensino – Brasil – 2005-2017

Ensino Fundamental - Anos Iniciais

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5
Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,6
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0
Privada	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1

Ensino Fundamental - Anos Finais

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,8	4,1	4,3
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,5
Privada	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4

Ensino Médio

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5
Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 19.

Distância entre redes pública e privada começa a se acentuar ainda mais nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Rendimento

Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil – 2009-2018

Ensino Fundamental - Anos Iniciais

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aprovação	88,5	89,9	91,2	91,7	92,7	92,7	93,2	93,2	94,0	94,2
Reprovação	9,2	8,3	7,2	6,9	6,1	6,2	5,8	5,9	5,2	5,1
Abandono	2,3	1,8	1,6	1,4	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7

Ensino Fundamental - Anos Finais

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aprovação	81,3	82,7	83,4	84,1	85,1	84,8	85,7	85,6	87,1	88,1
Reprovação	13,4	12,6	12,4	11,8	11,3	11,7	11,1	11,4	10,1	9,5
Abandono	5,3	4,7	4,2	4,1	3,6	3,5	3,2	3,0	2,8	2,4

Ensino Médio

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aprovação	75,9	77,2	77,4	78,7	80,1	80,3	81,7	81,5	83,1	83,4
Reprovação	12,6	12,5	13,1	12,2	11,8	12,1	11,5	11,9	10,8	10,5
Abandono	11,5	10,3	9,5	9,1	8,1	7,6	6,8	6,6	6,1	6,1

Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nas três etapas de ensino, as taxas de abandono vêm caindo, acompanhando a redução dos índices de reprovação.

Taxas de rendimento - Todas as redes – Brasil – 2018

Ensino Fundamental - Anos Iniciais

	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	98,1	1,2	0,7
2º ano	97,4	2,2	0,4
3º ano	89,9	9,4	0,7
4º ano	92,9	6,3	0,8
5º ano	93,6	5,6	0,8

Ensino Fundamental - Anos Finais

	Aprovação	Reprovação	Abandono
6º ano	85,8	11,7	2,5
7º ano	87,1	10,5	2,4
8º ano	89,3	8,4	2,3
9º ano	90,6	6,9	2,5

Ensino Médio

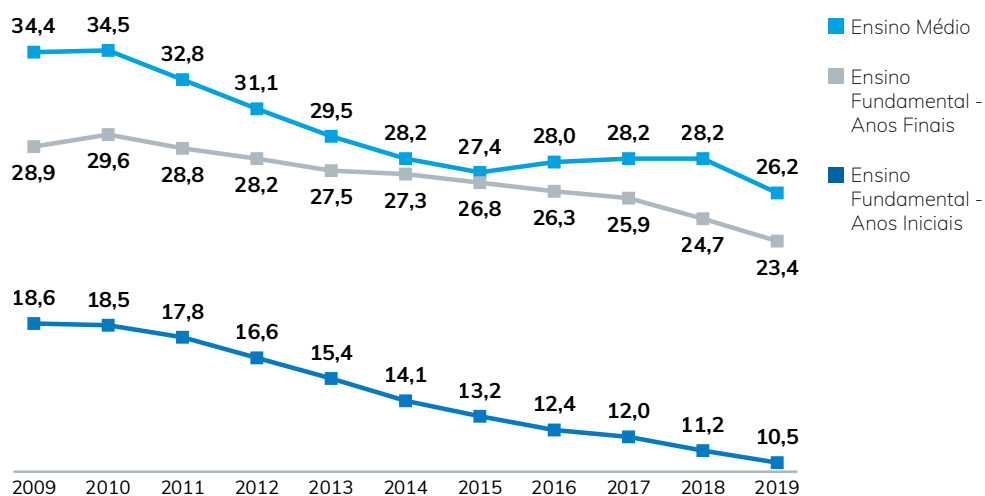
	Aprovação	Reprovação	Abandono
1ª série	76,7	15,4	7,9
2ª série	85,0	9,4	5,6
3ª série	90,5	5,4	4,1
4ª série	87,6	7,6	4,8

Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os números evidenciam que a passagem do último ano do Ensino Fundamental para o início do Ensino Médio é um desafio significativo para muitos jovens.

Fluxo

Taxas de distorção idade-série – Brasil – 2009-2019 (Em %)

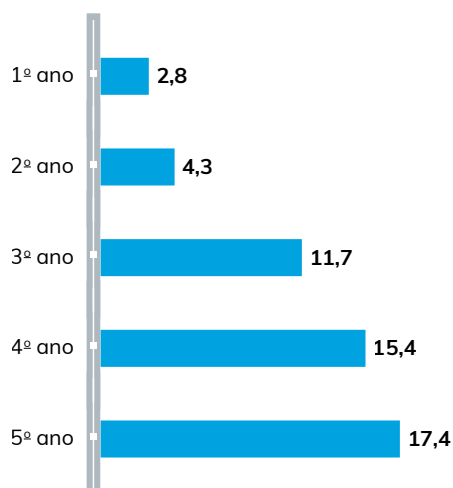


Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

A distorção idade-série revela a porcentagem de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à série/ano que deveriam estar cursando.

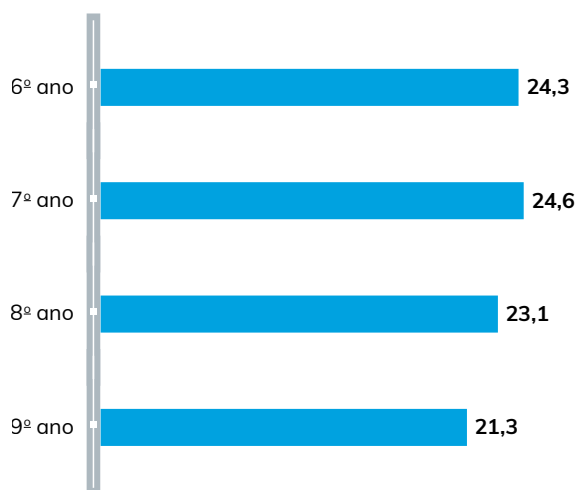
Taxas de distorção idade-série – Por ano – Brasil – 2019 (Em %)

Ensino Fundamental - Anos Iniciais

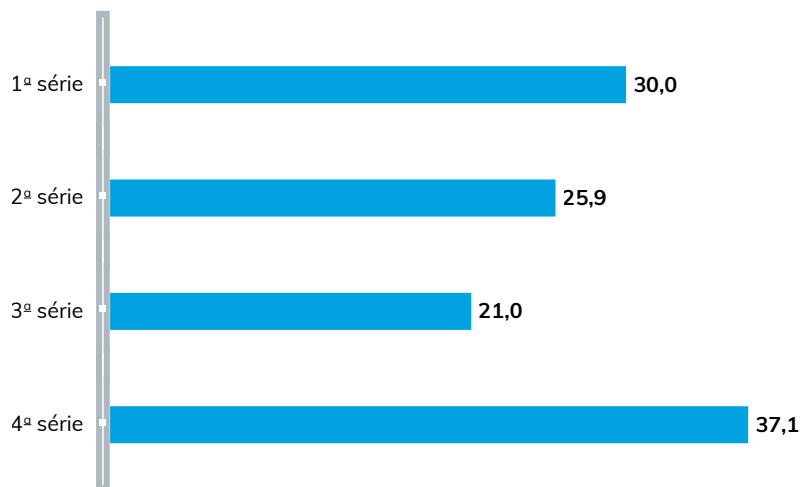


Ensino Fundamental - Anos Finais

As taxas de distorção idade-série permanecem muito elevadas ao longo dos Anos Finais e de todo o Ensino Médio.



Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Rede Total – 2005 e 2017

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2017	2005	2017	2005	2017
Brasil	3,8	5,8	3,5	4,7	3,4	3,8
Região Norte	3,0	4,9	3,2	4,2	2,9	3,3
Rondônia	3,6	5,8	3,4	4,9	3,2	4,0
Acre	3,4	5,8	3,5	4,7	3,2	3,8
Amazonas	3,1	5,4	2,7	4,5	2,4	3,5
Roraima	3,7	5,5	3,4	4,1	3,5	3,5
Pará	2,8	4,7	3,3	3,8	2,8	3,1
Amapá	3,2	4,6	3,5	3,8	2,9	3,2
Tocantins	3,5	5,6	3,4	4,6	3,1	3,8
Região Nordeste	2,9	5,1	2,9	4,2	3,0	3,5
Maranhão	2,9	4,8	3,0	3,9	2,7	3,5
Piauí	2,8	5,3	3,1	4,5	2,9	3,6
Ceará	3,2	6,2	3,1	5,1	3,3	4,1
Rio Grande do Norte	2,7	5,0	2,8	3,8	2,9	3,2
Paraíba	3,0	5,1	2,7	3,9	3,0	3,5
Pernambuco	3,2	5,2	2,7	4,4	3,0	4,1
Alagoas	2,5	5,2	2,4	4,2	3,0	3,5
Sergipe	3,0	4,9	3,0	3,9	3,3	3,7
Bahia	2,7	5,1	2,8	3,7	2,9	3,0
Região Sudeste	4,6	6,4	3,9	5,0	3,6	4,0
Minas Gerais	4,7	6,5	3,8	4,7	3,8	3,9
Espírito Santo	4,2	6,0	3,8	4,7	3,8	4,4
Rio de Janeiro	4,3	5,8	3,6	4,7	3,3	3,9
São Paulo	4,7	6,6	4,2	5,3	3,6	4,2
Região Sul	4,4	6,2	3,8	4,9	3,7	3,9
Paraná	4,6	6,5	3,6	4,9	3,6	4,0
Santa Catarina	4,4	6,5	4,3	5,2	3,8	4,1
Rio Grande do Sul	4,3	5,8	3,8	4,6	3,7	3,7
Região Centro-Oeste	4,0	6,0	3,4	5,0	3,3	4,0
Mato Grosso do Sul	3,6	5,7	3,4	4,8	3,3	3,8
Mato Grosso	3,6	5,9	3,1	4,9	3,1	3,5
Goiás	4,1	6,1	3,5	5,3	3,2	4,3
Distrito Federal	4,8	6,3	3,8	4,9	3,6	4,1

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Rendimento

Taxas de aprovação, reprovação e abandono

Rede total – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais			Ensino Fundamental - Anos Finais			Ensino Médio		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	94,2	5,1	0,7	88,1	9,5	2,4	83,4	10,5	6,1
Região Norte	89,9	8,5	1,6	85,7	9,9	4,4	80,6	8,8	10,6
Rondônia	93,2	6,2	0,6	89,8	7,8	2,4	85,0	8,4	6,6
Acre	91,5	6,9	1,6	91,9	4,8	3,3	85,5	8,2	6,3
Amazonas	91,6	6,6	1,8	88,6	7,2	4,2	82,3	7,2	10,5
Roraima	93,3	5,8	0,9	88,1	8,5	3,4	83,2	9,0	7,8
Pará	87,2	10,7	2,1	82,5	11,9	5,6	77,9	9,3	12,8
Amapá	90,4	8,4	1,2	82,5	13,4	4,1	75,6	14,0	10,4
Tocantins	94,3	5,4	0,3	88,0	10,0	2,0	85,8	9,3	4,9
Região Nordeste	92,3	6,6	1,1	84,5	11,8	3,7	83,2	10,1	6,7
Maranhão	93,1	5,7	1,2	85,9	10,4	3,7	84,6	8,7	6,7
Piauí	91,1	7,9	1,0	85,4	11,6	3,0	82,2	8,8	9,0
Ceará	97,3	2,4	0,3	93,1	5,4	1,5	90,5	4,9	4,6
Rio Grande do Norte	91,0	7,7	1,3	78,6	17,2	4,2	75,7	15,7	8,6
Paraíba	91,5	7,0	1,5	81,9	13,3	4,8	80,2	10,3	9,5
Pernambuco	93,2	6,1	0,7	90,3	7,7	2,0	93,9	4,9	1,2
Alagoas	93,1	5,6	1,3	84,8	10,3	4,9	83,2	8,6	8,2
Sergipe	88,9	9,9	1,2	77,1	18,7	4,2	80,6	10,9	8,5
Bahia	89,4	9,0	1,6	78,1	16,6	5,3	74,4	16,6	9,0
Região Sudeste	96,6	3,0	0,4	91,1	7,4	1,5	85,3	10,1	4,6
Minas Gerais	98,0	1,8	0,2	87,3	10,5	2,2	80,0	12,2	7,8
Espírito Santo	94,3	5,4	0,3	86,0	12,8	1,2	85,1	12,1	2,8
Rio de Janeiro	91,6	7,6	0,8	86,5	11,7	1,8	81,6	14,1	4,3
São Paulo	98,1	1,7	0,2	95,1	3,9	1,0	89,3	7,5	3,2
Região Sul	94,6	5,2	0,2	86,3	12,3	1,4	79,2	14,3	6,5
Paraná	95,2	4,7	0,1	88,2	10,1	1,7	82,4	11,3	6,3
Santa Catarina	96,3	3,6	0,1	89,2	10,0	0,8	83,1	11,6	5,3
Rio Grande do Sul	92,9	6,7	0,4	82,2	16,2	1,6	72,5	20,1	7,4
Região Centro-Oeste	95,7	4,0	0,3	92,8	5,7	1,5	85,0	9,8	5,2
Mato Grosso do Sul	91,0	8,5	0,5	86,9	10,7	2,4	80,6	12,0	7,4
Mato Grosso	98,3	1,5	0,2	95,8	3,1	1,1	75,8	14,8	9,4
Goias	96,4	3,3	0,3	94,0	4,7	1,3	91,8	5,7	2,5
Distrito Federal	96,0	3,8	0,2	92,2	6,4	1,4	86,2	10,2	3,6

Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fluxo

Taxas de distorção idade-série

Rede total – 2009 e 2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Brasil	18,6	10,5	28,9	23,4	34,4	26,2
Região Norte	29,8	17,6	38,1	33,0	48,5	39,9
Rondônia	18,7	9,3	31,5	23,6	29,9	28,6
Acre	26,9	19,7	26,4	28,6	33,0	28,5
Amazonas	27,0	15,5	43,8	29,6	49,7	40,1
Roraima	16,3	15,5	27,0	25,8	23,6	27,2
Pará	36,6	21,2	41,5	38,7	57,4	46,5
Amapá	23,6	20,5	27,8	35,1	41,9	35,5
Tocantins	17,0	8,2	28,1	25,5	33,2	27,2
Região Nordeste	26,6	14,6	38,0	30,5	45,1	33,1
Maranhão	25,1	13,3	35,6	29,8	45,5	32,6
Piauí	30,6	16,9	37,4	31,5	54,8	34,8
Ceará	21,0	6,9	29,5	17,5	34,0	23,6
Rio Grande do Norte	22,5	12,8	37,8	35,5	43,6	41,4
Paraíba	27,7	15,6	38,6	32,2	40,1	31,6
Pernambuco	23,9	14,6	37,0	26,3	48,4	23,7
Alagoas	26,0	15,2	43,9	31,2	47,2	32,8
Sergipe	30,7	18,4	43,0	38,9	47,1	41,3
Bahia	31,4	18,6	42,9	37,8	47,9	41,9
Região Sudeste	11,0	6,7	21,5	16,7	26,4	19,5
Minas Gerais	13,1	3,8	28,5	17,2	31,0	22,5
Espírito Santo	16,6	11,0	27,1	28,4	27,5	25,6
Rio de Janeiro	22,3	16,3	35,6	29,6	45,9	34,9
São Paulo	4,8	4,0	12,2	10,7	17,3	11,9
Região Sul	11,6	7,8	24,5	22,0	25,9	22,9
Paraná	8,0	6,0	23,2	16,5	25,5	18,0
Santa Catarina	10,6	6,5	19,4	19,5	16,7	21,6
Rio Grande do Sul	16,0	10,7	29,0	29,8	32,0	29,9
Região Centro-Oeste	15,8	8,3	28,3	18,7	33,9	22,9
Mato Grosso do Sul	19,3	15,1	31,3	28,8	30,7	29,1
Mato Grosso	15,4	4,7	27,3	10,4	37,3	23,9
Goiás	16,3	7,0	28,0	17,8	34,6	19,6
Distrito Federal	11,9	8,7	27,4	21,1	29,9	23,2

Fonte: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

Este infográfico evidencia o nível de aprendizagem de crianças e jovens em cada etapa da trajetória escolar, de acordo com os parâmetros da Meta 3 do movimento Todos Pela Educação. O objetivo é assegurar que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano. Essa análise é feita com base nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

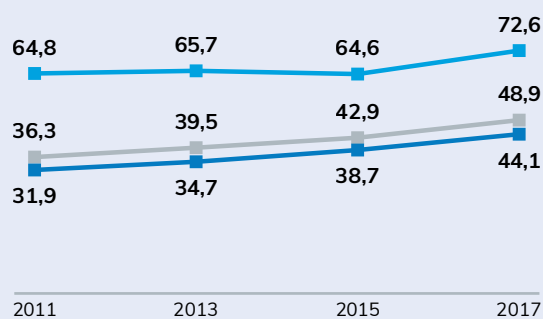
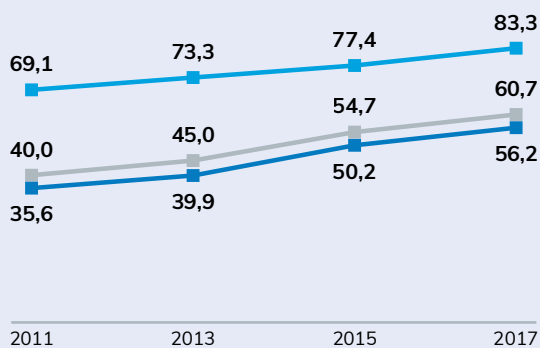
Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada no Saeb Brasil – 2011-2017

■ Rede privada
■ Rede total
■ Rede pública

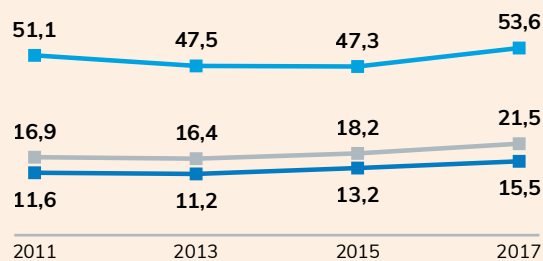
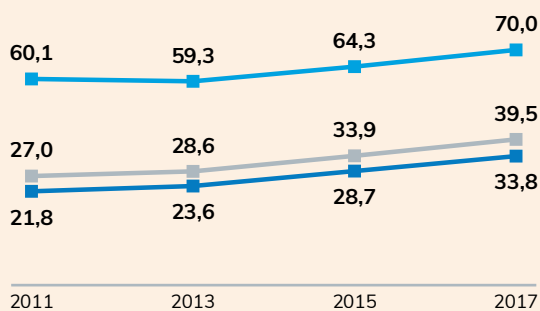
Língua Portuguesa

Matemática

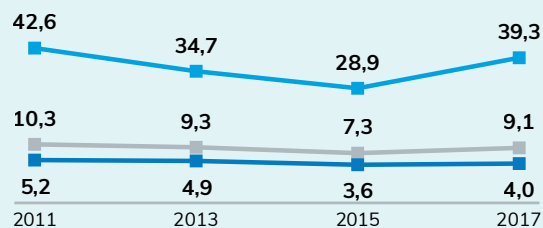
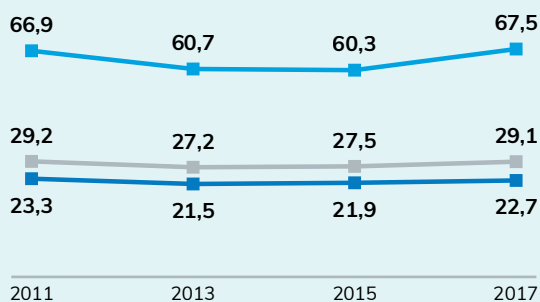
5º ano do Ensino Fundamental



9º ano do Ensino Fundamental



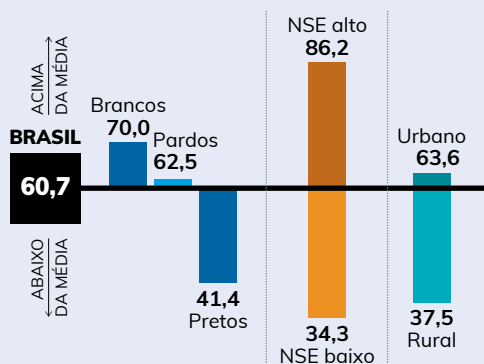
3ª série do Ensino Médio



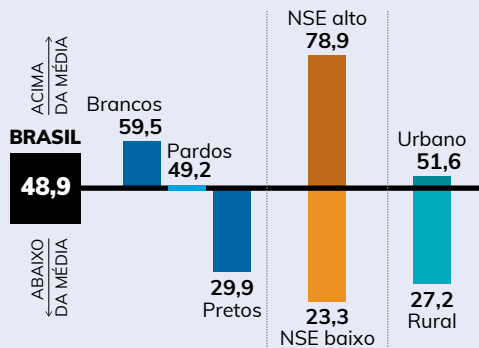
A cada nova avaliação do Saeb é calculada a porcentagem de estudantes que alcança ou supera o nível de proficiência considerado adequado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada no Saeb - Rede total Brasil – 2017

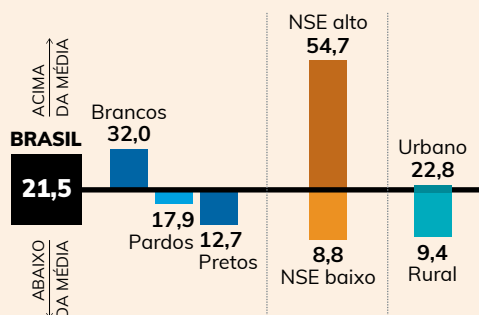
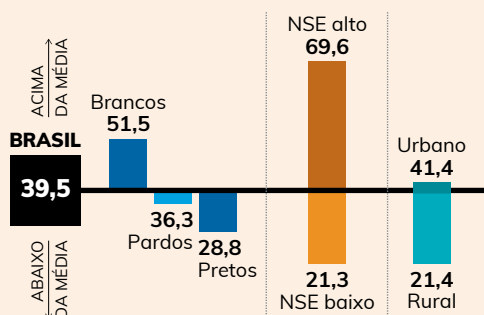
Língua Portuguesa



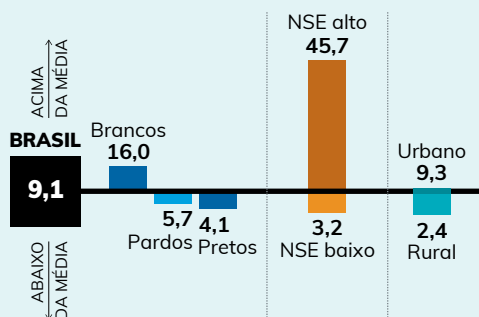
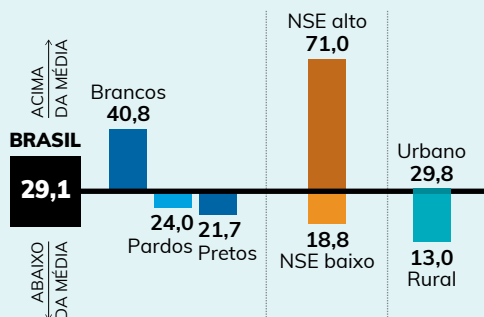
Matemática



As desigualdades de raça/cor, renda e localidade têm impacto decisivo no aprendizado de crianças e jovens



A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.



No Ensino Médio, a desigualdade é particularmente significativa quando se analisa o Nível Socioeconômico

■ Raça/Cor ■ Renda (Nível Socioeconômico – NSE) ■ Localidade

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação. Saiba mais sobre a Meta 3 do Todos Pela Educação em www.todospelaeducacao.org.br

Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada no Saeb (Rede total) 2007 e 2017

Por unidades da federação

Unidade da federação	5º ano do Ensino Fundamental				9º ano do Ensino Fundamental				3ª série do Ensino Médio			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017
Brasil	27,9	60,7	23,7	48,9	20,5	39,5	14,3	21,5	24,5	29,1	9,8	9,1
Região Norte	18,4	44,9	13,1	31,5	13,6	28,8	7,2	11,8	13,2	17,6	3,1	3,9
Rondônia	21,9	58,9	16,9	46,4	13,9	39,6	9,1	19,6	17,7	26,2	5,5	5,7
Acre	24,3	61,9	15,8	51,0	13,2	33,9	6,3	14,5	21,4	22,9	4,9	4,1
Amazonas	20,1	50,5	14,4	37,3	14,5	33,1	7,8	12,8	9,9	16,6	1,8	3,0
Roraima	22,2	50,2	15,8	41,3	13,9	25,7	8,0	11,4	15,0	18,2	2,4	4,3
Pará	15,4	37,5	10,9	23,1	13,0	23,2	6,6	8,3	13,3	15,6	3,1	3,9
Amapá	15,8	35,6	10,0	20,9	11,7	21,5	4,1	6,8	15,1	17,0	2,6	2,8
Tocantins	20,2	51,4	15,2	40,0	13,6	34,7	7,3	19,1	13,0	22,0	4,4	5,8
Região Nordeste	18,9	47,8	14,6	34,1	13,3	30,4	8,5	14,7	17,3	22,2	6,2	6,2
Maranhão	16,2	33,6	12,7	20,4	11,4	19,6	6,1	7,0	13,3	16,4	3,0	3,2
Piauí	20,2	47,7	15,7	35,3	15,6	32,6	11,8	18,1	15,1	21,3	6,1	7,8
Ceará	21,4	65,7	15,2	50,2	14,1	43,6	9,2	22,7	20,4	27,3	6,5	8,1
Rio Grande do Norte	14,2	44,4	11,2	30,2	14,8	29,7	10,3	15,7	17,0	20,6	6,7	5,1
Paraíba	19,4	46,8	15,5	34,1	12,2	29,5	7,5	14,3	18,8	23,8	7,1	8,1
Pernambuco	20,6	49,7	16,0	35,7	12,8	32,1	8,8	15,4	19,1	28,6	8,7	8,5
Alagoas	13,0	45,3	10,3	33,9	8,5	29,2	5,0	15,7	13,5	19,1	4,3	4,5
Sergipe	18,7	42,6	14,8	30,9	14,0	30,5	9,1	14,1	14,5	27,2	6,4	8,7
Bahia	20,2	46,1	15,6	31,9	14,5	26,7	8,8	12,3	17,2	18,3	6,0	4,7
Região Sudeste	36,0	70,9	31,6	60,7	24,2	45,6	17,2	26,8	28,7	34,1	11,4	11,1
Minas Gerais	34,9	70,6	32,3	60,4	25,0	43,8	20,0	26,1	31,6	34,7	13,9	12,2
Espírito Santo	33,2	64,7	28,3	52,9	22,5	44,2	17,6	27,1	23,7	40,7	12,3	15,9
Rio de Janeiro	33,5	64,7	27,5	51,4	23,3	44,9	15,0	24,6	26,9	35,0	10,1	13,1
São Paulo	37,5	73,9	32,8	65,0	24,2	47,0	16,5	28,0	28,3	33,3	10,7	9,9
Região Sul	35,1	69,9	31,2	59,8	23,1	46,3	17,2	26,4	30,9	34,2	14,1	11,6
Paraná	36,9	73,6	34,4	65,4	23,1	45,4	18,3	25,9	29,9	32,8	15,5	10,8
Santa Catarina	34,9	72,8	30,8	62,2	21,7	48,3	17,0	28,6	27,1	33,9	11,6	13,3
Rio Grande do Sul	33,3	63,9	28,2	52,0	24,0	46,1	16,1	25,5	34,8	36,5	14,3	12,1
Região Centro-Oeste	30,9	64,7	25,4	51,0	19,8	43,1	13,8	23,3	24,4	32,3	9,2	10,1
Mato Grosso do Sul	30,6	62,5	26,0	48,4	21,7	42,3	15,1	21,9	28,4	30,4	10,0	8,2
Mato Grosso	25,6	57,8	20,8	44,7	15,8	34,5	11,1	17,4	18,3	23,7	4,6	5,7
Goiás	26,5	66,0	20,8	51,0	17,7	46,7	11,7	24,7	18,3	33,9	7,7	9,9
Distrito Federal	45,7	72,2	39,0	61,3	29,0	45,8	22,1	28,1	43,3	39,3	17,8	17,0

Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação.
Saiba mais sobre a Meta 3 do Todos Pela Educação em www.todospelaeducacao.org.br

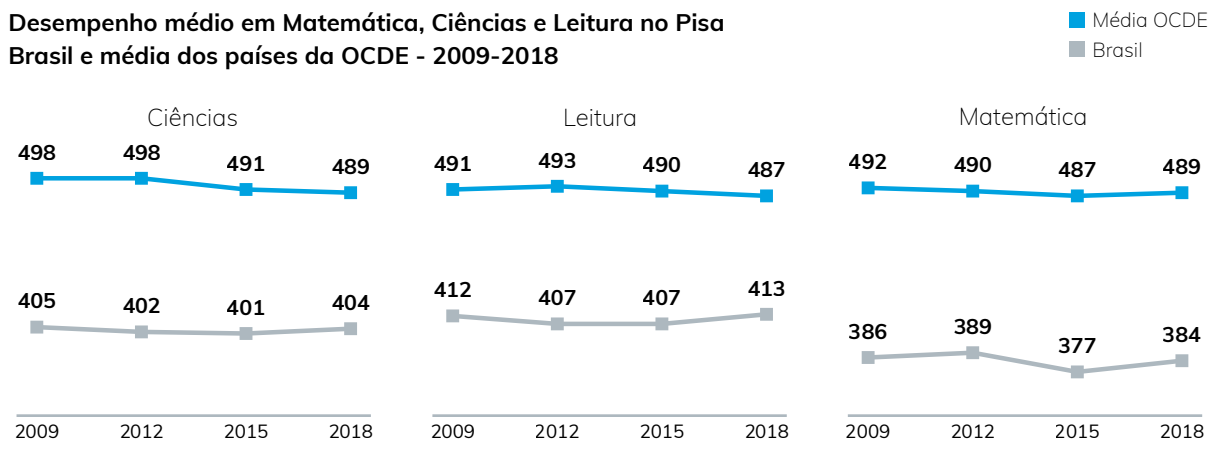
PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Os resultados do Brasil na edição de 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) apresentaram ligeira melhora, na comparação com o de 2015. No entanto, a variação se deu dentro da margem de erro e, por isso, o quadro é de estagnação.

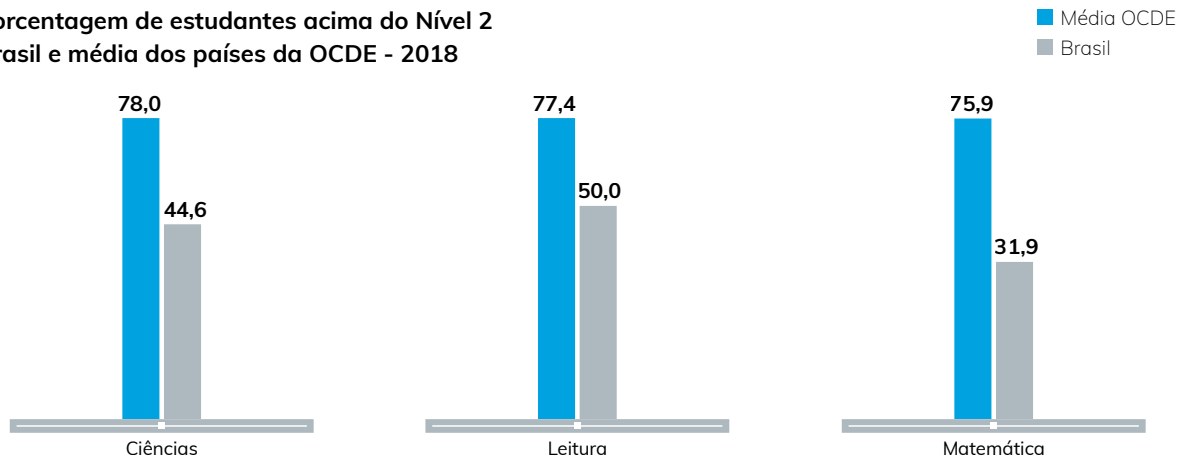
Assim, destaca-se, por exemplo, que menos de um terço dos estudantes brasileiros alcançam um nível de proficiência adequado (Nível 2) em Matemática, enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 75,9%.

O Pisa é uma avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países, a maior parte deles da própria OCDE. O Brasil participa como país convidado e a aplicação do exame, em 2018, envolveu 597 escolas públicas e privadas e 10.961 alunos brasileiros.

Desempenho médio em Matemática, Ciências e Leitura no Pisa Brasil e média dos países da OCDE - 2009-2018



Porcentagem de estudantes acima do Nível 2 Brasil e média dos países da OCDE - 2018



Fonte: OCDE/Education GPS. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 20.



Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos avança continuamente para alcançar os 12 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos. A equidade é outro aspecto decisivo no que diz respeito à evolução desse indicador.

Por isso mesmo, a meta do PNE é voltada, especificamente, para as populações do campo, para os 25% mais pobres e para a população negra, de acordo com parâmetros do IBGE. Nesse sentido, vale destacar que a escolaridade desses estratos sociais também vem aumentando, mas não em velocidade suficiente para compensar desigualdades históricas.

É importante observar, ainda, que há diferenças regionais relevantes a serem vencidas para assegurar o cumprimento da meta de escolaridade do PNE. No Sudeste, a população de 18 a 29 anos possui pelo menos um ano de estudo a mais do que no Norte e no Nordeste.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

13,6

anos de estudo é a escolaridade média dos 25% mais ricos – 3,4 anos a mais do que os 25% mais pobres.

10

anos de estudo é a escolaridade média da população rural, dois anos a menos do que o mínimo previsto pela meta do PNE.

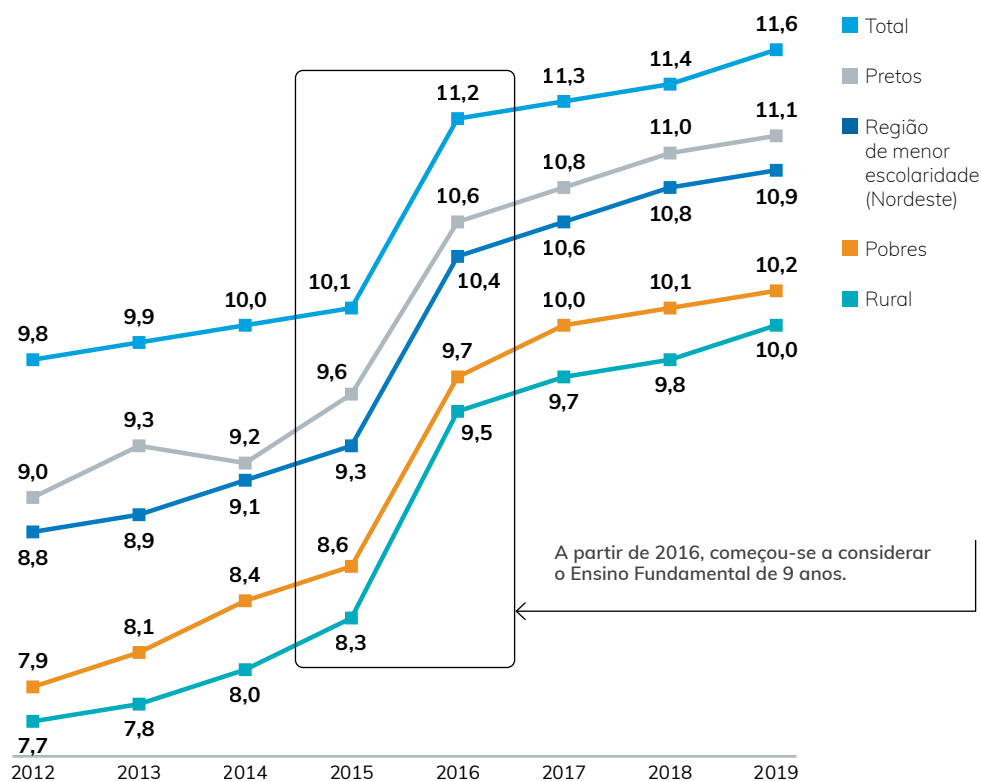
Escolaridade

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos

Brasil – 2012-2019



Em oito anos, a escolaridade média, no Brasil, teve um ganho de quase dois anos de estudo.



A partir de 2016, começou-se a considerar o Ensino Fundamental de 9 anos.

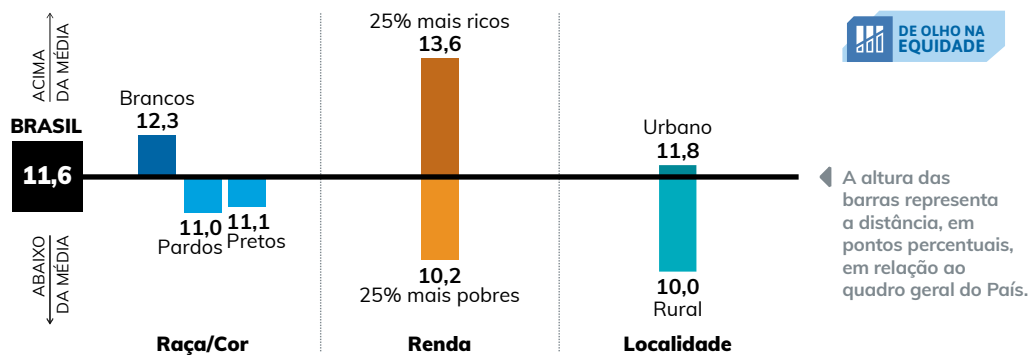
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 9, 10 e 21.

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos

Brasil – 2019

Nas áreas rurais, a escolaridade média ainda não ultrapassou a marca dos dez anos.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 9, 10 e 21.

A escolaridade média é calculada com base nos anos de níveis de estudo concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações

Escolaridade

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	9,8	9,9	10,0	10,1	11,2	11,3	11,4	11,6
Região Norte	8,9	9,0	9,1	9,3	10,4	10,7	10,8	11,0
Rondônia	9,2	9,2	9,2	9,5	10,4	10,8	11,0	11,3
Acre	8,9	9,0	9,1	9,2	10,6	10,8	10,9	11,1
Amazonas	9,2	9,3	9,3	9,6	10,4	10,8	11,0	11,2
Roraima	10,3	10,2	10,3	10,3	11,0	11,6	11,6	11,8
Pará	8,4	8,7	8,8	9,0	10,2	10,3	10,4	10,6
Amapá	9,8	9,7	9,9	9,8	11,1	11,2	11,3	11,6
Tocantins	9,5	9,6	9,8	10,0	10,8	11,3	11,4	11,4
Região Nordeste	8,8	8,9	9,1	9,3	10,4	10,6	10,8	10,9
Maranhão	8,5	8,8	9,0	9,1	10,1	10,4	10,7	10,8
Piauí	8,9	9,1	9,2	9,3	10,4	10,7	10,9	11,1
Ceará	9,2	9,2	9,3	9,5	10,6	10,9	11,1	11,2
Rio Grande do Norte	8,8	8,9	9,1	9,5	10,8	10,9	11,0	11,0
Paraíba	8,8	8,7	9,0	9,2	10,4	10,7	10,7	10,8
Pernambuco	8,9	9,0	9,2	9,3	10,6	10,7	11,0	11,1
Alagoas	8,3	8,3	8,5	8,8	9,8	10,0	10,3	10,3
Sergipe	8,8	9,0	9,1	9,5	10,2	10,6	10,3	10,4
Bahia	8,8	8,9	9,0	9,3	10,4	10,3	10,4	10,7
Região Sudeste	10,3	10,4	10,6	10,7	11,8	11,8	11,9	12,0
Minas Gerais	9,8	9,9	10,1	10,2	11,4	11,4	11,6	11,7
Espírito Santo	9,9	9,9	10,1	10,2	11,4	11,6	11,6	11,7
Rio de Janeiro	10,2	10,2	10,3	10,4	11,4	11,6	11,8	11,9
São Paulo	10,8	10,8	10,9	11,0	12,0	12,1	12,1	12,2
Região Sul	10,2	10,3	10,3	10,4	11,4	11,6	11,7	11,9
Paraná	10,2	10,3	10,4	10,4	11,4	11,6	11,7	11,9
Santa Catarina	10,4	10,6	10,4	10,7	11,7	11,9	12,0	12,0
Rio Grande do Sul	10,0	10,2	10,2	10,3	11,4	11,4	11,6	11,7
Região Centro-Oeste	10,0	10,1	10,2	10,3	11,4	11,7	11,8	11,9
Mato Grosso do Sul	9,5	9,7	9,8	9,6	11,0	11,2	11,3	11,3
Mato Grosso	9,8	10,0	10,0	10,2	11,2	11,2	11,4	11,8
Goiás	10,0	10,0	10,2	10,3	11,4	11,6	11,8	11,8
Distrito Federal	10,8	11,0	10,9	11,0	11,9	12,3	12,5	12,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 21.

Escolaridade

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – 2012 e 2019

Por unidades da federação e localidade

Unidade da federação	2012		2019	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Brasil	10,1	7,7	11,8	10,0
Região Norte	9,3	6,9	11,3	9,3
Rondônia	9,6	7,8	11,6	10,2
Acre	9,6	6,7	11,8	9,0
Amazonas	9,7	6,2	11,6	9,0
Roraima	10,4	9,0	12,0	10,1
Pará	9,0	6,8	11,0	9,1
Amapá	9,9	7,8	11,8	9,6
Tocantins	9,7	7,7	11,7	9,8
Região Nordeste	9,3	7,2	11,3	9,7
Maranhão	9,1	7,0	11,2	9,8
Piauí	9,7	6,9	11,8	9,6
Ceará	9,6	7,7	11,4	10,3
Rio Grande do Norte	9,1	7,7	11,4	9,6
Paraíba	9,2	6,9	11,1	9,6
Pernambuco	9,3	7,0	11,6	9,3
Alagoas	8,8	6,6	10,8	9,1
Sergipe	9,5	6,8	10,9	9,1
Bahia	9,3	7,2	11,1	9,5
Região Sudeste	10,4	8,4	12,1	10,6
Minas Gerais	10,1	7,8	11,8	10,3
Espírito Santo	10,3	8,0	11,8	10,6
Rio de Janeiro	10,2	8,7	12,0	10,2
São Paulo	10,8	9,3	12,3	11,1
Região Sul	10,3	9,0	11,9	11,1
Paraná	10,4	8,9	12,0	10,9
Santa Catarina	10,6	9,2	12,1	11,6
Rio Grande do Sul	10,1	9,1	11,8	11,0
Região Centro-Oeste	10,1	8,4	12,0	10,6
Mato Grosso do Sul	9,6	8,0	11,4	9,5
Mato Grosso	9,9	8,1	11,9	10,8
Goiás	10,1	8,3	11,9	10,4
Distrito Federal	10,9	9,5	12,7	11,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 21.

Escolaridade

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – 2012 e 2019

Por unidade da federação e renda

Unidade da federação	2012		2019	
	25% mais pobres	25% mais ricos	25% mais pobres	25% mais ricos
Brasil	7,9	12,2	10,2	13,6
Região Norte	7,5	11,7	9,9	13,6
Rondônia	7,8	11,2	9,9	13,4
Acre	7,5	12,7	10,2	14,0
Amazonas	7,8	12,2	10,2	13,8
Roraima	9,1	12,3	11,1	13,6
Pará	7,3	11,0	9,7	13,5
Amapá	8,5	12,4	10,3	13,8
Tocantins	7,9	12,2	10,3	14,0
Região Nordeste	7,6	12,4	10,1	14,1
Maranhão	7,4	12,0	10,1	13,9
Piauí	7,7	12,7	10,3	14,5
Ceará	8,1	12,3	10,4	14,0
Rio Grande do Norte	7,7	12,2	9,9	14,3
Paraíba	7,5	12,3	9,9	14,2
Pernambuco	7,5	12,9	10,2	14,1
Alagoas	7,2	12,2	9,6	14,1
Sergipe	7,2	12,9	9,6	14,2
Bahia	7,5	12,3	9,9	13,9
Região Sudeste	8,6	12,2	10,8	13,6
Minas Gerais	8,3	12,0	10,4	13,6
Espírito Santo	8,3	12,1	10,3	13,8
Rio de Janeiro	8,5	12,2	10,7	13,8
São Paulo	8,9	12,3	11,0	13,6
Região Sul	8,3	11,9	10,2	13,3
Paraná	8,3	12,1	10,2	13,5
Santa Catarina	8,1	12,0	10,6	13,4
Rio Grande do Sul	8,4	11,8	10,1	13,1
Região Centro-Oeste	7,9	12,0	10,4	13,8
Mato Grosso do Sul	7,5	11,6	9,7	13,6
Mato Grosso	7,9	11,3	10,3	13,5
Goiás	7,8	12,0	10,6	13,8
Distrito Federal	8,5	12,7	10,9	14,1

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 10 e 21.

Escolaridade

Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – 2012 e 2019

Por unidade da federação e raça

Unidade da federação	2012			2019		
	Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos
Brasil	10,6	9,0	9,0	12,3	11,0	11,1
Região Norte	9,7	8,7	8,5	11,9	10,8	10,6
Rondônia	9,6	9,0	8,8	11,7	11,2	10,6
Acre	9,8	8,7	9,0	12,1	10,9	11,0
Amazonas	10,3	8,9	8,6	12,4	11,0	11,0
Roraima	11,3	10,2	10,2	12,7	11,7	11,2
Pará	9,1	8,3	8,0	11,4	10,3	10,2
Amapá	10,6	9,6	9,6	12,5	11,3	11,4
Tocantins	10,2	9,2	9,0	12,0	11,3	10,8
Região Nordeste	9,7	8,6	8,5	11,6	10,7	10,9
Maranhão	9,3	8,4	7,7	11,6	10,6	10,8
Piauí	9,7	8,7	8,6	11,9	10,9	11,1
Ceará	9,9	9,0	7,9	11,7	11,1	10,8
Rio Grande do Norte	9,5	8,5	8,6	11,7	10,6	10,7
Paraíba	9,6	8,4	8,5	11,4	10,4	10,8
Pernambuco	10,0	8,6	7,9	11,8	10,8	11,2
Alagoas	9,3	8,0	7,2	11,0	10,2	9,8
Sergipe	9,8	8,6	8,7	10,9	10,3	10,2
Bahia	9,3	8,6	8,9	11,4	10,4	10,9
Região Sudeste	11,0	9,7	9,3	12,7	11,4	11,3
Minas Gerais	10,6	9,2	9,0	12,2	11,3	11,1
Espírito Santo	10,6	9,5	9,1	12,4	11,3	11,2
Rio de Janeiro	11,0	9,7	9,1	12,5	11,6	11,1
São Paulo	11,1	10,0	9,8	12,8	11,7	11,7
Região Sul	10,4	8,9	8,9	12,2	10,9	10,9
Paraná	10,7	9,1	9,2	12,3	11,1	11,2
Santa Catarina	10,7	8,7	8,7	12,4	10,8	10,7
Rio Grande do Sul	10,2	8,6	8,9	12,0	10,7	10,7
Região Centro-Oeste	10,8	9,6	9,1	12,5	11,4	11,7
Mato Grosso do Sul	10,2	8,8	9,1	12,1	10,8	10,9
Mato Grosso	10,6	9,5	8,9	12,7	11,3	11,4
Goiás	10,8	9,7	8,9	12,4	11,4	11,8
Distrito Federal	11,6	10,3	9,9	13,1	12,3	12,0

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 9 e 21.



ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

METAS DO PNE

INDICADOR  PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Em 2019, 6,6% da população de 15 anos ou mais era analfabeta, mostrando que a erradicação do analfabetismo continua sendo um desafio a ser solucionado no País.

Embora a taxa de alfabetização dessa população evolua positivamente desde o lançamento do Plano Nacional de Educação, em 2014, sua melhoria não tem se traduzido em transformações expressivas de patamares, crescendo apenas 1,3 ponto percentual no período.

As desagregações dos dados por renda, raça/cor e localidade mostram que o desafio é ainda maior para alguns grupos sociais. Na zona rural, por exemplo, o analfabetismo chega a 17,1%. Há uma diferença de 9,5 pontos percentuais entre os mais ricos (99,6% de alfabetizados) e os mais pobres (90,1%).

Em um contexto global em que o letramento digital se torna cada vez mais um critério básico de cidadania e inclusão social, a persistência de brasileiros analfabetos exemplifica a complexidade dos problemas que ainda temos na Educação no País.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

96,4%

da população branca com mais de 15 anos é alfabetizada. Isso vale para 91% dos pardos e 91,4% dos pretos.

97,3%

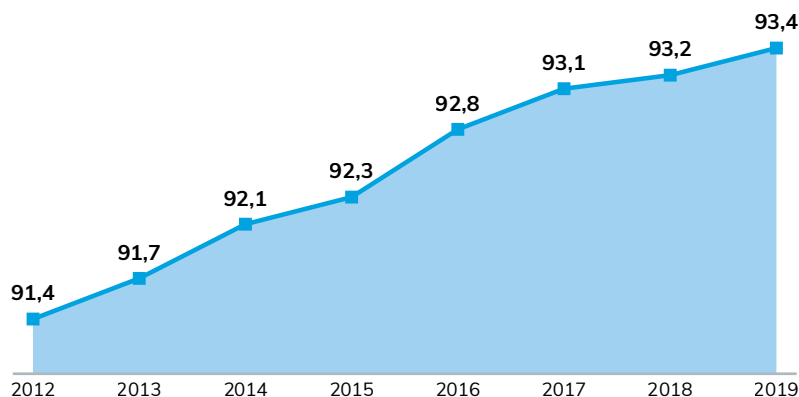
da população com mais de 15 anos no Distrito Federal é alfabetizada. O mesmo ocorre para 82,9% da população de Alagoas.

Alfabetização

Porcentagem da população de 15 anos ou mais considerada alfabetizada
Brasil – 2012-2019



Entre 2012 e 2019, o crescimento da taxa de alfabetização foi de 2 pontos percentuais.

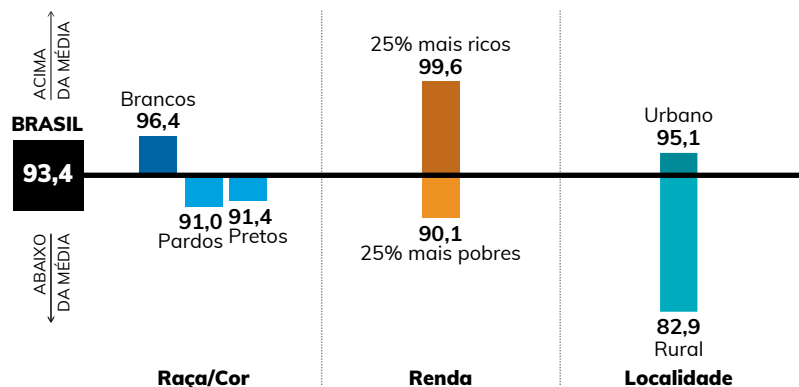


Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 22.

Porcentagem da população de 15 anos ou mais considerada alfabetizada
Brasil – 2019

A população urbana, branca ou do quartil mais rico da população encontra-se praticamente alfabetizada.



DE OLHO NA EQUIDADE

A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 22.

O ritmo de crescimento observado nos últimos anos não é suficiente para a erradicação do analfabetismo no Brasil em 2024, como estabelece o PNE

Alfabetização

Porcentagem da população de 15 anos ou mais considerada alfabetizada – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1	93,2	93,4
Região Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0	92,0	92,4
Rondônia	90,9	91,9	91,2	92,2	93,4	92,8	93,5	93,6
Acre	86,2	85,2	85,5	86,5	86,9	87,9	87,9	88,3
Amazonas	92,5	92,8	92,9	92,2	93,1	93,9	94,2	94,6
Roraima	93,1	93,3	93,3	93,4	93,4	94,0	94,0	95,0
Pará	89,8	90,0	91,0	90,3	90,8	91,4	91,2	91,6
Amapá	93,0	91,5	93,0	93,5	95,0	95,0	93,9	94,5
Tocantins	87,6	88,1	88,3	89,2	89,6	89,8	90,0	90,3
Região Nordeste	82,9	83,4	83,9	84,3	85,2	85,5	86,1	86,1
Maranhão	80,8	81,6	82,1	81,4	83,3	83,2	83,7	84,4
Piauí	79,6	79,9	80,7	80,3	82,8	83,4	83,4	84,0
Ceará	82,9	83,5	83,8	83,8	84,8	85,8	86,7	86,4
Rio Grande do Norte	83,4	84,3	84,4	85,1	85,3	86,5	87,1	86,6
Paraíba	81,1	80,3	81,5	82,2	83,7	83,4	83,9	83,9
Pernambuco	85,1	85,2	85,9	86,1	87,2	86,6	88,1	88,1
Alagoas	79,9	80,6	80,6	80,6	80,6	81,7	82,8	82,9
Sergipe	83,5	84,5	85,0	86,1	85,3	85,5	86,1	86,5
Bahia	83,9	84,7	85,3	86,5	87,0	87,3	87,3	87,1
Região Sudeste	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5	96,5	96,7
Minas Gerais	91,9	92,2	93,0	93,2	93,8	94,0	94,2	94,5
Espírito Santo	92,6	92,8	93,5	93,4	93,8	94,5	94,5	94,7
Rio de Janeiro	96,7	96,8	96,5	97,1	97,3	97,5	97,6	97,9
São Paulo	96,4	96,7	96,8	96,9	97,2	97,4	97,4	97,4
Região Sul	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5	96,4	96,7
Paraná	93,9	94,2	95,0	95,0	95,5	95,4	95,0	95,4
Santa Catarina	96,3	96,7	96,7	97,0	97,2	97,4	97,5	97,7
Rio Grande do Sul	95,8	96,2	96,4	96,6	96,8	97,0	97,0	97,4
Região Centro-Oeste	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8	94,6	95,1
Mato Grosso do Sul	92,1	93,2	93,5	92,9	93,7	95,0	95,0	94,9
Mato Grosso	91,8	93,1	92,6	93,4	93,5	93,5	92,9	93,8
Goiás	92,7	92,5	93,3	93,5	93,5	94,1	94,3	94,9
Distrito Federal	96,4	97,3	96,9	97,2	97,4	97,5	96,9	97,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

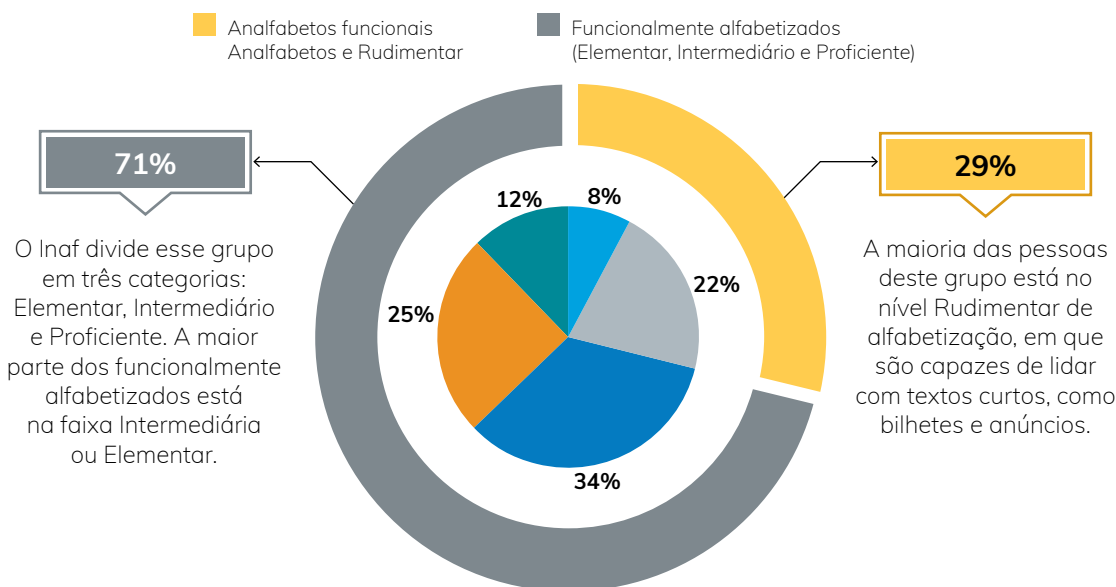
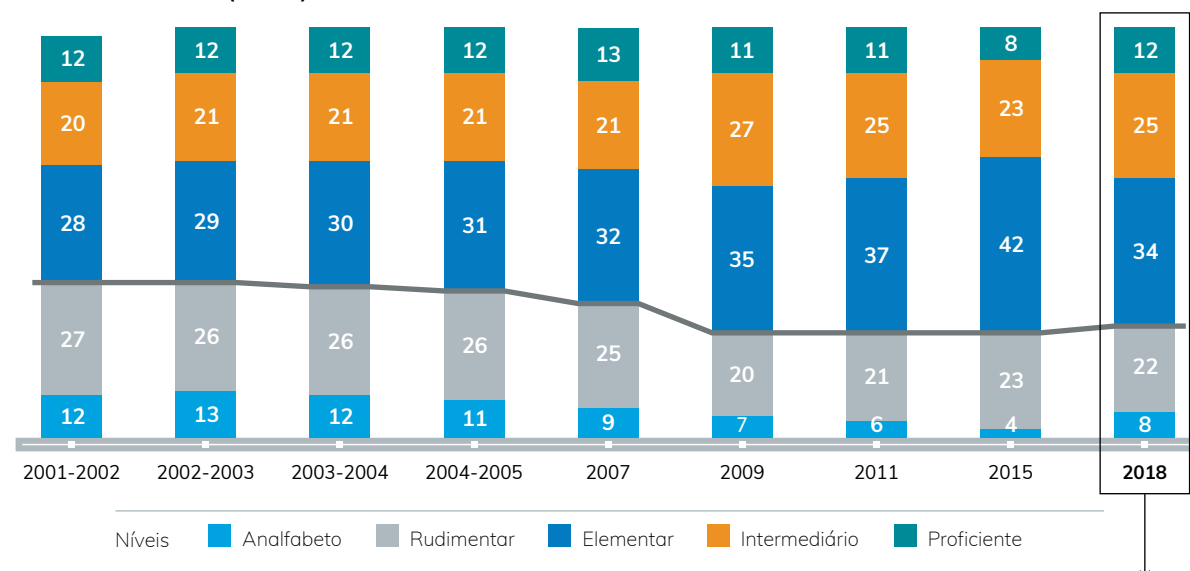
Nota: 22.

INAF - INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL

INDICADOR  PNE

Em 2018, o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostra que 71% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada, dois pontos percentuais abaixo do índice registrado em 2015. Apesar desse recuo, vale destacar o crescimento, no mesmo período, das pessoas que estão no nível Proficiente (de 8% para 12%), o que significa que são capazes de elaborar textos de diferentes tipos e de interpretar tabelas e gráficos. No outro extremo, da parcela de analfabetos funcionais, observa-se o aumento de quatro pontos percentuais no nível mais baixo de alfabetismo.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos 2001-2002 a 2018 (Em %)



O critério de arredondamento das frações dos resultados permite percentuais totais diferentes da soma dos números arredondados.

Fonte: Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro / Inaf.



Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.

Entre 2009 e 2019, o número de matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional mais do que dobrou, passando de 24,6 mil para 53,4 mil.

Nesse período, o percentual de matrículas de EJA integrada à Educação Profissional cresceu tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio: de 0,2% para 0,6% e de 1,2% para 3,1%, respectivamente. Nas duas etapas, porém, os resultados ainda estão distantes do estabelecido pelo PNE.

Vale observar que o número total de matrículas na modalidade, independentemente da relação com a Educação Profissional, vem caindo ano a ano. Entre 2009 e 2019, diminuiu em cerca de 1,5 milhão de matrículas. Dessas, 83,6% são do Ensino Fundamental.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

16,4%

das matrículas de EJA de Ensino Médio na Bahia são na modalidade integrada à Educação Profissional, enquanto, no Acre, nenhuma das quase 26 mil se enquadra nessa categoria.

3%

das matrículas de EJA do Nordeste são integradas à Educação Profissional, enquanto, no Sudeste, somente 0,5% das matrículas de EJA são integradas à Educação Profissional.

Matrículas

Número de matrículas na EJA – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	4.701.245	3.273.668
EJA integrada à Educação Profissional	24.616	53.392
EJA não integrada à Educação Profissional	4.676.629	3.220.276

Número de matrículas na EJA de Nível Fundamental – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	3.148.473	1.937.583
EJA integrada à Educação Profissional	5.051	11.799
EJA não integrada à Educação Profissional	3.143.422	1.925.784

Número de matrículas na EJA de Nível Médio – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	1.552.772	1.336.085
EJA integrada à Educação Profissional	19.565	41.593
EJA não integrada à Educação Profissional	1.533.207	1.294.492

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Porcentagem de matrículas na EJA integradas à Educação Profissional Brasil 2009-2019

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	0,5	1,2	1,6	2,8	2,8	2,8	3,0	2,8	1,5	1,3	1,6
Nível Fundamental	0,2	0,5	1,5	2,8	2,6	3,9	3,1	2,9	0,5	0,3	0,6
Nível Médio	1,2	2,7	1,9	2,7	3,1	0,8	3,0	2,5	3,0	2,9	3,1

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

SAIBA MAIS

SOBRE A EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao lidar com pessoas que não tiveram a oportunidade de cumprir plenamente a trajetória escolar, a EJA enfrenta desafios muito particulares, que se distinguem das etapas regulares da Educação Básica. Por isso, deve partir de uma perspectiva voltada para a integração dos indivíduos à sociedade, para que ele se coloque como um ser crítico e atuante. Para além dos conteúdos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, devem ser contemplados o desenvolvimento humano e a participação social.

É nesse contexto que se insere a articulação da EJA com a Educação Profissional, que já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases, de 2008, e foi fortalecida pelo PNE. Os estudantes passam a ter acesso a competências e habilidades que propiciem a formação integral como cidadão e como profissional, que se traduz em oportunidade de uma renda qualificada.

Matrículas

Número de matrículas na EJA e porcentagem de matrículas integradas à Educação Profissional – 2019

Por etapa e unidades da federação

Unidade da federação	Matrículas na EJA								
	EJA			EJA Nível Fundamental			EJA Nível Médio		
	Total EJA	Integrada à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total EJA	Integrada à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total EJA	Integrada à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.273.668	53.392	1,6	1.937.583	11.799	0,6	1.336.085	41.593	3,1
Região Norte	346.815	2.615	0,8	221.558	292	0,1	125.257	2.323	1,9
Rondônia	34.357	58	0,2	15.851	0	0,0	18.506	58	0,3
Acre	25.918	0	0,0	16.758	0	0,0	9.160	0	0,0
Amazonas	74.132	651	0,9	51.979	28	0,1	22.153	623	2,8
Roraima	8.646	73	0,8	3.070	0	0,0	5.576	73	1,3
Pará	166.647	1.432	0,9	113.648	264	0,2	52.999	1.168	2,2
Amapá	20.861	87	0,4	12.710	0	0,0	8.151	87	1,1
Tocantins	16.254	314	1,9	7.542	0	0,0	8.712	314	3,6
Região Nordeste	1.338.224	40.512	3,0	939.401	9.093	1,0	398.823	31.419	7,9
Maranhão	165.341	1.308	0,8	133.303	257	0,2	32.038	1.051	3,3
Piauí	130.486	7.071	5,4	94.410	1.845	2,0	36.076	5.226	14,5
Ceará	170.475	4.888	2,9	101.524	510	0,5	68.951	4.378	6,3
Rio Grande do Norte	66.648	506	0,8	48.718	0	0,0	17.930	506	2,8
Paraíba	113.110	838	0,7	83.019	400	0,5	30.091	438	1,5
Pernambuco	187.217	1.605	0,9	124.538	873	0,7	62.679	732	1,2
Alagoas	121.408	4.854	4,0	96.767	4.730	4,9	24.641	124	0,5
Sergipe	43.907	151	0,3	32.769	76	0,2	11.138	75	0,7
Bahia	339.632	19.291	5,7	224.353	402	0,2	115.279	18.889	16,4
Região Sudeste	985.163	4.618	0,5	449.531	1.504	0,3	535.632	3.114	0,6
Minas Gerais	250.168	351	0,1	115.550	0	0,0	134.618	351	0,3
Espírito Santo	63.293	952	1,5	32.336	81	0,3	30.957	871	2,8
Rio de Janeiro	253.950	1.982	0,8	124.585	629	0,5	129.365	1.353	1,0
São Paulo	417.752	1.333	0,3	177.060	794	0,4	240.692	539	0,2
Região Sul	378.387	2.496	0,7	214.771	569	0,3	163.616	1.927	1,2
Paraná	172.185	220	0,1	106.637	20	0,0	65.548	200	0,3
Santa Catarina	69.270	825	1,2	32.592	329	1,0	36.678	496	1,4
Rio Grande do Sul	136.932	1.451	1,1	75.542	220	0,3	61.390	1.231	2,0
Região Centro-Oeste	225.079	3.151	1,4	112.322	341	0,3	112.757	2.810	2,5
Mato Grosso do Sul	33.661	505	1,5	18.105	263	1,5	15.556	242	1,6
Mato Grosso	74.343	208	0,3	37.104	78	0,2	37.239	130	0,3
Goiás	70.173	1.533	2,2	31.432	0	0,0	38.741	1.533	4,0
Distrito Federal	46.902	905	1,9	25.681	0	0,0	21.221	905	4,3

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.



Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de expansão no segmento público.

Em 2009, a porcentagem de matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), em relação ao total de matrículas na Educação Básica de Nível Médio, era de 11,6%. Em 2019, alcançou 18,7%.

No entanto, é importante observar que o avanço mais acentuado dessa modalidade de ensino se deu até 2014, período em que houve crescimento de 5,6 pontos percentuais quando comparado a 2009. De lá para cá, o crescimento foi de apenas 1,5 ponto percentual.

Dados mais atuais mostram que há, no País, cerca de 1,9 milhão de matrículas em EPTNM e, desse total, 59% estão na rede pública. Aproximadamente metade das matrículas são na modalidade subsequente, ou seja, de alunos que já concluíram a Educação Básica. Entre as unidades da federação, o Rio Grande do Norte se destaca com 25,6% das matrículas de nível médio na modalidade técnica profissional.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

12,1%

das matrículas da Educação Básica de Nível Médio na região Centro-Oeste são na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Na região Sul, essa proporção é de 23,5%.

15,4%

pontos percentuais é a distância entre o Rio Grande do Norte (estado com maior porcentagem de matrículas na EPTNM) e Goiás (estado em que essa proporção é a menor).



Matrículas

Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Rede Total)

Por rede – Brasil – 2009 e 2019

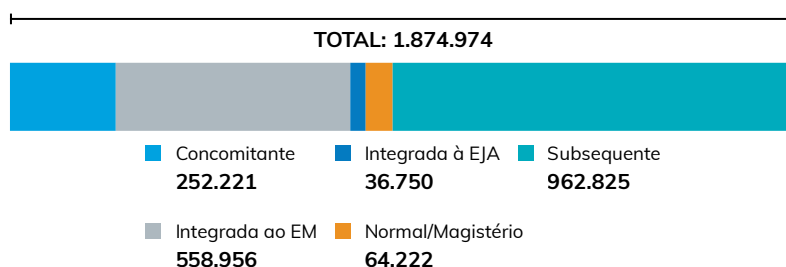
	2009	2019
Total	1.252.240	1.874.974
Pública	738.999	1.106.556
Privada	513.241	768.418

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 23.

A maioria dos jovens e adultos busca a formação técnica após a conclusão do Ensino Médio, na modalidade subsequente. Também se destaca a modalidade integrada, com cursos articulados ao Ensino Médio.

Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Rede Total) – Por modalidade – Brasil – 2019

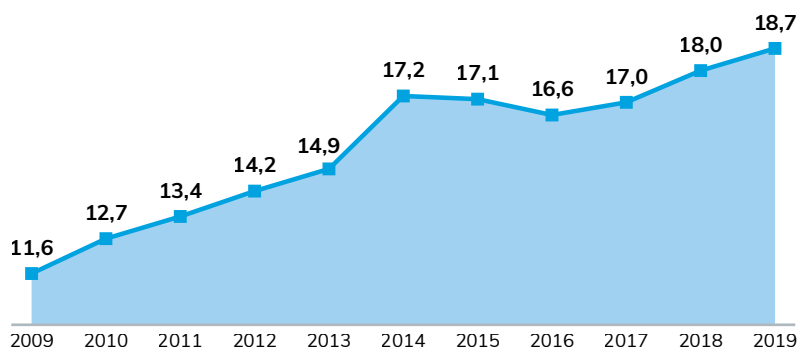


Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 23.

Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas de Educação Básica de Nível Médio Brasil – 2009-2019

O número de matrículas manteve trajetória ascendente em 2019.



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 23.

Como estratégia, o PNE prevê a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em instituições privadas de Educação Superior

Matrículas

Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas na Educação Básica de Nível Médio – 2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	FIC integrada à EJA - Nível Médio	Ensino Médio	Matrículas na EB de Nível Médio*	%
Brasil	1.874.974	4.843	8.137.205	10.017.022	18,7
Região Norte	124.007	262	870.535	994.804	12,5
Rondônia	14.314	0	74.654	88.968	16,1
Acre	6.239	0	45.649	51.888	12,0
Amazonas	33.492	43	221.165	254.700	13,1
Roraima	5.592	0	27.154	32.746	17,1
Pará	45.320	0	395.052	440.372	10,3
Amapá	5.408	0	39.117	44.525	12,1
Tocantins	13.642	219	67.744	81.605	16,7
Região Nordeste	554.150	4.108	2.231.038	2.789.296	19,9
Maranhão	43.618	50	303.456	347.124	12,6
Piauí	45.398	0	137.677	183.075	24,8
Ceará	90.494	3.669	365.943	460.106	19,7
Rio Grande do Norte	42.215	0	122.756	164.971	25,6
Paraíba	32.554	0	145.406	177.960	18,3
Pernambuco	108.952	389	370.867	480.208	22,7
Alagoas	34.124	0	127.283	161.407	21,1
Sergipe	11.774	0	84.817	96.591	12,2
Bahia	145.021	0	572.833	717.854	20,2
Região Sudeste	786.331	273	3.326.528	4.113.132	19,1
Minas Gerais	123.412	81	855.294	978.787	12,6
Espírito Santo	35.513	149	131.120	166.782	21,3
Rio de Janeiro	200.242	0	634.410	834.652	24,0
São Paulo	427.164	43	1.705.704	2.132.911	20,0
Região Sul	317.365	139	1.034.775	1.352.279	23,5
Paraná	129.801	34	420.476	550.311	23,6
Santa Catarina	65.753	105	256.214	322.072	20,4
Rio Grande do Sul	121.811	0	358.085	479.896	25,4
Região Centro-Oeste	93.121	61	674.329	767.511	12,1
Mato Grosso do Sul	18.811	0	110.226	129.037	14,6
Mato Grosso	19.667	0	170.289	189.956	10,4
Goiás	30.282	38	266.628	296.948	10,2
Distrito Federal	24.361	23	127.186	151.570	16,1

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1, 23 e 24. *São consideradas matrículas na Educação Básica de Nível Médio as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada (FIC) integrada à EJA Nível Médio e as matrículas de Ensino Médio.



Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Os dados estatísticos mais recentes disponíveis mostram que o acesso ao Ensino Superior – medido pelas taxas bruta e líquida de matrículas – não avançou expressivamente entre 2018 e 2019.

A taxa bruta de matrículas, definida como a proporção de pessoas que frequentam o Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos, aumentou ligeiramente de 44,3% para 44,4%.

Já a taxa líquida de matrículas, que mede a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária, diminuiu de 21,8% para 21,5%.

A ausência de ganhos expressivos se agrava quando se observa a forte desigualdade presente no acesso à Educação Superior: a taxa líquida de matrículas é quatro vezes maior para os mais ricos, em relação ao quartil mais pobre da população.

Por fim, os dados mostram que o número de mestres e de doutores e a sua porcentagem no quadro total de docentes da Educação Superior seguem em crescimento no País, tendo já superado as metas definidas no PNE.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de alguns recortes: por região, localidade, renda e raça/cor.

10,7%

é a taxa líquida de matrícula na Educação Superior entre os 25% mais pobres, em comparação a 45,9% quando se consideram os 25% mais ricos.

35,8%

é a taxa líquida de matrículas na Educação Superior no Distrito Federal. Já na Bahia, é de 14,6%.

Grandes números da Educação Superior – Brasil – 2018

	Total	Público	Privado
Ingressantes	3.445.935	580.936	2.864.999
Matrículas	8.450.755	2.077.481	6.373.274
Concluintes	1.264.288	259.302	1.004.986
Docentes	397.893	183.669	214.224
Instituições	2.537	299	2.238

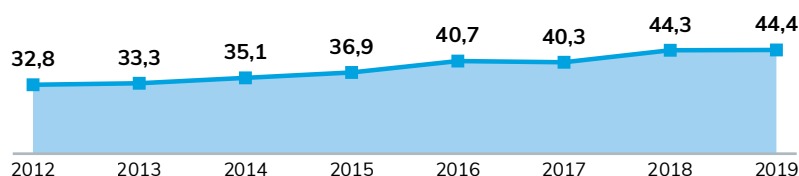
Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.

Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 25 e 26.

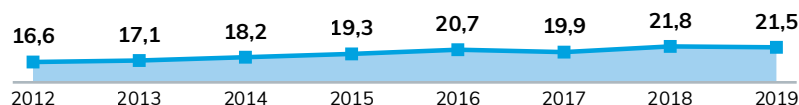
Acesso

Porcentagem de pessoas que frequentam o Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos (taxa bruta)
Brasil – 2012-2019



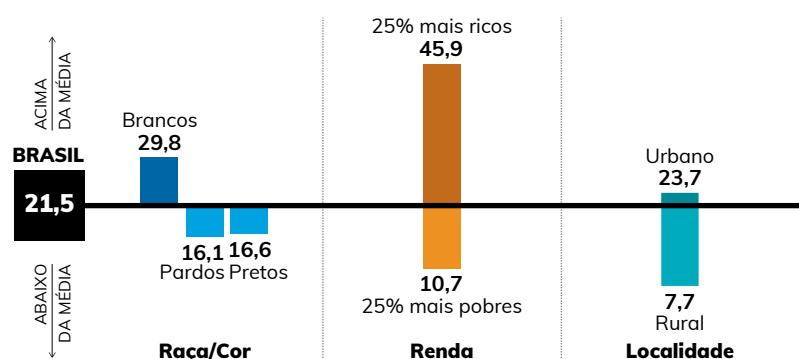
Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária (taxa líquida)
Brasil – 2012-2019



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária (taxa líquida)
Brasil – 2019



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 9 e 10.

DE OLHO NA EQUIDADE

A altura das barras representa a distância, em pontos percentuais, em relação ao quadro geral do País.



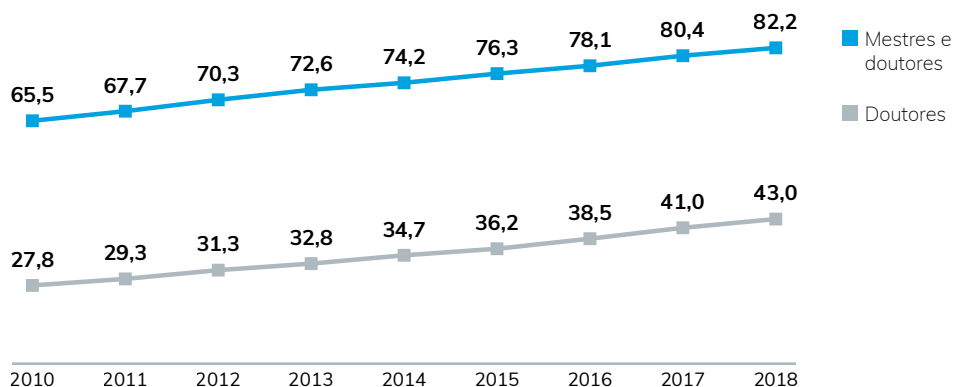
O CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Taxa bruta é a proporção do número de matrículas na Educação Superior em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

Taxa líquida é a proporção do número de alunos de 18 a 24 anos na Educação Superior em relação ao total da população dessa faixa etária.

Formação

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – Brasil – 2010-2018

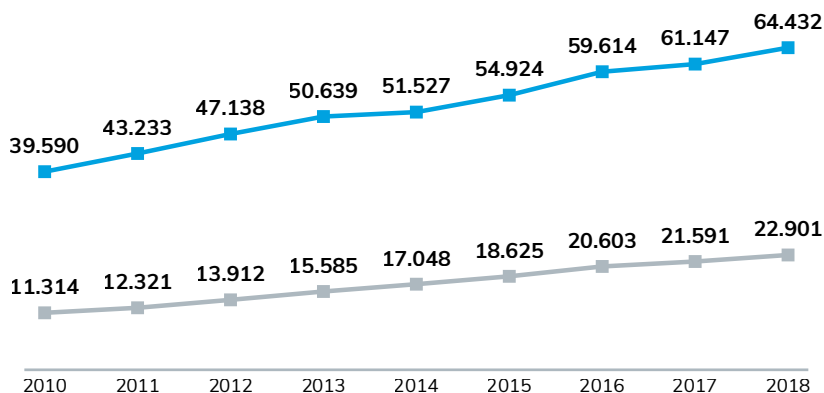


Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.

Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 25

Número de mestres e doutores titulados Brasil – 2010-2018



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.

Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 25

Acesso

Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária (taxa líquida) – 2012-2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	16,6	17,1	18,2	19,3	20,7	19,9	21,8	21,5
Região Norte	11,6	12,7	13,3	14,4	15,1	15,3	17,8	18,0
Rondônia	14,4	15,1	16,1	16,9	17,7	17,2	21,6	21,6
Acre	14,0	16,4	17,6	18,1	20,1	19,9	19,8	20,1
Amazonas	13,6	14,1	14,7	15,6	18,1	15,7	18,1	19,3
Roraima	22,4	19,2	19,3	25,4	19,0	22,5	23,7	22,1
Pará	8,6	9,9	10,6	11,3	11,4	12,7	14,6	15,0
Amapá	16,9	14,9	15,4	18,4	19,3	21,4	26,8	28,1
Tocantins	12,5	15,9	15,9	18,4	19,7	18,7	21,9	17,5
Região Nordeste	11,5	12,3	13,7	14,5	16,0	15,2	17,4	17,1
Maranhão	7,7	8,5	8,1	10,2	11,7	12,5	15,2	14,4
Piauí	14,3	15,8	16,2	16,7	19,0	19,8	21,2	23,1
Ceará	12,8	14,1	15,5	15,5	15,8	16,7	17,7	19,8
Rio Grande do Norte	12,6	14,4	17,2	19,5	17,6	18,5	22,5	20,9
Paraíba	16,3	15,4	17,5	17,8	19,9	20,5	21,0	19,7
Pernambuco	11,7	12,5	14,3	14,3	18,0	14,0	17,9	17,4
Alagoas	11,3	10,7	13,2	13,6	15,0	13,0	17,8	14,0
Sergipe	15,8	17,9	17,5	18,1	17,0	17,9	16,6	16,1
Bahia	9,8	10,1	12,1	13,2	14,8	13,3	14,8	14,6
Região Sudeste	18,5	19,3	20,1	21,6	23,7	21,4	23,3	23,2
Minas Gerais	16,5	18,3	18,6	20,8	23,3	19,4	21,2	21,4
Espírito Santo	18,3	16,5	17,9	19,3	21,5	20,3	21,1	21,1
Rio de Janeiro	17,5	17,7	18,7	20,2	22,0	21,0	24,8	24,6
São Paulo	19,9	20,6	21,5	22,8	24,7	22,8	24,1	23,7
Região Sul	21,5	21,4	22,3	22,8	23,9	25,2	26,7	25,9
Paraná	21,7	19,7	22,0	22,3	22,2	24,7	26,1	25,7
Santa Catarina	21,6	21,9	23,8	23,9	25,2	26,2	27,0	28,3
Rio Grande do Sul	21,2	22,9	21,7	22,7	24,8	25,2	27,1	24,7
Região Centro-Oeste	21,9	21,8	23,2	24,2	24,1	25,2	26,9	25,4
Mato Grosso do Sul	19,9	18,6	20,3	20,6	23,0	23,7	21,4	20,2
Mato Grosso	19,3	20,6	19,8	21,4	23,0	22,1	23,8	20,8
Goiás	19,9	19,3	22,2	23,6	21,2	23,6	26,0	24,7
Distrito Federal	31,4	31,3	31,3	31,5	33,0	32,8	36,5	35,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Formação

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres e doutores	Doutores
Brasil	82,2	43,0
Região Norte	75,6	33,9
Roraima	67,8	24,8
Acre	70,6	33,7
Amazonas	76,6	32,7
Roraima	81,8	38,2
Pará	83,4	41,0
Amapá	60,9	20,1
Tocantins	68,4	30,6
Região Nordeste	81,6	40,7
Maranhão	72,2	29,7
Piauí	76,3	33,6
Ceará	84,0	40,3
Rio Grande do Norte	83,2	47,6
Paraíba	88,0	48,8
Pernambuco	81,3	41,5
Alagoas	76,5	36,0
Sergipe	84,8	47,2
Bahia	82,2	40,4
Região Sudeste	83,5	45,6
Minas Gerais	82,0	42,5
Espírito Santo	81,9	38,5
Rio de Janeiro	87,1	52,5
São Paulo	83,1	45,1
Região Sul	84,6	45,2
Paraná	83,4	44,2
Santa Catarina	79,0	37,0
Rio Grande do Sul	90,1	52,4
Região Centro-Oeste	77,8	38,7
Mato Grosso do Sul	82,4	44,7
Mato Grosso	70,6	32,1
Goiás	77,1	34,7
Distrito Federal	82,7	46,6

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.

Elaboração: Todos Pela Educação

Nota: 25.

Formação

Número de mestres e doutores titulados – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres titulados	Doutores titulados
Brasil	64.432	22.901
Região Norte	3.334	617
Rondônia	180	15
Acre	191	20
Amazonas	743	175
Roraima	127	11
Pará	1.679	349
Amapá	101	7
Tocantins	313	40
Região Nordeste	12.630	3.523
Maranhão	603	82
Piauí	575	76
Ceará	2.090	608
Rio Grande do Norte	1.593	418
Paraíba	1.705	448
Pernambuco	2.337	896
Alagoas	472	98
Sergipe	728	172
Bahia	2.527	725
Região Sudeste	29.762	12.736
Minas Gerais	7.165	2.229
Espírito Santo	1.279	200
Rio de Janeiro	7.402	2.951
São Paulo	13.916	7.356
Região Sul	13.595	4.638
Paraná	5.095	1.412
Santa Catarina	2.604	916
Rio Grande do Sul	5.896	2.310
Região Centro-Oeste	5.111	1.387
Mato Grosso do Sul	942	242
Mato Grosso	799	124
Goiás	1.547	352
Distrito Federal	1.823	669

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.
Elaboração: Todos Pela Educação

Nota: 25.



Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Embora 85,3% dos professores possuíssem escolaridade de nível superior, em 2019, o Brasil ainda tem grandes desafios no campo da formação docente. Isso porque a formação inicial de grau universitário não assegura o conhecimento necessário para o exercício do magistério: é preciso, também, que exista compatibilidade entre sua habilitação e as disciplinas que leciona para determinada turma de alunos.

Em 2019, apenas 56,8% das turmas do Ensino Fundamental (Anos Finais) possuíam professores com formação compatível com as disciplinas que lecionavam, sendo que ainda 8,4% assistiam a aulas com docentes sem diploma de Ensino Superior.

Há, também, desafios específicos, como aprimorar a formação inicial dos docentes de Educação Infantil. Hoje, apenas 76,3% desses professores concluíram curso de nível superior, enquanto 96,9% dos de Ensino Médio se graduaram.



DE OLHO NA EQUIDADE

A formação inicial dos professores e a compatibilidade entre sua graduação e as disciplinas que lecionam para suas turmas também evidenciam profundas desigualdades do sistema educacional brasileiro.

16%

dos professores do Acre possuem apenas Ensino Médio, enquanto 1,5% dos docentes do Amapá têm essa mesma formação.

41%

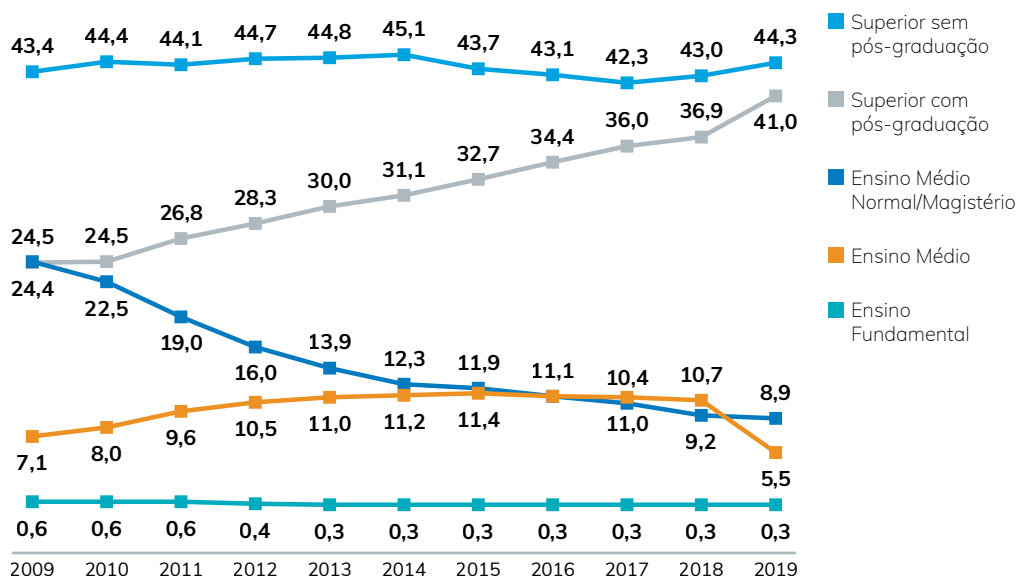
dos docentes brasileiros possuem algum nível de pós-graduação. O Rio de Janeiro apresenta o menor índice (27,1%), enquanto, no Espírito Santo, 80,8% dos professores são pós-graduados.

Escolaridade

Professores da Educação Básica

Por nível de escolaridade – Brasil – 2009-2019 (Em %)

Cresce o número de professores com Ensino Superior e pós-graduação.



	2009	2019
Superior sem pós-graduação	858.975	979.196
Superior com pós-graduação	484.199	907.036
Ensino Médio Normal/Magistério	483.907	197.551
Ensino Médio	139.822	122.450
Ensino Fundamental	12.457	5.785

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 7.

Professores da Educação Básica

Por nível de escolaridade e etapa de ensino – Brasil – 2019 (Em %)

Quase um quarto dos professores de Educação Infantil não tem curso superior.

	Superior			Ensino Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Fundamental
	Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação			
Educação Infantil	76,3	34,8	41,5	15,3	8,0	0,5
Ensino Fundamental	87,6	42,6	44,9	7,7	4,5	0,2
Ensino Médio	96,9	48,1	48,8	0,8	2,2	0,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 7.

Professores com formação continuada

Por etapa de ensino - Brasil – 2019

Etapa de ensino	%
Educação Básica	37,9
Educação Infantil	42,1
Ensino Fundamental	38,6
Ensino Médio	30,8

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 7.

SETE NÍVEIS PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DOCENTE

Para a melhor compreensão do contexto de desenvolvimento profissional dos professores, o movimento Todos pela Educação criou uma tipologia composta por sete níveis. No nível 1, o professor tem licenciatura ou bacharelado com formação pedagógica na disciplina que leciona; no nível 7, sequer possui formação superior completa.

Veja, abaixo, a tabela com a descrição da tipologia utilizada nas tabelas e nos gráficos das páginas seguintes.

Tipologia da formação docente e possíveis caminhos para maior adequação

	Formação do docente	Exemplo
Tipo 1 - Formação compatível	Licenciatura na disciplina que leciona ou bacharelado na disciplina que leciona com formação pedagógica ou qualquer bacharelado com formação pedagógica na disciplina que leciona.	Licenciado em Matemática ou bacharel em Matemática com formação pedagógica ou bacharel em Química com formação pedagógica em Matemática. Dá aula de Matemática.
Tipo 2	Licenciatura em alguma disciplina da BNCC, mas leciona outra disciplina.	Licenciado em Física. Dá aula de Matemática.
Tipo 3	Licenciatura em Pedagogia.	Licenciado em Pedagogia. Dá aula de Matemática.
Tipo 4	Outro bacharelado com formação pedagógica em disciplina diferente da que leciona.	Administrador com formação pedagógica em Física. Dá aula de Matemática.
Tipo 5	Bacharelado na disciplina que leciona sem formação pedagógica.	Bacharel em Matemática. Dá aula de Matemática.
Tipo 6	Outra formação de Ensino Superior.	Bacharel em Pedagogia. Dá aula de Matemática.
Tipo 7	Docentes sem Ensino Superior completo.	Não tem Ensino Superior. Dá aula de Matemática.

Formação

Adequação da formação docente no Ensino Fundamental (Anos Finais) Porcentagens de turmas por tipologia de formação docente – Brasil – 2012-2019

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
2012	50,1	14,1	8,0	2,3	3,6	4,4	17,5
2013	51,4	14,2	8,4	1,9	2,9	4,4	16,8
2014	53,0	14,3	8,9	1,7	2,0	4,3	15,9
2015	52,2	15,5	8,9	1,6	2,2	4,1	15,6
2016	54,3	13,9	9,0	1,5	2,2	4,0	15,1
2017	53,3	15,0	9,3	1,4	2,1	4,5	14,4
2018	55,2	15,1	9,6	1,7	1,4	3,9	13,1
2019	56,8	16,9	10,1	0,6	2,5	4,6	8,4

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

43,2% das turmas têm aulas com professores sem formação adequada nesta etapa.



8,6% das turmas desta etapa têm aulas de Matemática com professores sem formação de nível superior.

Adequação da formação docente no Ensino Fundamental (Anos Finais) Porcentagens de turmas por disciplina e tipologia de formação docente – Brasil – 2019



	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Artes	37,4	24,5	15,4	0,7	5,3	6,4	10,2
Ciências	63,1	10,2	10,3	0,8	2,6	4,7	8,3
Ed. Física	67,2	8,3	7,3	0,5	3,4	4,2	9,1
Geografia	55,2	19,4	10,6	0,6	1,7	4,3	8,2
História	59,4	14,4	10,4	0,6	2,2	4,8	8,1
Matemática	57,8	15,9	10,4	0,7	1,9	4,7	8,6
Língua Estrangeira	46,0	34,3	5,7	0,6	1,7	4,3	7,3
Língua Portuguesa	67,5	9,0	10,8	0,6	1,2	3,3	7,7

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

4 a cada 10 turmas de Ensino Médio têm aulas com professores não especialistas.

Adequação da formação docente no Ensino Médio Porcentagens de turmas por tipologia de formação docente – Brasil – 2012-2019



	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
2012	56,4	19,0	3,9	2,6	4,7	6,5	7,0
2013	57,8	18,7	4,0	2,4	3,9	6,4	6,8
2014	59,5	19,2	4,2	1,7	2,8	6,1	6,5
2015	58,9	19,3	4,2	1,6	3,0	6,2	6,7
2016	60,4	18,8	4,0	1,5	3,0	6,2	6,1
2017	61,0	18,9	4,1	1,5	2,9	5,8	5,9
2018	61,9	19,4	4,4	2,0	2,0	4,9	5,4
2019	63,3	20,5	4,4	0,3	2,9	6,0	2,6

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Números revelam falta de professores em diversas áreas do conhecimento.

Adequação da formação docente no Ensino Médio Porcentagens de turmas por disciplina e tipologia de formação docente – Brasil – 2019



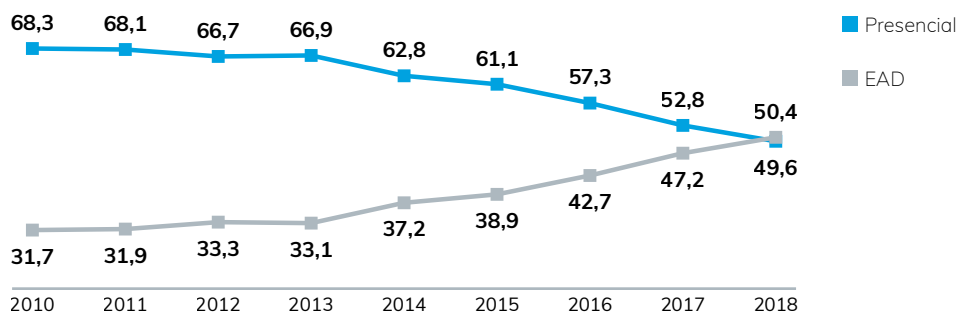
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Artes	51,2	23,8	8,0	0,1	6,7	7,1	3,1
Biologia	79,9	5,6	2,9	0,8	3,5	5,4	2,0
Ed. Física	81,3	5,3	2,3	0,0	4,1	4,3	2,7
Filosofia	48,3	28,8	8,8	0,5	3,1	7,8	2,6
Física	45,8	38,1	2,7	0,7	2,0	7,4	3,4
Geografia	73,0	15,3	3,1	0,1	2,4	4,1	2,0
História	72,7	12,1	3,1	0,1	2,9	7,3	1,8
Matemática	74,0	12,6	3,6	0,2	2,1	5,0	2,5
Língua Estrangeira	54,0	32,9	3,0	0,1	2,1	4,6	3,4
Língua Portuguesa	81,4	8,3	3,1	0,1	1,7	3,4	2,0
Química	60,5	23,4	3,6	0,4	2,2	7,1	2,8
Sociologia	32,2	41,1	10,1	0,4	3,9	9,6	2,7

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Superior

Percentual de matrículas em cursos voltados à docência
Por modalidade – Brasil – 2010-2018

Cresce a formação de professores por cursos a distância.

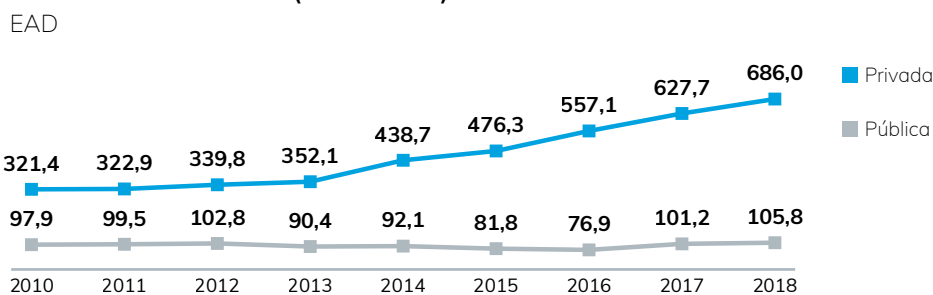


Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.
Elaboração: Todos Pela Educação.

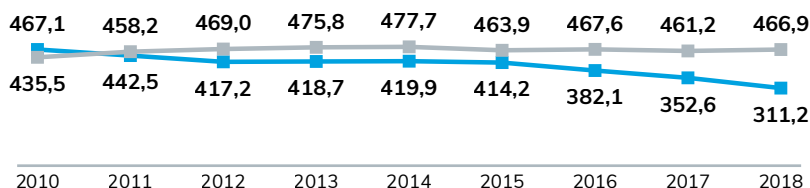
Nota: 28.

Matrículas em cursos voltados à docência – Por modalidade nas Redes Privada e Pública (em milhares) – Brasil – 2010-2018

Crescimento da modalidade EAD acontece principalmente na rede privada.



Presencial



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.
Elaboração: Todos Pela Educação.

Matrículas na modalidade EAD no Ensino Superior da Rede Privada
Por curso voltado à docência – Brasil – 2018

Pedagogia é o curso mais procurado na modalidade EAD, na formação de professores.

Cursos	Absoluto	%
Pedagogia	440.628	64,2
Educação Física	70.120	10,2
Língua Portuguesa	40.591	5,9
História	34.655	5,1
Matemática	27.559	4,0
Demais cursos voltados à docência	72.417	10,6

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo da Educação Superior.
Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 28.

Escolaridade

Professores da Educação Básica – Por nível de escolaridade – 2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	Superior			Ensino Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Fundamental
	Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação			
Brasil	85,3	41,0	44,3	8,9	5,5	0,3
Região Norte	83,5	31,1	52,4	8,3	7,8	0,4
Rondônia	94,3	57,3	37,0	3,9	1,6	0,2
Acre	77,2	28,5	48,6	4,6	16,0	2,2
Amazonas	81,1	27,8	53,3	6,5	12,0	0,5
Roraima	75,8	36,0	39,8	11,2	11,8	1,2
Pará	84,1	27,8	56,2	9,4	6,3	0,2
Amapá	84,6	33,4	51,2	13,8	1,5	0,1
Tocantins	84,7	30,7	54,0	8,9	6,1	0,2
Região Nordeste	76,5	37,5	39,0	15,3	7,8	0,4
Maranhão	64,0	30,2	33,8	29,4	6,3	0,3
Piauí	80,6	39,9	40,7	12,8	6,3	0,3
Ceará	84,9	36,8	48,1	6,7	8,2	0,2
Rio Grande do Norte	86,3	41,6	44,7	5,9	7,6	0,3
Paraíba	80,2	39,7	40,5	12,1	7,4	0,3
Pernambuco	75,8	36,7	39,1	17,9	5,8	0,5
Alagoas	72,5	35,4	37,1	15,2	11,9	0,4
Sergipe	87,6	39,7	47,9	8,3	3,9	0,2
Bahia	75,0	41,4	33,6	14,8	9,6	0,6
Região Sudeste	88,9	37,1	51,8	6,7	4,2	0,2
Minas Gerais	89,8	39,4	50,4	7,2	2,8	0,2
Espírito Santo	97,3	80,8	16,5	1,2	1,4	0,0
Rio de Janeiro	72,9	27,1	45,8	23,2	3,7	0,3
São Paulo	93,1	35,5	57,6	1,4	5,4	0,1
Região Sul	89,4	61,3	28,1	6,7	3,7	0,2
Paraná	92,0	74,4	17,6	5,9	2,0	0,1
Santa Catarina	89,8	57,5	32,3	3,5	6,4	0,3
Rio Grande do Sul	86,1	48,7	37,4	9,8	3,8	0,3
Região Centro-Oeste	92,4	45,8	46,6	2,1	5,2	0,2
Mato Grosso do Sul	94,9	47,9	47,0	2,0	3,0	0,1
Mato Grosso	91,6	47,9	43,8	1,1	6,9	0,3
Goiás	90,0	44,7	45,3	3,0	6,8	0,2
Distrito Federal	96,0	43,2	52,9	1,9	1,9	0,2

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Formação

Adequação da formação docente no Ensino Fundamental (Anos Finais)

Porcentagens de turmas por tipologia de formação docente – Brasil – 2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Brasil	56,8	16,9	10,1	0,6	2,5	4,6	8,4
Região Norte	46,9	13,8	17,6	0,0	1,0	4,6	16,0
Rondônia	57,9	17,6	13,5	0,1	2,6	4,6	3,7
Acre	33,4	13,1	14,6	0,0	1,2	3,7	34,1
Amazonas	39,1	13,5	22,4	0,0	0,4	3,4	21,1
Roraima	40,4	7,7	17,4	0,0	0,7	8,4	25,4
Pará	50,0	14,1	16,1	0,0	1,0	5,0	13,8
Amapá	68,2	5,6	10,2	0,0	2,7	4,9	8,4
Tocantins	44,9	16,7	22,0	0,1	0,7	5,3	10,4
Região Nordeste	39,1	22,8	13,7	1,7	1,5	6,5	14,8
Maranhão	26,4	21,0	15,7	0,0	1,1	4,3	31,4
Piauí	45,0	18,0	17,3	0,0	1,1	5,6	13,0
Ceará	27,5	39,6	9,3	7,0	0,7	8,7	7,3
Rio Grande do Norte	54,6	11,1	16,8	0,1	3,2	5,9	8,2
Paraíba	54,5	12,8	13,8	0,1	3,1	5,8	10,0
Pernambuco	48,2	23,6	8,5	0,1	1,9	5,2	12,5
Alagoas	50,3	13,6	13,0	0,0	2,7	4,3	16,1
Sergipe	65,2	13,2	10,2	0,0	1,4	5,0	5,0
Bahia	39,0	16,7	18,4	0,1	1,4	7,6	16,8
Região Sudeste	71,4	15,3	5,6	0,2	2,1	3,1	2,3
Minas Gerais	71,7	9,8	8,2	0,1	3,3	4,6	2,3
Espírito Santo	63,1	5,7	15,2	0,4	3,2	11,1	1,3
Rio de Janeiro	74,3	8,2	1,9	0,4	4,5	4,7	6,0
São Paulo	71,0	21,2	4,7	0,2	0,5	1,1	1,2
Região Sul	73,4	11,9	6,5	0,0	2,1	2,8	3,2
Paraná	81,4	10,2	2,8	0,1	2,2	2,4	1,0
Santa Catarina	68,5	6,8	13,8	0,0	2,0	2,7	6,1
Rio Grande do Sul	69,4	16,9	5,0	0,0	2,0	3,3	3,4
Região Centro-Oeste	53,0	12,7	10,0	0,0	11,6	6,4	6,2
Mato Grosso do Sul	74,7	10,7	5,8	0,0	2,6	3,6	2,6
Mato Grosso	30,4	10,4	10,5	0,0	32,1	8,6	8,0
Goiás	50,1	17,5	14,8	0,0	3,0	5,9	8,7
Distrito Federal	76,4	6,8	2,1	0,0	7,0	6,7	0,8

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Formação

Adequação da formação docente no Ensino Médio

Porcentagens de turmas por tipologia de formação docente – Brasil - 2019

Por unidades da federação

Unidade da federação	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Brasil	63,3	20,5	4,4	0,3	2,9	6,0	2,6
Região Norte	64,7	17,7	6,5	0,0	1,7	7,3	2,1
Rondônia	61,9	20,4	8,8	0,0	3,3	5,1	0,4
Acre	48,7	26,2	8,6	0,0	2,3	5,2	9,0
Amazonas	70,6	18,6	6,7	0,0	0,5	2,3	1,2
Roraima	51,4	14,1	11,4	0,0	1,0	8,4	13,6
Pará	67,7	13,9	3,5	0,0	1,8	12,4	0,7
Amapá	80,6	7,9	2,2	0,0	4,3	4,1	1,0
Tocantins	48,5	27,8	13,6	0,0	1,3	5,7	3,1
Região Nordeste	53,9	25,7	4,6	0,1	2,5	9,1	4,2
Maranhão	53,1	26,6	6,4	0,0	2,7	6,2	4,9
Piauí	59,5	17,9	5,8	0,0	2,4	5,5	8,9
Ceará	65,7	21,4	3,2	0,1	2,1	5,2	2,4
Rio Grande do Norte	75,4	11,4	1,8	0,2	4,6	4,3	2,3
Paraíba	63,8	17,8	2,9	0,2	5,3	5,8	4,2
Pernambuco	50,2	35,4	2,4	0,1	1,7	7,7	2,5
Alagoas	63,4	16,4	7,1	0,1	4,2	5,2	3,6
Sergipe	75,8	15,2	2,1	0,0	2,4	4,0	0,5
Bahia	37,8	32,0	6,0	0,1	1,6	16,9	5,6
Região Sudeste	69,1	20,5	3,2	0,6	1,8	3,7	1,1
Minas Gerais	72,8	11,3	2,2	0,1	4,5	7,5	1,4
Espírito Santo	60,6	6,5	12,3	0,1	4,2	15,7	0,6
Rio de Janeiro	77,7	14,0	0,9	1,3	1,7	2,7	1,7
São Paulo	65,0	27,9	3,9	0,6	0,4	1,5	0,7
Região Sul	70,6	15,9	5,1	0,1	1,7	3,9	2,8
Paraná	78,7	13,2	1,1	0,1	2,2	4,1	0,5
Santa Catarina	65,0	9,6	14,1	0,0	1,2	3,6	6,4
Rio Grande do Sul	66,6	23,6	2,3	0,1	1,4	3,8	2,3
Região Centro-Oeste	50,7	16,7	5,3	0,1	13,7	9,1	4,4
Mato Grosso do Sul	70,1	17,9	2,5	0,1	3,9	4,5	0,9
Mato Grosso	30,3	8,9	5,8	0,1	36,7	14,5	3,9
Goiás	49,0	24,3	7,5	0,1	3,8	7,9	7,5
Distrito Federal	75,7	8,7	1,2	0,0	6,9	6,9	0,5

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), tradução de *Teaching and Learning International Survey*, é realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de avaliar o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores e diretores.

No Brasil, a Talis é aplicada pelo Inep, com uma amostragem nacional. Em sua terceira edição, a pesquisa contou com 48 países participantes e teve seus resultados publicados em março de 2020.

Gastos de alta importância

Porcentagem de professores que relataram as seguintes prioridades¹ de gastos como de “alta importância”

	Brasil	Média OCDE	Média Talis
Oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade para professores	94,7	54,8	57,8
Aumentar salário dos professores	93,0	64,2	68,5
Apoiar alunos com deficiência	88,3	46,8	49,3
Melhoria dos prédios e instalações escolares	85,2	48,7	52,8
Reduzir o número de turmas recrutando mais funcionários	84,1	65,4	62,6
Investir em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	73,2	35,4	39,7
Reduzir a carga administrativa dos professores recrutando mais funcionários de suporte	69,1	54,6	54,9
Investir em material didático	68,7	31,0	34,7
Apoiar alunos de origens desfavorecidas ou imigrantes	62,0	32,8	36,1

¹ Os entrevistados não foram instruídos a priorizar. Eles foram capazes de atribuir “alta importância” a todas as prioridades de gastos.

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Motivação para ingressar na profissão docente

Porcentagem de professores que relatam que os seguintes elementos foram de “importância moderada” ou “alta importância” na decisão de se tornar professor

	Brasil	Média OCDE	Média Talis
A docência me permitiu dar uma contribuição à sociedade	97,2	88,2	90,4
A docência me permitiu influenciar o desenvolvimento de crianças e jovens	95,4	92,3	93,2
A docência me permitiu beneficiar os menos favorecidos socialmente	93,7	74,7	78,2
A docência ofereceu uma carreira estável	76,5	61,1	67,5
A docência era um trabalho seguro	74,4	70,6	74,3
A docência proporcionou um salário confiável	69,6	67,2	70,5
O cronograma de trabalho se encaixava nas responsabilidades da minha vida pessoal	67,1	65,6	70,0

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Docência como primeira escolha de carreira

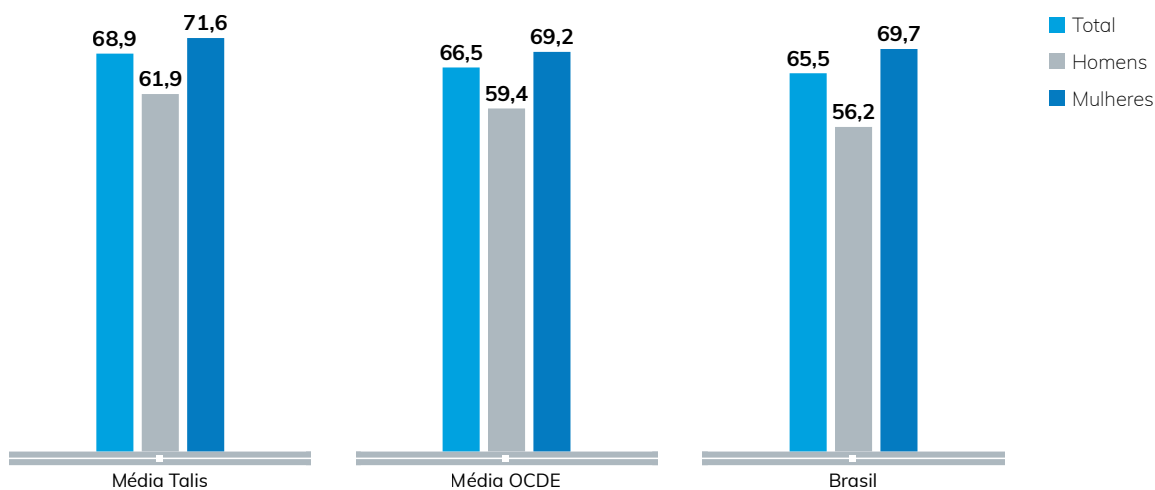
Porcentagem de professores para quem o ensino foi a primeira escolha como carreira

	Total	Homens	Mulheres	
10 maiores	Vietnã	92,6	87,8	95,1
	Geórgia	88,5	83,9	89,4
	Xangai ¹ (China)	86,6	81,9	88,3
	Portugal	84,2	78,8	86,1
	Taiwan ² (China)	82,6	78,2	84,6
	Arábia Saudita	82,6	75,6	89,0
	Eslovênia	81,7	75,4	83,4
	Japão	81,5	83,4	78,9
	Coreia do Sul	80,1	76,1	82,0
	Lituânia	79,9	65,9	82,4
Média Talis	68,9	61,9	71,6	
Média OCDE	66,5	59,4	69,2	
Brasil	65,5	56,2	69,7	
10 menores	México	60,4	56,4	63,5
	Finlândia	59,3	56,8	60,3 ³
	Suécia	59,1	55,6	60,9
	Estados Unidos	58,8	54,7	61,0
	Inglaterra	58,7	52,9	61,9
	Austrália	58,1	50,8	62,6
	Nova Zelândia	54,8	47,0	58,9
	Holanda	53,4	52,5	54,2 ³
	Buenos Aires ¹ (Argentina)	52,7	43,9	56,7
	África do Sul	49,2	49,5	49,1 ³

¹ Existem cinco entidades subnacionais que participam da Talis 2018: Alberta (Canadá), Comunidade Flamenga (Bélgica), Buenos Aires (Argentina), Inglaterra (Reino Unido) e Xangai (China).

² Taiwan não participou diretamente da Talis 2018: sua coleta e processamento de dados foram gerenciados exclusivamente pelo consórcio internacional de pesquisa.

³ Diferença não é estatisticamente diferente da porcentagem para homens.



Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Percepção de preparação para a docência

Porcentagem de professores que se sentiram “bem preparados” ou “muito bem preparados” para os seguintes elementos

	Brasil	Média OCDE	Média Talis
Conteúdo de algumas ou de todas as disciplinas lecionadas	94,6	80,1	83,2
Prática em sala de aula em algumas ou todas as disciplinas lecionadas	92,1	71,0	74,8
Pedagogia de algumas ou de todas as disciplinas lecionadas	88,7	71,3	75,9
Pedagogia em geral	87,3	70,1	74,7
Monitoramento do desenvolvimento e aprendizado dos estudantes	86,0	52,9	59,7
Ensino de habilidades interdisciplinares ¹	84,7	49,2	55,9
Comportamento do estudante e gestão da sala de aula	83,1	53,1	60,2
Ensino em um ambiente de habilidades heterogêneas	70,7	44,1	49,7
Uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no ensino	64,2	42,8	49,1
Ensino em um ambiente multicultural ou multilíngue	43,9	25,5	31,4

¹ Por exemplo, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas.

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Os dados revelam que os professores brasileiros se sentem bem ou muito bem preparados em proporção acima da média da OCDE e dos países que integraram a pesquisa, em todos os quesitos avaliados

Satisfação dos professores com a profissão

Porcentagem de professores que “concordam” ou “concordam fortemente” com as afirmações abaixo

	Brasil	Média OCDE	Média Talis
Se eu pudesse decidir novamente, ainda escolheria trabalhar como professor	75,8	75,6	75,8
As vantagens de ser professor superam claramente as desvantagens	64,8	76,0	75,1
Pergunto-me se teria sido melhor escolher outra profissão	28,6	33,8	35,4
Lamento ter decidido me tornar professor	11,6	9,1	10,3
Eu acho que a profissão de professor é valorizada na sociedade	11,4	25,8	32,4

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

A Talis revelou que os docentes brasileiros têm a percepção de que a sua profissão é pouco valorizada socialmente. A proporção de respostas afirmativas é significativamente inferior às dos demais países estudados

Desenvolvimento profissional

Porcentagem de professores que relatam um alto nível de necessidade de desenvolvimento profissional nas seguintes áreas

	Brasil
Ensino para alunos com deficiência	58,4
Ensino em um ambiente multicultural ou multilíngue	44,0
Comunicação com pessoas de diferentes culturas ou países	40,9
Cooperação professor-pai/responsável	30,5
Competências de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o ensino	27,0
Gestão e administração escolar	21,5
Comportamento do estudante e gestão da sala de aula	18,6
Ensino de habilidades transversais	17,4
Abordagens à aprendizagem individualizada	15,2
Análise e uso de avaliações de alunos	12,5
Práticas de avaliação dos estudantes	10,1
Conhecimento e compreensão da minha disciplina de atuação	9,6
Competências pedagógicas na minha disciplina de atuação	9,2
Conhecimento do currículo	7,9

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Os professores brasileiros demandam mais formação profissional nos temas relacionados à Educação de alunos com deficiência, principalmente

Porcentagem de professores que relatam as seguintes barreiras à sua participação no desenvolvimento profissional

	Brasil
Falta apoio do empregador	65,5
Desenvolvimento profissional é muito caro	58,1
Não há incentivos para participar do desenvolvimento profissional	57,5
O desenvolvimento profissional entra em conflito com o horário de trabalho do professor	48,8
Não há desenvolvimento profissional relevante oferecido	41,1
Não tem tempo por causa das responsabilidades familiares	27,8
Não possui os pré-requisitos	6,8

Fonte: OCDE/Talis. Elaboração: Todos Pela Educação

Notas: 29 e 30.

Falta de apoio, alto custo e ausência de incentivos são as principais razões relatadas pelos professores como barreiras ao seu desenvolvimento profissional



Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Aumentar a atratividade da carreira do professor é um desafio urgente. Com salários defasados em relação à média das profissões com Ensino Superior e fragilidade nos planos de carreira, a profissão docente precisa ser fortalecida. Os indicadores mais recentes apontam para essa direção.

A média salarial dos professores da Educação Básica da rede pública aumentou de 69,8% para 71,7% entre 2018 e 2019, em comparação com o salário das profissões de grau superior. Embora a contração do rendimento de outros profissionais com curso superior entre 2018 e 2019 possa explicar parcialmente esse aumento, não deixa de ser um dado relevante.

Da mesma forma, entre 2014 e 2018, a porcentagem de municípios que oferecem um plano de carreira para o Magistério saltou de 89,6% para 95,7%. Os dados mostram que os principais critérios de progressão funcional na carreira docente são a qualificação/titulação (89,7%) e o tempo de exercício efetivo no cargo (77,3%). Quanto a critérios ligados a desempenho, 37,1% dos municípios o adotam na estrutura de progresso funcional.



DE OLHO NA EQUIDADE

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por isso, é essencial a análise de recortes por região, localidade, renda e raça/cor.

87%

dos municípios de Minas Gerais oferecem planos de carreira para o Magistério. Em outros estados, como Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, todos os municípios já o fazem.

64%

dos municípios com mais de 500 mil habitantes asseguram, no plano de carreira, dois terços da carga horária para atividades em sala de aula. O mesmo ocorre para 74,2% dos municípios brasileiros.

Rendimento



Salário médio dos professores da Educação Básica da rede pública e de profissionais de outras áreas com curso superior Brasil – 2012-2019

Nos últimos oito anos, o salário dos professores se aproximou onze pontos percentuais do recebido pelos demais profissionais com curso superior.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Professores da Educação Básica - rede pública (a)	2.756	2.984	2.933	2.986	2.904	3.035	3.055	3.026
Profissionais da área de Exatas	8.357	7.637	8.262	7.697	7.383	7.181	7.549	6.994
Profissionais da área de Humanas	6.311	6.265	5.769	6.017	5.680	5.402	5.966	5.863
Profissionais da área de Saúde	6.645	6.517	6.535	6.811	6.387	6.564	7.218	6.618
Média de rendimento dos profissionais com curso superior exceto docentes (b)	5.686	5.704	5.620	5.654	5.342	5.481	5.309	5.142
Proporção da média salarial dos professores da Educação Básica - rede pública em relação à média dos profissionais com curso superior (a/b)	60,7	65,0	66,3	67,1	65,4	67,3	69,8	71,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Local de trabalho

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Brasil – 2009-2019 (Em %)

Um a cada cinco docentes brasileiros dá aulas em mais de uma escola.

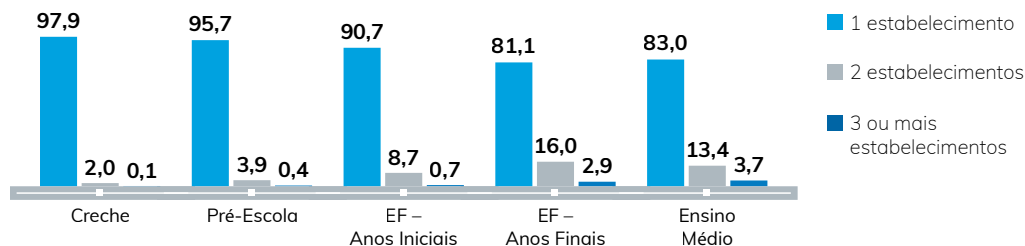
	Quantidade de estabelecimentos		
	1	2	3 ou mais
2009	77,1	18,6	4,2
2010	77,0	18,7	4,3
2011	77,5	18,4	4,1
2012	77,7	18,3	4,0
2013	77,9	18,1	4,0
2014	78,0	17,9	4,0
2015	78,3	17,7	4,0
2016	78,3	17,7	4,1
2017	78,5	17,4	4,0
2018	78,7	17,2	4,1
2019	78,9	16,9	4,2

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 7.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam Por etapa – Brasil – 2019

Quase a totalidade dos docentes em Creche dão aulas em uma única escola.



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 7.

Carreira

Porcentagem de municípios que possuem plano de carreira de Magistério Brasil – 2014 e 2018



Todos os municípios com mais de 500 mil habitantes já oferecem plano de carreira para seus professores.

	2014	2018
Brasil	89,6	95,7
Municípios por faixa populacional		
Até 5 mil habitantes	86,6	93,9
De 5.001 a 10 mil habitantes	87,3	95,3
De 10.001 a 20 mil habitantes	90,3	95,9
De 20.001 a 50 mil habitantes	92,7	97,6
De 50.001 a 100 mil habitantes	93,7	96,8
De 100.001 a 500 mil habitantes	92,5	95,5
Mais de 500 mil habitantes	94,7	100,0
Capitais	92,6	96,3

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Municípios de acordo com a adoção de critérios de progressão/promoção/ascensão estabelecidos no plano de carreira do Magistério – Brasil – 2018

A qualificação e a permanência na carreira ainda estão entre os principais critérios de ascensão profissional na rede pública.

	Absoluto	%
Qualificação ou titulação	4.996	89,7
Tempo de efetivo exercício no cargo	4.306	77,3
Avaliação de desempenho	2.069	37,1
Incorporação permanente de remuneração por ocupação de cargo em comissão	320	5,7
Desempenho dos alunos em avaliação externa	222	4,0
Desempenho em prova de conhecimentos na área curricular de atuação docente e de conhecimentos pedagógicos	203	3,6
Outros	121	2,2

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Municípios que preveem no plano de carreira do Magistério dois terços de carga horária para atividades em sala de aula Brasil – 2018

Ampliar o tempo dedicado ao planejamento pedagógico ainda é um desafio para os municípios.

	Absoluto	%
Brasil	4.134	74,2
Municípios por faixa populacional		
Até 5 mil habitantes	906	72,1
De 5.001 a 10 mil habitantes	902	75,0
De 10.001 a 20 mil habitantes	1.025	76,0
De 20.001 a 50 mil habitantes	821	74,9
De 50.001 a 100 mil habitantes	255	73,1
De 100.001 a 500 mil habitantes	189	71,3
Mais de 500 mil habitantes	16	64,0
Capitais	20	74,1

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Carreira

Municípios que possuem plano de carreira de Magistério – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	%
Brasil	95,7
Região Norte	92,0
Rondônia	96,2
Acre	100,0
Amazonas	95,2
Roraima	93,3
Pará	95,1
Amapá	93,8
Tocantins	84,2
Região Nordeste	98,6
Maranhão	96,3
Piauí	98,2
Ceará	100,0
Rio Grande do Norte	100,0
Paraíba	100,0
Pernambuco	98,4
Alagoas	100,0
Sergipe	98,7
Bahia	97,6
Região Sudeste	91,1
Minas Gerais	87,0
Espírito Santo	98,7
Rio de Janeiro	93,5
São Paulo	95,2
Região Sul	99,2
Paraná	99,7
Santa Catarina	97,6
Rio Grande do Sul	99,6
Região Centro-Oeste	96,4
Mato Grosso do Sul	97,5
Mato Grosso	98,6
Goiás	94,7
Distrito Federal	100,0

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Municípios que preveem no plano de carreira do Magistério dois terços de carga horária para atividades em sala de aula – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	%
Brasil	4.134	74,2
Região Norte	339	75,3
Rondônia	45	86,5
Acre	18	81,8
Amazonas	46	74,2
Roraima	14	93,3
Pará	99	68,8
Amapá	14	87,5
Tocantins	103	74,1
Região Nordeste	1.509	84,1
Maranhão	177	81,6
Piauí	205	91,5
Ceará	137	74,5
Rio Grande do Norte	149	89,2
Paraíba	202	90,6
Pernambuco	163	88,1
Alagoas	87	85,3
Sergipe	70	93,3
Bahia	319	76,5
Região Sudeste	1.075	64,4
Minas Gerais	511	59,9
Espírito Santo	58	74,4
Rio de Janeiro	41	44,6
São Paulo	465	72,1
Região Sul	801	67,3
Paraná	301	75,4
Santa Catarina	221	74,9
Rio Grande do Sul	279	56,1
Região Centro-Oeste	410	87,8
Mato Grosso do Sul	72	91,1
Mato Grosso	131	92,9
Goiás	206	83,7
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.



Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A publicação da nova edição da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) pelo IBGE e o início da coleta de dados sobre gestores e diretores escolares realizada pelo Inep, por meio do Censo Escolar da Educação Básica, em 2019, permitiram formar uma compreensão mais ampla e atual do desenvolvimento da gestão educacional do País.

Em 2019, havia 161,4 mil diretores de escolas, dos quais 86,4% apresentavam formação em nível superior, mas somente 10,8% tiveram acesso à formação continuada em gestão escolar.

Além disso, metade dos diretores chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão, sem processos voltados à formação ou à participação da comunidade escolar.

Um destaque positivo é o crescimento do número de municípios com uma Secretaria dedicada exclusivamente à gestão da Educação: em 2006, eram 26,3%, porcentagem que cresceu para 56,5%, em 2018. Quanto maior a faixa populacional é também maior o número de municípios com Secretaria exclusiva de Educação.

Diretores da Educação Básica

Por critério de acesso ao cargo/função (Em %) – Brasil – 2019

	Ser proprietário ou sócio-proprietário da escola	Exclusivamente por indicação/escolha da gestão	Processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão	Concurso público específico para o cargo de gestor escolar	Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar	Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar	Outro
Brasil	13,4	50,2	7,5	6,4	15,2	5,0	2,3
Por Rede							
Pública	-	56,2	7,2	8,3	20,0	6,6	1,7
Federal	-	23,7	4,0	0,3	59,8	10,7	1,4
Estadual	-	25,1	8,8	12,1	39,5	12,9	1,6
Municipal	-	66,2	6,7	7,2	13,6	4,6	1,8
Privada	56,3	31,2	8,5	-	-	-	4,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 27.

Metade dos diretores chega ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão

Diretores da Educação Básica

Por nível de escolaridade – Brasil – 2019 (Em %)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Normal / Magistério	Superior		
				Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação
Porcentagem	0,3	4,8	8,5	86,4	51,7	34,8
Absoluto	441	7.768	13.669	139.548	83.451	56.097

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 27.

17,5 mil diretores possuem formação continuada em gestão escolar.

Municípios

Com Secretaria exclusiva para a Educação (Em %)

Brasil – 2006-2018

	2006	2009	2011	2014	2018
Brasil	26,3	43,1	52,0	59,2	56,5
Municípios por faixa populacional					
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,4	44,5	41,9
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,0	34,1	43,7	52,1	49,2
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8	58,8	57,8
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	63,3	69,7	64,4
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,7	74,3	81,3	77,4
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,7	78,8	82,6	86,6	85,7
Mais de 500 mil habitantes	81,3	90,0	94,4	94,7	88,0
Capitais	59,3	88,9	85,2	96,3	92,6

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Com Conselho Municipal de Educação (Em %)

Brasil – 2006-2018

	2006	2009	2011	2014	2018
Brasil	67,6	79,1	84,8	87,5	92,8
Municípios por faixa populacional					
Até 5 mil habitantes	65,2	78,5	82,4	85,7	92,2
De 5.001 a 10 mil habitantes	62,4	73,3	80,8	83,1	90,2
De 10.001 a 20 mil habitantes	64,2	77,4	83,6	86,3	92,4
De 20.001 a 50 mil habitantes	71,8	82,5	88,3	90,7	93,7
De 50.001 a 100 mil habitantes	80,4	89,3	92,3	94,8	96,6
De 100.001 a 500 mil habitantes	88,4	92,0	96,3	98,0	98,9
Mais de 500 mil habitantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Capitais	92,6	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Com Conselho Municipal de Educação, por tipo de atuação (Em %)

Brasil – 2006-2018

	2006	2009	2011	2014	2018
Consultivo	53,5	64,8	72,0	74,8	77,0
Deliberativo	51,1	65,0	71,3	73,6	77,8
Fiscalizador	49,0	60,0	67,1	68,5	69,1
Normativo	41,2	51,1	57,3	58,7	61,1

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.

Diretores da Educação Básica

Por nível de escolaridade e unidades da federação - 2019

Unidade da federação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Normal / Magistério	Superior		
				Total	Com pós-graduação	Sem pós-graduação
Brasil	0,3	4,8	8,5	86,4	51,7	34,8
Região Norte	0,2	3,8	7,0	88,9	48,9	40,0
Rondônia	0,2	4,7	3,6	91,5	68,9	22,6
Acre	1,1	7,7	13,0	78,3	46,0	32,2
Amazonas	0,1	5,2	5,2	89,5	47,8	41,7
Roraima	0,2	3,3	10,5	86,1	44,0	42,0
Pará	0,2	3,1	6,8	89,9	47,1	42,8
Amapá	0,4	4,0	15,5	80,1	39,4	40,8
Tocantins	0,3	2,4	6,4	90,9	52,8	38,1
Região Nordeste	0,4	4,7	16,3	78,6	47,5	31,1
Maranhão	0,3	4,7	31,5	63,5	34,2	29,2
Piauí	0,2	4,5	12,8	82,5	44,9	37,6
Ceará	0,2	3,5	3,7	92,7	66,2	26,5
Rio Grande do Norte	0,3	7,0	6,7	86,0	47,1	38,9
Paraíba	0,4	7,5	15,1	76,9	39,8	37,1
Pernambuco	0,3	2,5	12,4	84,8	55,3	29,4
Alagoas	0,2	4,6	12,2	83,0	54,1	28,9
Sergipe	0,2	1,5	6,7	91,6	54,4	37,2
Bahia	0,8	5,1	19,3	74,8	44,9	29,8
Região Sudeste	0,2	6,6	4,3	88,9	43,4	45,6
Minas Gerais	0,4	6,7	5,3	87,7	51,5	36,2
Espírito Santo	0,2	1,1	1,5	97,2	84,0	13,2
Rio de Janeiro	0,2	2,6	12,3	84,8	47,5	37,3
São Paulo	0,1	8,5	0,9	90,4	33,9	56,5
Região Sul	0,2	2,8	3,6	93,4	75,7	17,7
Paraná	0,1	0,6	1,2	98,1	88,7	9,4
Santa Catarina	0,2	3,2	2,1	94,5	77,5	16,9
Rio Grande do Sul	0,3	4,6	6,8	88,3	62,0	26,3
Região Centro-Oeste	0,1	2,5	2,2	95,2	67,3	27,9
Mato Grosso do Sul	0,0	1,1	1,0	97,9	72,4	25,4
Mato Grosso	0,1	3,7	1,5	94,7	65,0	29,7
Goiás	0,2	2,5	2,9	94,4	65,8	28,7
Distrito Federal	0,2	1,8	2,8	95,1	70,4	24,8

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 27.

Diretores da Educação Básica

Por critério de acesso ao cargo/função e unidades da federação – 2019

Unidade da federação	Ser proprietário ou sócio-proprietário da escola	Exclusivamente por indicação/ escolha da gestão	Processo seletivo qualificado e escolha/ nomeação da gestão	Concurso público específico para o cargo de gestor escolar	Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar	Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar	Outro
Brasil	13,4	50,2	7,5	6,4	15,2	5,0	2,3
Região Norte	6,5	74,2	5,7	0,9	8,0	3,0	1,6
Roraima	5,6	64,4	7,8	0,6	14,1	5,4	2,1
Acre	2,5	30,5	8,5	1,4	23,8	33,2	0,3
Amazonas	6,6	88,0	4,2	0,1	0,6	0,1	0,5
Roraima	7,0	81,7	5,7	0,4	3,1	0,4	1,7
Pará	6,9	74,3	4,8	1,4	9,8	1,1	1,8
Amapá	5,4	81,4	5,1	0,0	3,7	2,1	2,3
Tocantins	7,2	71,7	11,6	0,4	2,8	3,6	2,7
Região Nordeste	14,1	63,2	9,0	0,3	6,4	5,2	1,8
Maranhão	6,7	76,9	6,1	0,5	4,9	4,0	0,9
Piauí	8,3	62,5	18,8	0,2	8,3	0,5	1,3
Ceará	14,1	59,2	12,6	0,4	0,3	10,4	2,9
Rio Grande do Norte	14,8	51,7	3,2	0,3	24,9	3,3	1,8
Paraíba	17,7	69,3	6,8	0,2	3,4	0,4	2,2
Pernambuco	26,6	43,9	13,5	0,2	3,3	11,2	1,4
Alagoas	16,1	55,2	6,6	0,1	15,7	5,2	1,0
Sergipe	17,1	63,9	10,3	0,9	4,5	2,8	0,7
Bahia	12,8	67,2	7,0	0,3	6,2	4,1	2,3
Região Sudeste	15,9	36,8	7,9	17,7	15,4	3,0	3,3
Minas Gerais	12,9	44,0	4,0	0,3	32,9	3,5	2,4
Espírito Santo	7,1	48,9	15,4	0,3	18,9	5,6	3,8
Rio de Janeiro	24,1	31,0	5,2	0,5	29,5	7,4	2,3
São Paulo	15,1	34,3	10,2	34,9	0,6	0,9	4,1
Região Sul	11,0	42,4	4,7	0,2	31,4	8,7	1,6
Paraná	9,2	38,4	5,0	0,1	40,0	7,1	0,4
Santa Catarina	8,6	54,5	5,7	0,2	6,9	21,2	2,9
Rio Grande do Sul	14,2	38,8	3,8	0,2	38,5	2,5	2,0
Região Centro-Oeste	12,4	33,5	7,1	0,2	35,5	9,5	1,8
Mato Grosso do Sul	10,8	43,8	6,7	0,3	20,3	15,9	2,1
Mato Grosso	8,3	23,0	10,8	0	52,1	4,4	1,4
Goiás	14,4	39,5	3,9	0,2	34,2	6,1	1,8
Distrito Federal	15,6	18,3	11,8	0,2	27,9	23,8	2,5

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 27.

Municípios

Com Secretaria exclusiva para a Educação e com Conselho Municipal de Educação (Em %) – 2018

Por unidades da federação

Unidade da federação	Secretaria exclusiva para a Educação	Conselho Municipal de Educação
Brasil	56,5	92,8
Região Norte	68,4	84,0
Roraima	53,8	71,2
Acre	81,8	95,5
Amazonas	69,4	96,8
Roraima	73,3	73,3
Pará	84,7	69,4
Amapá	75,0	100,0
Tocantins	53,2	95,7
Região Nordeste	65,3	91,9
Maranhão	90,8	94,0
Piauí	68,3	67,9
Ceará	83,7	86,4
Rio Grande do Norte	43,7	100,0
Paraíba	67,7	98,7
Pernambuco	62,2	98,9
Alagoas	66,7	74,5
Sergipe	73,3	100,0
Bahia	49,4	99,0
Região Sudeste	66,5	95,9
Minas Gerais	69,1	92,4
Espírito Santo	75,6	97,4
Rio de Janeiro	70,7	100,0
São Paulo	61,6	99,8
Região Sul	31,3	96,6
Paraná	39,8	89,7
Santa Catarina	32,5	100,0
Rio Grande do Sul	23,7	100,0
Região Centro-Oeste	39,6	83,5
Mato Grosso do Sul	46,8	54,4
Mato Grosso	39,7	79,4
Goiás	37,0	95,1
Distrito Federal	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Munic. Elaboração: Todos Pela Educação.



Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Nos anos recentes, o debate sobre o financiamento da Educação Básica no Brasil tem se concentrado em torno de uma questão: o País já gasta o suficiente nessa área?

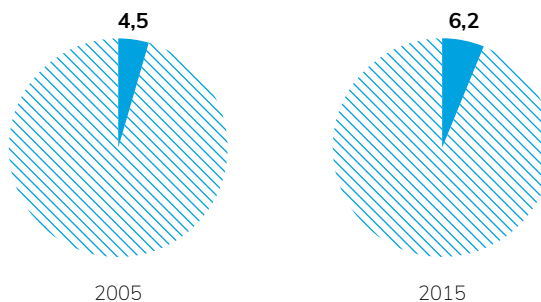
Para responder a essa pergunta, um caminho natural é analisar a proporção do investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma monetária de todos os bens e serviços produzidos pelo País. Segundo os dados disponíveis, o investimento público total em Educação foi equivalente a 6,2% do PIB, em 2015.

Outro caminho para se chegar a uma resposta é por meio da comparação com outros países. O investimento brasileiro é proporcional à média dos países desenvolvidos que formam a Organi-

zação para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). É, portanto, um investimento significativo, mas que deve ser analisado com cuidado. Em primeiro lugar, vale destacar que o aumento do percentual do investimento em Educação é relativamente recente: em 2005, era de 4,5% do PIB, quase dois pontos percentuais menor. Outras nações destinam parcelas substanciais de seus orçamentos ao ensino público há muito mais tempo.

Igualmente relevante é a comparação do gasto público direto por estudante da rede pública no Brasil e nos países da OCDE, como se vê abaixo. Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, por exemplo, a diferença é de quase cinco mil dólares por ano.

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao PIB



Gasto público anual direto por estudante da rede pública – 2016

Em dólares convertidos pela paridade de poder de compra, com equivalência de carga horária



	Brasil	Média da OCDE
Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.813	8.640
Ensino Médio	3.835	10.017
Ensino Superior	14.203	16.070

Investimento

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)
Por nível de ensino – 2000-2015



Em dez anos, o percentual do investimento público total em Educação em relação ao PIB cresceu 1,7 ponto.

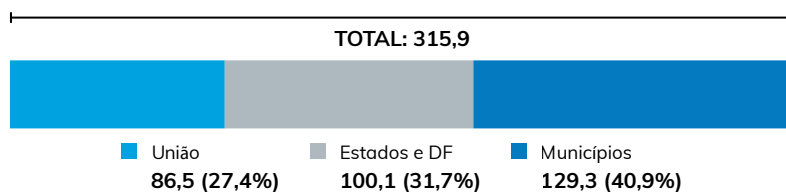
Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Ensino Fundamental - Anos Finais	Ensino Médio	Ensino Superior
2000	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,7	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,7	3,8	0,3	1,6	1,3	0,5	0,9
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,7	0,4	1,5	1,2	0,5	0,8
2005	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,9
2006	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,1	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,9
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	5,9	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	6,0	4,9	0,6	1,6	1,5	1,1	1,1
2014	6,0	4,9	0,7	1,6	1,5	1,1	1,1
2015	6,2	4,9	0,7	1,6	1,4	1,1	1,3

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas: 31 e 32.

Gastos públicos em Educação Pública em bilhões de reais e em proporção ao PIB
Por entes da federação – 2016

40,9% dos gastos públicos em Educação Pública são realizados pelos municípios.



Fonte: MEC/Inep/Dired. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 34 e 35.

Entre 2012 e 2016, os gastos da União na área da Educação passaram de 20,3% para 27,4% do total, em relação ao PIB brasileiro

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante, com valores atualizados para 2015 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Por nível de ensino – 2000-2015

Ano	Todos os níveis de ensino	Investimento público direto por estudante – R\$1,00					
		Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Ensino Fundamental - Anos Finais	Ensino Médio	Ensino Superior
2000	2.587	2.154	2.717	2.065	2.163	2.078	23.619
2001	2.674	2.229	2.424	2.042	2.357	2.337	23.339
2002	2.653	2.198	2.270	2.406	2.270	1.575	21.615
2003	2.606	2.189	2.588	2.310	2.188	1.746	18.888
2004	2.763	2.363	2.605	2.640	2.440	1.594	17.881
2005	2.943	2.495	2.421	2.829	2.632	1.691	19.267
2006	3.502	3.042	2.646	3.168	3.459	2.350	19.946
2007	4.090	3.562	3.208	3.724	3.931	2.851	21.075
2008	4.629	4.089	3.427	4.291	4.575	3.298	19.480
2009	5.092	4.477	3.432	4.841	5.054	3.477	21.878
2010	5.859	5.151	4.214	5.533	5.545	4.381	23.255
2011	6.408	5.583	4.987	5.727	5.742	5.429	24.778
2012	6.826	6.056	5.880	6.167	5.924	6.178	22.505
2013	7.305	6.471	6.400	6.500	6.429	6.531	25.181
2014	7.380	6.569	6.506	6.542	6.559	6.664	24.209
2015	7.273	6.381	6.443	6.287	6.271	6.637	23.215

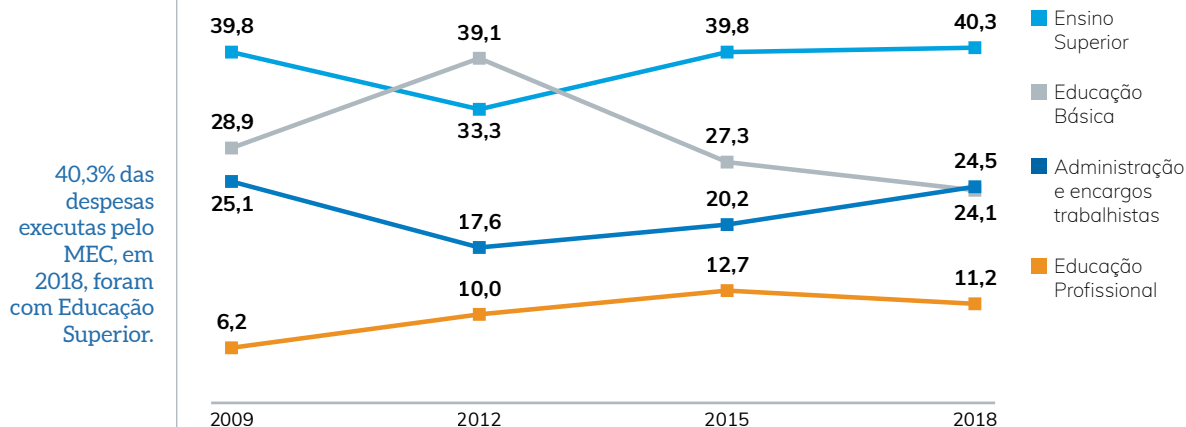
Em dez anos, o investimento público direto em Educação por estudante mais do que duplicou.

Fonte: MEC/Inep/DEED. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 32 e 33.

Orçamento do MEC

Despesas executadas pelo MEC, com valores atualizados para 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Por subfunção – 2009-2018 (Em %)



40,3% das despesas executadas pelo MEC, em 2018, foram com Educação Superior.

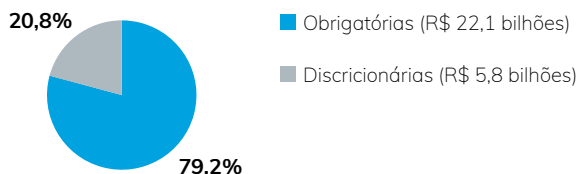
TOTAL DO ORÇAMENTO DO MEC (EM R\$ BILHÕES)			
2009	2012	2015	2018
74,9	114,7	120,2	116,0

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 38 e 39.

79,2% das despesas executadas pelo MEC na subfunção da Educação Básica são despesas obrigatórias.

Despesas executadas pelo MEC na subfunção Educação Básica Por natureza da despesa – 2018



Peso das principais ações da Educação Básica nas despesas executadas pelo MEC – 2018 (Em %)

Natureza	Ação	Peso
Obrigatórias	Complementação da União ao Fundeb	67,6
	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	19,3
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	3,4
	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	7,9
	Outras despesas	1,7
Discricionárias	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	32,6
	Apoio à infraestrutura escolar	15,1
	Exames e avaliações da Educação Básica	13,9
	Concessão de bolsas de apoio à Educação Básica	12,1
	Programa "Caminho da Escola"	5,8
	Implantação e manutenção de escolas de Educação Infantil	3,2
	Outras despesas	17,3

Das despesas obrigatórias, 67,6% são gastos com a complementação da União ao Fundeb.

Das despesas discricionárias, 32,6% são gastos com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 38 e 39.

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA 2020*

R\$ 118.264.910.181,00

Fonte: Lei nº 13.978/2020 e Lei nº 13.808/2019.

Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 40. Considerando a aprovação de crédito suplementar para cumprimento da "Regra de Ouro".

Variação no orçamento para programas finalísticos Ministério da Educação – 2019-2020

2019		2020	
Programa	LOA	Programa	LOA
Educação de Qualidade para Todos	R\$ 47.223.273.068,01	Educação Básica de Qualidade	R\$ 13.360.235.066,00
		Educação Profissional	R\$ 3.088.523.092,00
		Educação Superior	R\$ 11.320.530.698,00
		Estatísticas e Avaliações	R\$ 950.062.413,00
TOTAL	R\$ 47.223.273.068,01	TOTAL	R\$ 28.719.351.269,00

Fonte: Lei nº 13.978/2020 e Lei nº 13.808/2019. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em 2020, o programa "Educação de Qualidade para Todos", o qual reunia as principais ações finalísticas do MEC, foi dividido em quatro programas. Essa divisão possibilitou observarmos as etapas de forma desagregada.

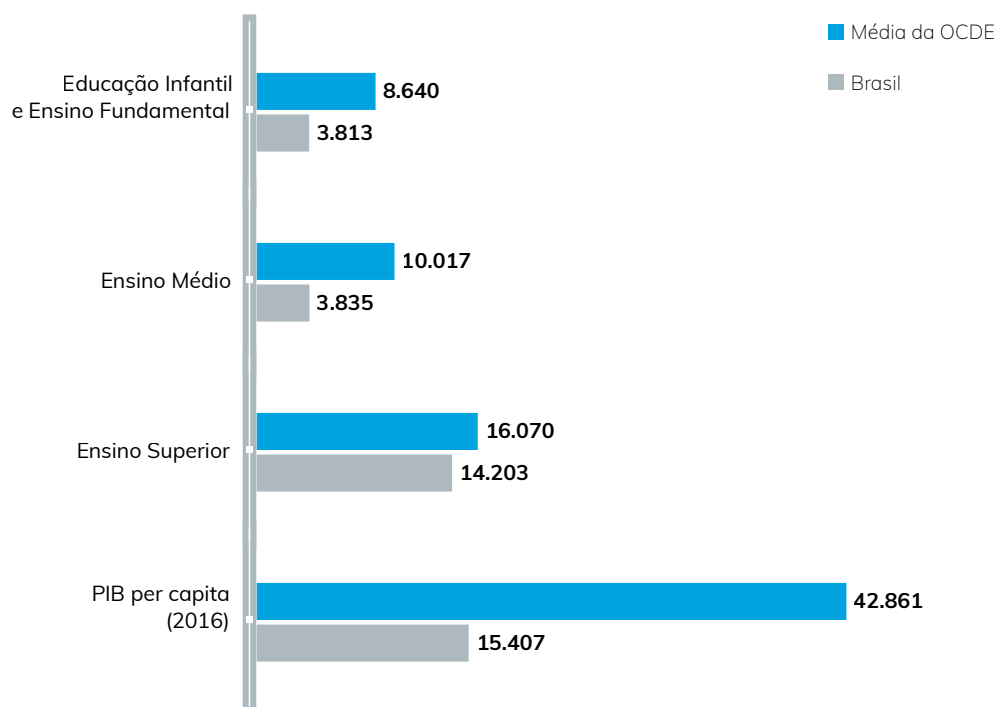
Gasto público anual direto por estudante da rede pública Por etapa – 2016 – Países selecionados

Em dólares convertidos pela paridade de poder de compra,
com equivalência de carga horária

No Brasil, o gasto com o estudante do Ensino Superior é quase quatro vezes maior do que o gasto com o estudante da Educação Básica. Essa diferença é duas vezes maior nos países da OCDE.

	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	PIB per capita (2016)
Luxemburgo	18.492	22.799	48.407	110.250
Estados Unidos	12.511	13.908	26.403	57.884
Reino Unido	10.564	11.084	-	44.138
Finlândia	9.444	10.716	26.561	44.930
Austrália	9.247	11.818	19.524	50.284
Média da OCDE	8.640	10.017	16.070	42.861
Itália	8.233	9.423	11.555	39.923
Portugal	7.952	10.392	10.988	31.604
Coreia do Sul	11.046	13.059	16.829	39.567
Polônia	6.680	6.916	10.196	27.947
Chile ¹	6.161	5.967	16.693	22.616
Turquia	3.590	3.799	9.557	26.510
Brasil	3.813	3.835	14.203	15.407
México	2.795	3.196	8.430	19.507
Colômbia ¹	3.076	2.947	7.055	14.091

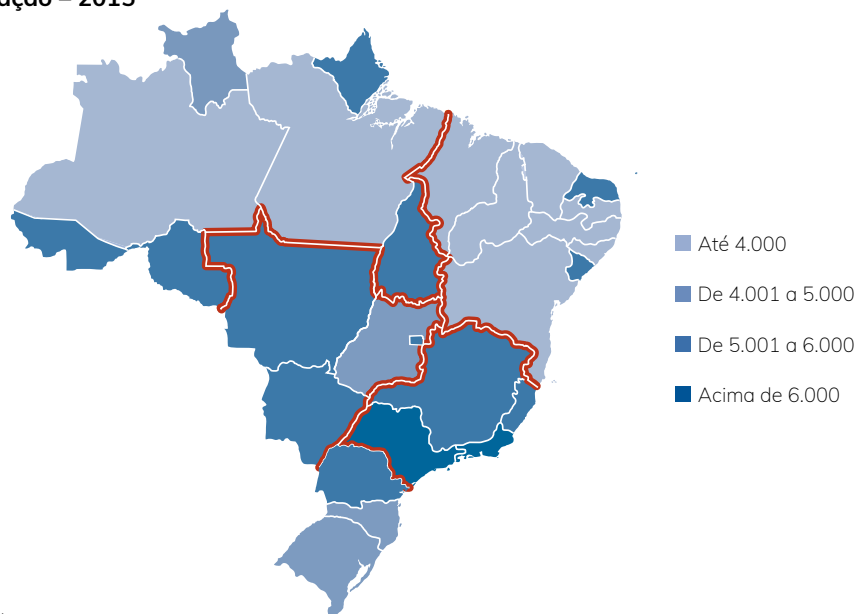
O gasto público anual por estudante da rede pública na média dos países da OCDE é mais do que o dobro do brasileiro, tanto na Educação Infantil e no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.



Fonte: OCDE/Education at a Glance e OECD Stats.
¹ Ano de referência: 2017.

Receitas

Receitas vinculadas à Educação (disponibilidade mínima de recursos por aluno/ano)
Por unidade da federação – 2015



Menor Valor / Maior Valor

	Menor Valor aluno/ano (A)	B/A	Maior Valor aluno/ano (B)
Rondônia	3.509,6	1,8	6.143,8
Acre	3.203,0	1,6	5.091,7
Amazonas	3.058,8	1,4	4.321,4
Roraima	4.502,3	1,3	6.019,9
Pará	2.979,3	2,6	7.696,1
Amapá	3.916,4	1,2	4.848,0
Tocantins	3.680,9	1,8	6.501,7
Maranhão	2.936,8	1,6	4.691,0
Piauí	2.994,9	1,5	4.515,1
Ceará	3.099,0	1,9	5.847,0
Rio Grande do Norte	3.159,1	1,8	5.841,0
Paraíba	3.082,2	1,8	5.668,4
Pernambuco	3.148,2	2,3	7.333,4
Alagoas	3.033,6	1,8	5.387,6
Sergipe	3.497,2	2,2	7.685,6
Bahia	3.035,1	2,2	6.608,7
Minas Gerais	3.444,6	5,1	17.593,3
Espírito Santo	3.797,2	1,8	6.743,2
Rio de Janeiro	3.972,8	2,5	10.097,1
São Paulo	4.325,9	2,9	12.529,6
Paraná	3.867,0	3,2	12.320,2
Santa Catarina	4.167,6	2,2	9.060,9
Rio Grande do Sul	4.399,6	4,4	19.511,4
Mato Grosso do Sul	3.731,0	1,9	7.178,7
Mato Grosso	3.430,3	3,8	13.194,9
Goiás	3.793,9	4,3	16.458,4
Distrito Federal	11.500,7	-	11.500,7

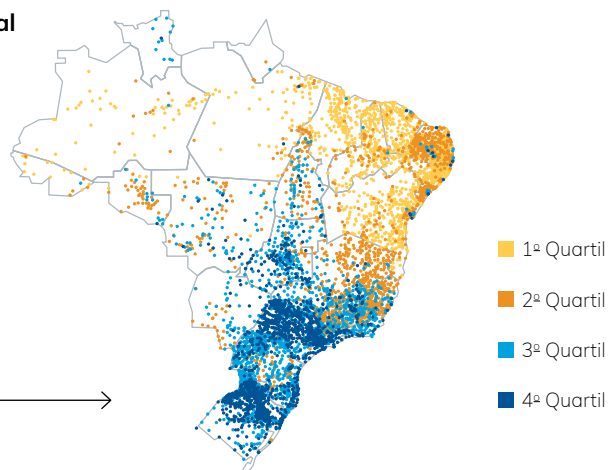
Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 36 e 37.

Distribuição dos municípios por quartis de VAA_Total (receitas vinculadas à Educação por aluno/ano) 2015

Os dados organizados por quartil de Valor Aluno ao Ano Total (VAA_Total) mostram que 63% dos municípios da região Norte e 88% dos municípios do Nordeste possuem VAA_Total inferior a R\$ 4.422, montante este que divide os 50% maiores/menores valores a nível nacional.

Mesmo em regiões mais ricas, como a Sudeste, há municípios com poucos recursos para investimentos em Educação. A desigualdade de recursos, portanto, não se dá apenas entre regiões, mas também dentro delas.



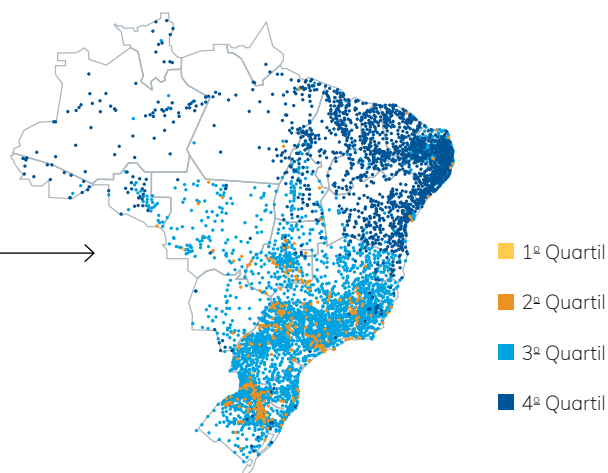
Localidade	Total de municípios	Menor que R\$ 3.532 (1º quartil)	Maior ou igual a R\$ 3.532 e menor que R\$ 4.422 (2º quartil)	Maior ou igual a R\$ 4.422 e menor que R\$ 5.260 (3º quartil)	Maior ou igual que R\$ 5.260 (4º quartil)	Sem informação
Brasil	5.570	23,2	23,2	23,2	23,2	7,3
Norte	450	30,2	32,9	15,1	2,4	19,3
Nordeste	1.794	64,1	23,9	1,3	0,8	10,0
Sudeste	1.668	0,2	32,9	26,6	35,6	4,9
Sul	1.191	0,0	4,6	46,0	47,3	2,1
Centro-Oeste	467	0,4	24,0	44,5	23,3	7,7

Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 36 e 37.

Distribuição dos municípios de acordo com a participação do Fundeb no VAA_Total (receitas vinculadas à Educação por aluno/ano) 2015

Para 9 em cada 10 municípios brasileiros, os recursos do Fundeb, em 2015, correspondiam a mais da metade do que se investe em Educação



Localidade	Total de municípios	Menor que 25% (1º quartil)	Maior ou igual a 25% e menor que 50% (2º quartil)	Maior ou igual a 50% e menor que 75% (3º quartil)	Maior ou igual a 75% (4º quartil)	Sem informação
Brasil	5.570	0,2	6,2	56,4	29,9	7,3
Norte	450	0,0	1,3	24,7	54,7	19,3
Nordeste	1.794	0,0	0,7	13,2	76,1	10,0
Sudeste	1.668	0,2	8,9	84,5	1,5	4,9
Sul	1.191	0,3	11,7	85,1	0,8	2,1
Centro-Oeste	467	0,4	8,8	79,2	3,9	7,7

Fonte: Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD e FNDE/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 36 e 37.

NOTAS TÉCNICAS

- 1 O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2 Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 3 O total do Ensino Médio inclui matrículas do Ensino Médio Propedêutico, Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) e Ensino Médio Normal/Magistério.
- 4 São excluídos os estabelecimentos que não estão em atividade ou que não têm turmas de escolarização.
- 5 O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino.
- 6 São considerados apenas os docentes em atividade que atuam em turmas de escolarização.
- 7 Os professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada Unidade da Federação (UF), região e no País, porém, podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF ou região.
- 8 As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.
- 9 As categorias raça/cor, conforme autodeclaração do respondente – “Branços”, “Pretos” e “Pardos” –, não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas “Amarelos”, “Indígenas” e “Não Declarado” não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.
- 10 A renda domiciliar per capita é calculada a partir de todos os rendimentos do trabalho dos moradores do domicílio exclusive o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e crianças menores de 10 anos.
- 11 São excluídos os jovens que já concluíram o Ensino Médio.
- 12 A maioria das escolas localizadas em terras indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos estão na zona rural.
- 13 São consideradas as escolas da Educação Básica com, pelo menos, uma matrícula de estudante com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.
- 14 A escala de notas de Leitura e Matemática é dividida em quatro níveis, com os níveis 3 e 4 considerados “suficientes”. Em Escrita, são cinco níveis, com os níveis 4 e 5 considerados “suficientes”. Cabe destacar que a nomenclatura ANA foi extinta, em 2019, e o novo Saeb passou a incluir a avaliação de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental.
- 15 Conforme informado pelo Inep nos testes de Escrita, houve mudanças metodológicas entre as edições de 2014 e 2016, o que impossibilita a comparabilidade dos dados de Escrita.
- 16 Consideram-se apenas os alunos cuja matrícula é em turma de escolarização, na rede pública e de Educação presencial. Exceto matrículas que pertencem à Educação de Jovens e Adultos (EJA), e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma subsequente ou concomitante.
- 17 Consideram-se, em tempo integral, as matrículas que estão em turmas com 7 ou mais horas de duração e as que estão em turmas com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.
- 18 Evolução dos indicadores de rendimento e desempenho em relação aos valores de 2005, que são igualados a 100. Assim, um valor 20% maior do que o de 2005 é representado como 120, e um 20% menor é representado como 80.
- 19 A média da rede privada do Ideb 2009 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é calculada somente com as escolas urbanas.
- 20 As médias OCDE de Matemática e Ciências inclui todos os membros da OCDE, a Colômbia e exclui a Áustria. Já a média OCDE para Leitura inclui todos os membros da OCDE, a Colômbia e exclui a Áustria e a Espanha.
- 21 Para 2016 e anos posteriores, o 1º ano do Ensino Fundamental é incluído no cálculo da escolaridade, refletindo a crescente participação de alunos do Ensino Fundamental de 9 anos na faixa etária considerada para o cálculo.
- 22 Considera-se como Alfabetização a autodeclaração de saber ler e escrever.
- 23 Considera-se como Educação Profissional Técnica de Nível Médio as matrículas das seguintes etapas de ensino: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio e EJA-EM Integrado); Ensino Médio Normal/Magistério; Curso Técnico Concomitante e Subsequente.
- 24 Consideram-se, além das matrículas de Ensino Médio Regular, as matrículas na Modalidade EJA de Ensino Médio.
- 25 Número total de docentes (em exercício e afastados).
- 26 Consideram-se as matrículas, os ingressos e os concluintes dos cursos de graduação.
- 27 Destaca-se que cada escola podia declarar até três gestores. Nessas estatísticas, consideramos apenas os gestores com cargo de direção.
- 28 Foram consideradas apenas as matrículas em cursos de graduação. A lista completa dos cursos voltados à docência está disponível em <https://bit.ly/2Up1LZV>.
- 29 A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), da OCDE, é uma pesquisa em larga escala sobre professores, gestores escolares e o ambiente de aprendizagem nas escolas. Seu principal objetivo é gerar informações relevantes e comparáveis a nível internacional para o desenvolvimento e implementação de políticas focadas em gestores escolares, professores e ensino, com ênfase nos aspectos que afetam a aprendizagem dos alunos. Em 2018, foi aplicada em 48 países e regiões. Sua população-alvo são professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio (**International Standard Classification of Education - Isced 2**) e gestores escolares. Para mais informações, consulte: <http://www.oecd.org/education/talis>
- 30 As médias da OCDE e da Talis correspondem à média aritmética das estimativas dos respectivos países. Elas são calculadas para a maioria dos indicadores com base nos principais dados da população-alvo (Isced 2) apresentados neste relatório. Média da OCDE: média aritmética baseada nos dados dos professores (Isced 2) em 31 países e economias da OCDE com dados adjudicados. Média Talis: média aritmética baseada nos dados do professor (Isced 2) em 48 países e economias com dados adjudicados.

- 31 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais (inclusive a estimativa para complemento da aposentadoria futura do pessoal ativo), outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras; 2 - Estão computados nos cálculos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado; 3 - Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, juros e encargos da dívida, e amortizações da dívida da área educacional.
- 32 1 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio, estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado); 2 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de graduação (presencial e a distância, exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação **stricto sensu** - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações **lato sensu**); 3 - Esses dados referem-se aos investimentos em Educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios; 4 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa Escola; 5 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente; 6 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Sioppe), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 7 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi/STN), para todos os anos; 8 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 33 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras; 2 - Não se incluem nessas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.
- 34 Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE a preços de 2016.
- 35 Os gastos do Governo Federal, dos governos estaduais e do DF e dos governos municipais já estão deduzidos das transferências que não correspondem aos seus esforços fiscais. Também foram deduzidos eventuais gastos não educacionais.
- 36 A análise realizada pelo consultor legislativo Claudio Tanno considera a divisão das receitas vinculadas à Educação pelo número de matrículas dos municípios (ponderadas pelos pesos do Fundeb 2015). Agregam-se aos valores recebidos do Fundeb: 5% das receitas integrantes do Fundeb (totalizando os 25% constitucionais dos impostos que compõem o Fundeb), 25% das receitas não integrantes, cota-parte da contribuição do Salário-Educação, FCDF e transferências dos programas federais universais. Os dados foram levantados a partir das bases de FNDE/MEC e STN/MF, totalizando informações de 5.166 redes municipais e 27 redes estaduais e do DF.
- 37 A disponibilidade mínima de recursos por aluno/ano tem como referência o peso 1 do Fundeb (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, localidade urbana).
- 38 Os dados orçamentários não incluem as transferências relativas à cota-parte estadual/municipal do Salário-Educação. Apesar das transferências serem operacionalizadas pelo Ministério da Educação, esses recursos são alocados orçamentariamente no órgão "Transferências a Estados e Municípios", não sendo despesa propriamente do MEC.
- 39 Organização proposta pelo Todos Pela Educação: **(1) Administração e Encargos Trabalhistas:** Administração - Administração de Receitas; Administração - Administração Geral; Administração - Comunicação Social; Administração - Formação de Recursos Humanos; Administração - Normatização e Fiscalização; Administração - Tecnologia da Informação; Cultura - Difusão Cultural; Cultura - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico; Encargos Especiais - Serviço da Dívida Externa; Encargos Especiais - Serviço da Dívida Interna; Previdência Social - Previdência do Regime Estatutário; PT de RP sem correlação na nova funcional programática; Relações Exteriores - Cooperação Internacional; Segurança Pública - Informação e Inteligência; Trabalho - Proteção e Benefícios ao Trabalhador; Administração - Administração Financeira; Administração - Planejamento e Orçamento; Encargos Especiais - Outras Transferências; Reserva de Contingência; Trabalho - Empregabilidade; Previdência Social - Previdência Especial; Encargos Especiais - Outros Encargos Especiais; **(2) Educação Básica:** Assistência Social - Assistência à Criança e ao Adolescente; Assistência Social - Assistência Comunitária; Educação - Educação Básica (ajustada); Educação - Educação de Jovens e Adultos; Educação - Educação Especial; Educação - Educação Infantil; Saúde - Alimentação e Nutrição; Direitos da Cidadania - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Esporte e Lazer - Lazer; Esporte e Lazer - Desporto Comunitário; Direitos da Cidadania - Assistência aos Povos Indígenas; **(3) Educação Profissional:** Educação - Ensino Profissional; **(4) Educação Superior:** Ciência e Tecnologia - Desenvolvimento Científico e Engenharia; Ciência e Tecnologia - Difusão do Conhecimento Científico; Educação - Ensino Superior; Saúde - Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Saúde - Suporte Profilático e Terapêutico; Saúde - Atenção Básica.
- 40 A chamada "Regra de Ouro" é uma previsão constitucional cujo descumprimento acarreta em crime de responsabilidade fiscal. Por meio de tal previsão, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Trata-se de um mecanismo que limita a expansão da dívida pública do governo ao valor previsto para amortização da dívida e investimentos, por exemplo. Em outras palavras, a regra busca evitar o uso de recursos provenientes de dívida para o pagamento de despesas correntes. Para realizar operações de crédito (emissões de dívida pública) que excedam o montante das despesas de capital, é necessária autorização específica do Poder Legislativo por meio de maioria absoluta que aprova a obtenção de créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa. Em 2019, o crédito da "Regra de Ouro" foi autorizado pelo Congresso Nacional.

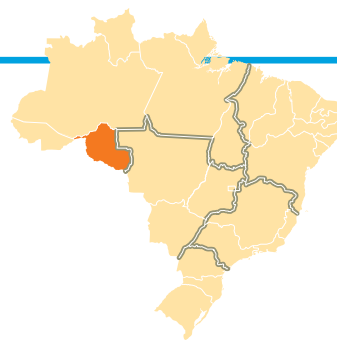




ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E CAPITAIS

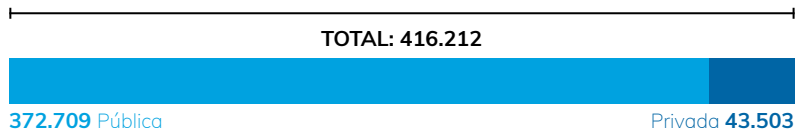
No ano passado, o Anuário Brasileiro da Educação Básica cresceu, introduzindo um quadro de informações essenciais sobre o ensino em cada Unidade Federativa. Em 2020, esse esforço se amplia, com a publicação de dados educacionais recentes sobre cada uma das capitais brasileiras.

RONDÔNIA

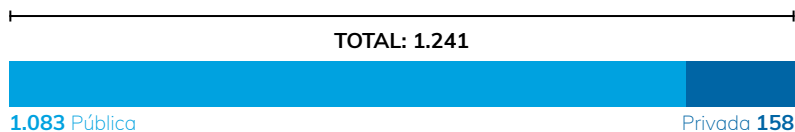


Em Rondônia, 44,2% dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem aprendizagem adequada para a etapa em Matemática, na rede pública. Já no Ensino Médio, esse percentual é de 3,5%. Para a capital Porto Velho, os patamares são de 35% e 4,9%, respectivamente. Além disso, 58 de cada 100 jovens do estado concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
1.777.225

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.136,00

12 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb			
EF 98,3 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica			
		Anos Iniciais			Língua Portuguesa 58,9 Matemática 46,4		
		Privada	84,8			73,9	7,2
		Pública	56,9			44,2	5,7
		Estadual	66,8		54,0	6,1	
		Anos Finais			Língua Portuguesa 39,6 Matemática 19,6	4,9	
Privada	70,6	54,4	6,5				
Pública	37,2	16,9	4,8				
Estadual	38,6	17,4	4,9				
EM 67,4 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica			
		Anos Iniciais			Língua Portuguesa 26,2 Matemática 5,7		
		Privada	61,3			31,8	5,5
		Pública	23,3			3,5	-
		Estadual	23,3		3,5	3,8	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

91

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

79

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

58

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

15.590  **94,3** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

57,9 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

61,9 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



PORTO VELHO

Rede Total

Atendimento Escolar (%)



de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

13,7



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

52,4



Matemática

35,0



Ideb

5,3

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Anos Finais

30,5



Língua Portuguesa

36,4



Matemática

14,0



4,5



de jovens de 15 a 17 anos na etapa

36,0



Língua Portuguesa

29,2



Matemática

4,9



3,8

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

96

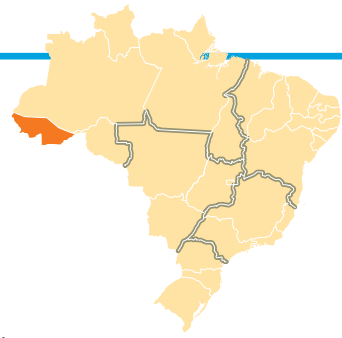
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

74

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

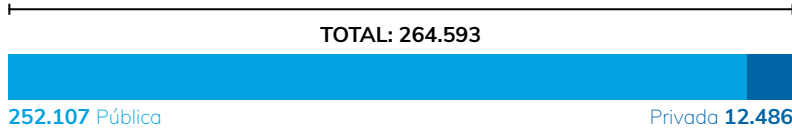
55

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

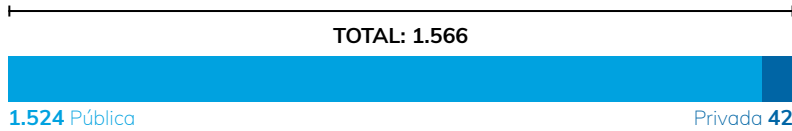


No Acre, um quinto dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem defasagem superior a dois anos em relação ao ano que deveriam cursar. Na rede pública, a aprendizagem adequada em Matemática é alcançada por 2,9% no Ensino Médio. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, 33,4% das turmas têm professores com formação compatível com a disciplina lecionada.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
881.935

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 890,00

21 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb			
EF 97,3 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 19,7 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Anos Finais 28,6 	de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Iniciais Língua Portuguesa: 61,9 Matemática: 51,0	Anos Iniciais 5,8	
		Anos Finais Língua Portuguesa: 33,9 Matemática: 14,5	Anos Finais 4,7			
EM 66,3 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Iniciais 19,7 	Anos Finais 28,6 	Anos Iniciais Língua Portuguesa: 61,9 Matemática: 51,0	Anos Iniciais 5,8		
					Anos Finais Língua Portuguesa: 33,9 Matemática: 14,5	Anos Finais 4,7
					Anos Iniciais Língua Portuguesa: 61,9 Matemática: 51,0	Anos Iniciais 5,8
EM 66,3 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Iniciais 19,7 	Anos Finais 28,6 	Anos Iniciais Língua Portuguesa: 61,9 Matemática: 51,0	Anos Iniciais 5,8		
					Anos Finais Língua Portuguesa: 33,9 Matemática: 14,5	Anos Finais 4,7
					Anos Iniciais Língua Portuguesa: 61,9 Matemática: 51,0	Anos Iniciais 5,8

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

88
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

74
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

56
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

11.331  **77,2** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

33,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

48,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



RIO BRANCO

Rede Total

Atendimento Escolar (%)



de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais **11,6**



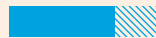
Anos Finais **19,9**



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa **69,8**



Matemática **58,9**



Língua Portuguesa **37,4**



Matemática **14,9**



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,4

4,8

3,6



de jovens de 15 a 17 anos na etapa

23,2



Língua Portuguesa **22,9**



Matemática **3,1**



De cada



estudantes que ingressam na escola



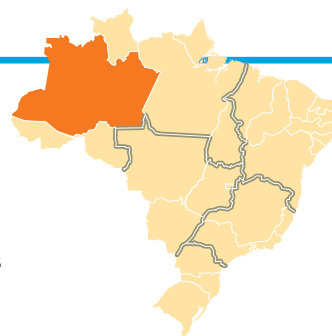
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos



concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

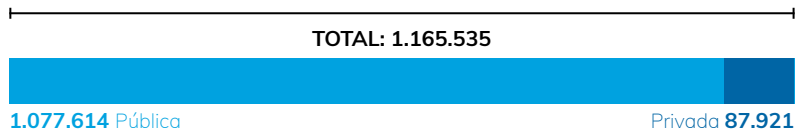


concluem o Ensino Médio aos 19 anos

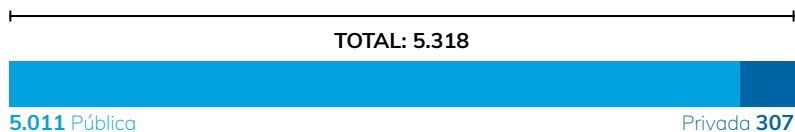


No Amazonas, apenas 1,9% dos alunos de Ensino Médio aprende o esperado para essa etapa em Matemática, na rede pública. Em Língua Portuguesa, o mesmo vale para 14,5% dos alunos. As turmas cujos professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam representam apenas 39,1% do total, nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
4.144.597

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 842,00

23

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb				
EF 97,6 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica				
				Anos Iniciais 15,5	Língua Portuguesa 50,5	Matemática 37,3	5,4
				Privada 82,1 Pública 47,8 Estadual 58,5	Privada 71,6 Pública 34,3 Estadual 44,0	Privada 7,0 Pública 5,3 Estadual 5,8	
EM 65,9 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 29,6	Língua Portuguesa 33,1	Matemática 12,8	4,5			
					Privada 66,9 Pública 30,9 Estadual 34,8	Privada 41,9 Pública 10,9 Estadual 12,5	Privada 6,1 Pública 4,4 Estadual 4,6
					40,1	Língua Portuguesa 16,6	Matemática 3,0
Privada 61,3 Pública 14,5 Estadual 14,2	Privada 25,2 Pública 1,9 Estadual 1,7	Privada 5,4 Pública - Estadual 3,3					

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

75

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

57

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

45.307



81,1



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

39,1 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

70,6 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



MANAUS

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,7

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

12,0



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

64,1



Matemática

48,3



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

5,9

Anos Finais

24,0



Língua Portuguesa

39,8



Matemática

15,1



4,7

EM

74,5

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

38,0



Língua Portuguesa

19,0



Matemática

2,4



3,3

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

90

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

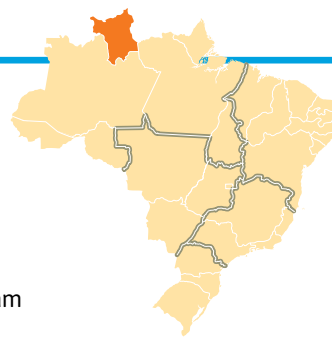
79

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

65

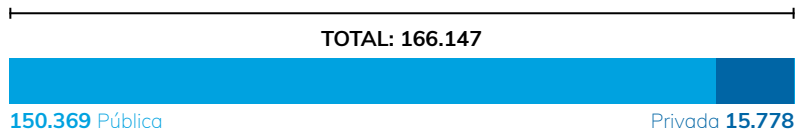
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

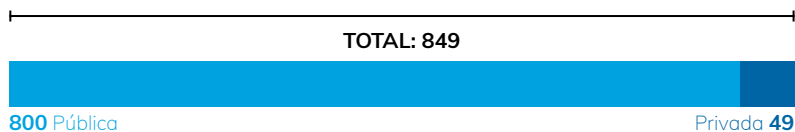


Em Roraima, 22,7% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental aprendem o esperado em Língua Portuguesa e 8,3% em Matemática, na rede pública. No Ensino Médio, as taxas são de 14,1% e 1,8%, respectivamente. Os docentes com formação compatível com a disciplina que lecionam representam 40,4% do total nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 51,4% no Ensino Médio.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
605.761

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.044,00

15

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb			
EF 95,6 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica			
				Anos Iniciais 15,5	Língua Portuguesa 50,2 Matemática 41,3	5,5
				Privada: 82,6 Pública: 47,6 Estadual: -	Privada: 74,0 Pública: 38,6 Estadual: -	Privada: 7,1 Pública: 5,4 Estadual: -
EM 71,9 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 25,8	Língua Portuguesa 25,7 Matemática 11,4	4,1			
				Privada: 65,4 Pública: 22,7 Estadual: 22,3	Privada: 52,5 Pública: 8,3 Estadual: 7,9	Privada: 6,0 Pública: 4,0 Estadual: 4,0
				EM 27,2	Língua Portuguesa 18,2 Matemática 4,3	3,5
Privada: 56,8 Pública: 14,1 Estadual: 13,3	Privada: 27,5 Pública: 1,8 Estadual: 1,5	Privada: 5,4 Pública: - Estadual: 3,3				

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

88

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

83

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

64

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

7.836  **75,8** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

40,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

51,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



BOA VISTA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

94,6

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

13,3



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

56,6



Matemática

49,0



Ideb

5,8

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Anos Finais

21,1



Língua Portuguesa

27,6



Matemática

10,7



4,2

EM

76,8

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

25,7



Língua Portuguesa

15,9



Matemática

2,0



3,4

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

93

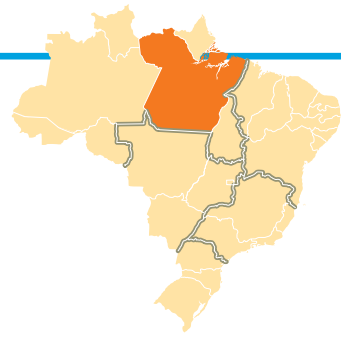
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

90

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

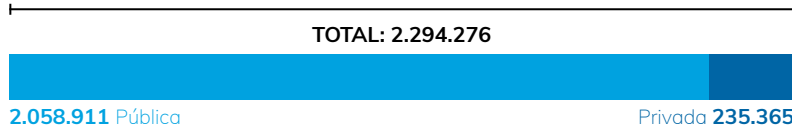
71

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

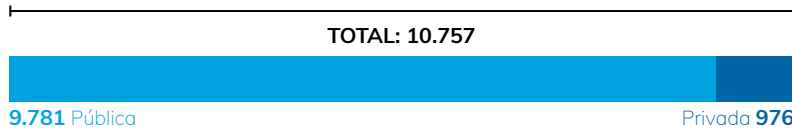


No Pará, de cada 100 alunos matriculados, aqueles que apresentam defasagem superior a dois anos em relação ao ano e à série que deveriam estar cursando são 21, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 39, nos Anos Finais, e 47, no Ensino Médio. Como resultado, apenas 47, de cada 100 jovens, se formam no Ensino Médio até os 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
8.602.865

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 807,00

25 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
EF 97,2 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 21,2 	Língua Portuguesa	Matemática	4,7		
		Privada	74,3		53,6	6,5
		Pública	34,1		20,2	4,5
	Estadual	38,9	20,5	4,5		
	Anos Finais 38,7 	Língua Portuguesa	Matemática	3,8		
		Privada	60,8		33,4	5,8
Pública		18,7	5,3		3,6	
Estadual	17,7	3,9	3,3			
EM 57,6 de jovens de 15 a 17 anos na etapa 	Língua Portuguesa	Matemática	3,1			
	Privada	62,1		27,5	5,5	
	Pública	10,1		1,1	-	
	Estadual	9,9		1,0	2,8	

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

79
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

64
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

47
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

84.137



84,1



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

50,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



59,4

Matemática



57,8

Ensino Médio

67,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



80,5

Matemática



81,5



BELÉM

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,4

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

19,5



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

44,5



Matemática

26,3



Ideb

4,8

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Anos Finais

37,9



Língua Portuguesa

23,5



Matemática

6,3



3,5

EM

67,3

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

48,3



Língua Portuguesa

14,4



Matemática

2,5



2,9

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

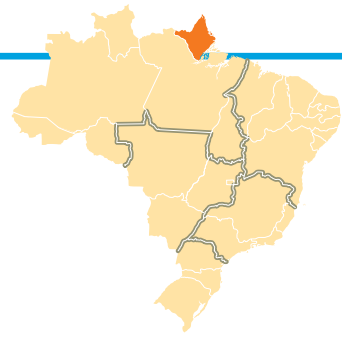
75

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

63

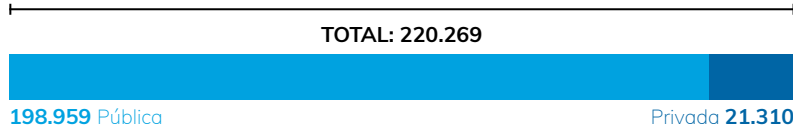
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

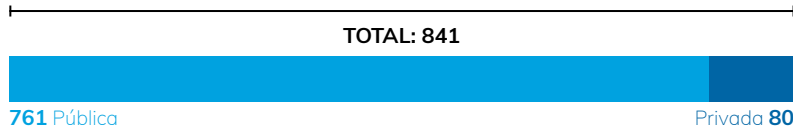


No Amapá, 21 em cada 100 alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão defasados dois ou mais anos em relação ao ano escolar que deveriam cursar. O estado também registra baixos índices de aprendizagem. Em Matemática, 17% dos alunos dos Anos Iniciais da rede pública e 0,9% no Ensino Médio possuem aprendizagem adequada para a etapa.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
845.731

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 880,00

22 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
EF 96,9 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 20,5 	Língua Portuguesa	Matemática	4,6		
		Privada	77,0		61,8	6,8
		Pública	31,7		17,0	4,4
		Estadual	31,4	17,4	4,5	
EM 68,4 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 35,1 	Língua Portuguesa	Matemática	3,8		
		Privada	63,4		33,6	6,0
		Pública	16,7		3,7	3,5
		Estadual	16,5	3,7	3,5	

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

82
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

75
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

10.796  **84,6** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

68,2 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

80,6 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



MACAPÁ

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

98,1

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

20,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

34,4



Matemática

18,2



Ideb

4,5

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Anos Finais

35,8



Língua Portuguesa

19,7



Matemática

4,4



3,6

EM

70,5

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

34,6



Língua Portuguesa

14,8



Matemática

1,0



3,1

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

86

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

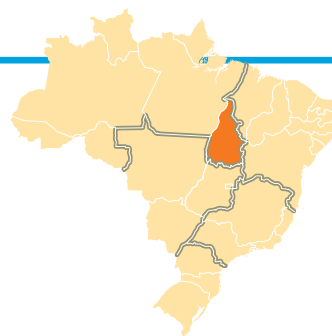
76

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

79

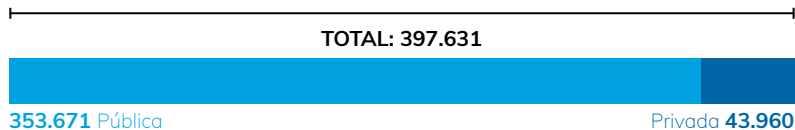
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

TOCANTINS

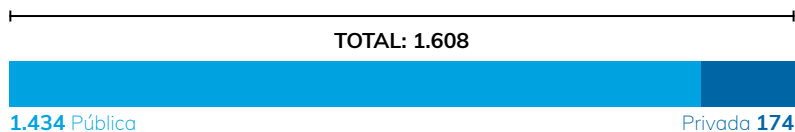


No Tocantins, 8 em cada 100 alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão com defasagem superior a dois anos em relação ao ano escolar que deveriam cursar, índice relativamente baixo para a região. Menos de 50% das turmas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio têm docentes com formação compatível para as disciplinas que lecionam.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
1.572.866

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.056,00

14 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 97,7 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 8,2 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Privada	86,7		76,1	7,3
		Pública	48,3		36,7	5,4
Estadual						
Estadual 57,4 46,9 5,8						
EM 69,8 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 25,5 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Privada	69,0		54,5	6,4
		Pública	31,5		15,8	4,5
Estadual						
Estadual 30,7 14,7 4,4						
Estadual 18,4 3,0 3,7						

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

93

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

81

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

62

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

19.290  **84,7** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

44,9 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

48,5 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



PALMAS

Rede Total

Atendimento Escolar (%)



de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

2,9



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

67,2



Matemática

57,3



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,5

Anos Finais

10,8



Língua Portuguesa

46,2



Matemática

28,1



5,3



de jovens de 15 a 17 anos na etapa

21,5



Língua Portuguesa

23,6



Matemática

3,8



3,6

De cada



estudantes que ingressam na escola



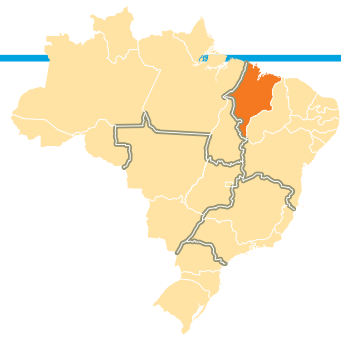
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos



concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

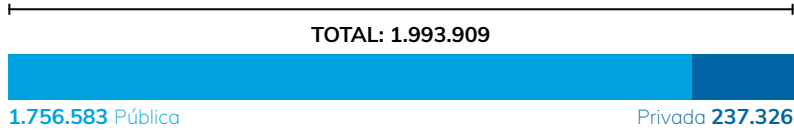


concluem o Ensino Médio aos 19 anos

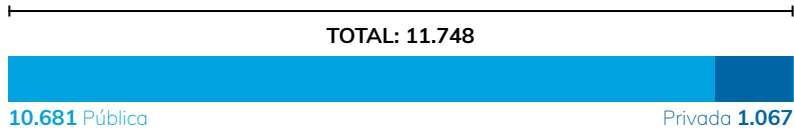


Na rede pública do Maranhão, 29 a cada 100 alunos aprendem o adequado em Língua Portuguesa, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O mesmo vale para 16 alunos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e 14, no Ensino Médio. Apenas 26,4% das turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental têm professores com formação compatível com as disciplinas que lecionam.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
7.075.181

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 636,00

27 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 97,4 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 13,3 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4,8		
		Privada	73,1		55,0	6,5
		Pública	28,9		16,2	4,5
		Estadual	43,4	21,8	4,1	
EM 66,1 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 29,8 	Língua Portuguesa	Matemática	3,9		
		Privada	57,6		31,7	5,7
		Pública	16,2		4,7	3,7
		Estadual	29,7	9,8	4,2	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

76

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

58

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

100.466



é o total de professores da Educação Básica

64,0



é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

26,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

53,1 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



SÃO LUÍS

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

95,0

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

18,2



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

37,9



Matemática

20,4



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

4,7

Anos Finais

26,5



Língua Portuguesa

25,9



Matemática

7,7



4,1

EM

78,9

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

24,6



Língua Portuguesa

25,2



Matemática

3,6



3,8

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

98

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

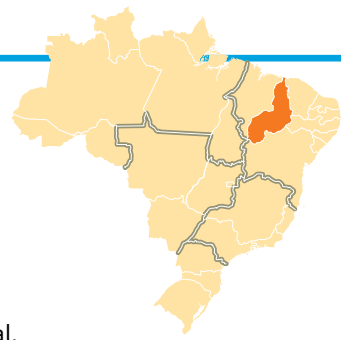
95

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

80

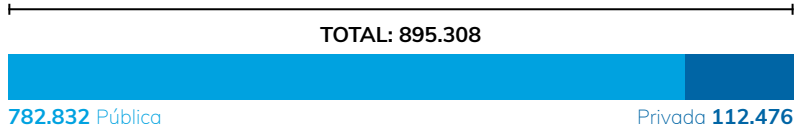
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

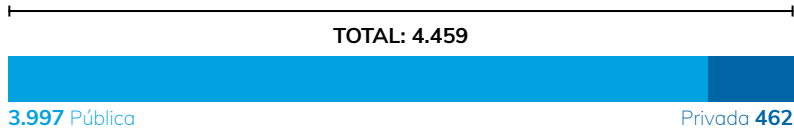


No Piauí, na rede pública, 42,4% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental aprendem o adequado para a etapa em Língua Portuguesa e 30,1% em Matemática. Já na capital Teresina, o patamar de aprendizagem adequada é consideravelmente maior nas disciplinas – 73,9% e 65,4%, respectivamente – assim como o Ideb, que alcança o patamar de 6,7 na capital.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
3.273.227

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 827,00

24 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb	
EF 98,2 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 16,9 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	80,9	67,7	6,8
		Pública	42,4	30,1	5,0
		Estadual	64,3	47,4	5,5
EM 64,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 31,5 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	72,9	53,9	6,3
		Pública	25,9	12,2	4,2
		Estadual	28,7	11,8	4,0
		Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	71,1	42,9	5,9
		Pública	13,4	2,3	-
		Estadual	13,2	2,1	3,3

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

86
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

68
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

60
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

45.357  **80,6** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

45,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

59,5 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



TERESINA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,6

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

7,3



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

73,9



Matemática

65,4



Ideb

6,7

Anos Finais

23,0



Língua Portuguesa

46,1



Matemática

28,2



5,2

EM

78,6

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

33,9



Língua Portuguesa

17,0



Matemática

3,0



3,3

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

99

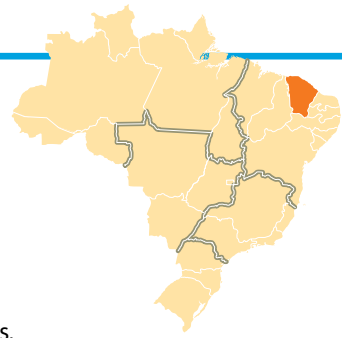
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

84

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

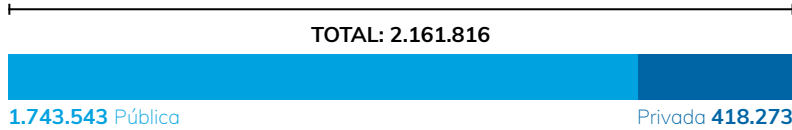
84

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

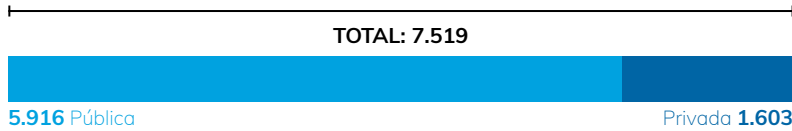


No Ceará, a porcentagem de alunos da rede pública com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa sai de um patamar relativamente alto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e diminui ao longo da Educação Básica: 63% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 39,9% nos Anos Finais e 21,9% no Ensino Médio. A cada 100 jovens, 68 concluem a Educação Básica até os 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
9.132.078

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 942,00

18 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb													
EF 98,5 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 6,9 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica												
		Anos Iniciais	Língua Portuguesa 65,7	Matemática 50,2	6,2											
		<table border="1"> <tr> <td>Privada</td> <td>75,7</td> <td>57,4</td> <td>6,5</td> </tr> <tr> <td>Pública</td> <td>63,0</td> <td>48,3</td> <td>6,1</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>58,6</td> <td>45,5</td> <td>6,7</td> </tr> </table>	Privada	75,7	57,4	6,5	Pública	63,0	48,3	6,1	Estadual	58,6	45,5	6,7		
Privada	75,7	57,4	6,5													
Pública	63,0	48,3	6,1													
Estadual	58,6	45,5	6,7													
EM 74,0 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 17,5 	Anos Finais	Língua Portuguesa 43,6	Matemática 22,7	5,1											
		<table border="1"> <tr> <td>Privada</td> <td>63,9</td> <td>40,0</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Pública</td> <td>39,9</td> <td>19,5</td> <td>4,9</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>36,9</td> <td>13,4</td> <td>4,5</td> </tr> </table>	Privada	63,9	40,0	6,0	Pública	39,9	19,5	4,9	Estadual	36,9	13,4	4,5		
		Privada	63,9	40,0	6,0											
Pública	39,9	19,5	4,9													
Estadual	36,9	13,4	4,5													
Anos Finais	Língua Portuguesa 27,3	Matemática 8,1	4,1													
<table border="1"> <tr> <td>Privada</td> <td>66,4</td> <td>34,6</td> <td>5,7</td> </tr> <tr> <td>Pública</td> <td>21,9</td> <td>4,3</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>21,8</td> <td>4,3</td> <td>3,8</td> </tr> </table>	Privada	66,4	34,6	5,7	Pública	21,9	4,3	-	Estadual	21,8	4,3	3,8				
Privada	66,4	34,6	5,7													
Pública	21,9	4,3	-													
Estadual	21,8	4,3	3,8													

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

92
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

80
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

97.450  **84,9** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

27,5 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

65,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



FORTALEZA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)



de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais
12,3



Anos Finais
27,2



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
65,2



Matemática
47,0



Língua Portuguesa
40,3



Matemática
14,2



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,0

4,7

4,0



de jovens de 15 a 17 anos na etapa

34,3



Língua Portuguesa
27,3



Matemática
5,0



De cada



estudantes que ingressam na escola



concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

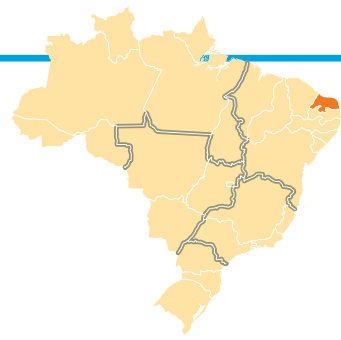


concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos



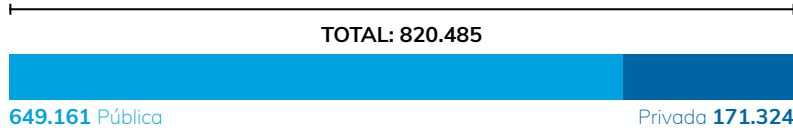
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

RIO GRANDE DO NORTE

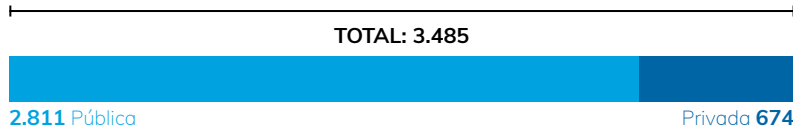


De cada 100 jovens, 51 se formam no Ensino Médio até os 19 anos. Nessa etapa, apenas 13%, em Língua Portuguesa, e 1,5%, em Matemática, possuem nível de aprendizagem adequada na rede pública. O Ideb total do estado é relativamente baixo em todas as etapas: 5,0 e 3,8, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, respectivamente, e 3,2, no Ensino Médio.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
3.506.853

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.057,00

13 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 98,6 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 12,8 	Língua Portuguesa	Matemática	5,0		
		Privada	79,6		63,3	6,6
		Pública	35,4		21,8	4,5
Anos Finais 35,5 	Anos Finais 35,5 	Língua Portuguesa	Matemática	3,8		
		Privada	56,7		43,7	5,9
		Pública	22,9		8,7	3,4
EM 61,9 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 41,4 	Língua Portuguesa	Matemática	3,2		
		Privada	58,1		22,5	5,2
		Pública	13,0		1,5	-
		Estadual	13,0	1,5	2,9	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

65

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

51

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

34.293



86,3



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

54,6 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

75,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



NATAL

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,6

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

13,9



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

41,8



Matemática

26,7



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

4,8

Anos Finais

45,8



Língua Portuguesa

26,7



Matemática

10,3



3,3

EM

67,0

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

48,7



Língua Portuguesa



Matemática



-

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

91

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

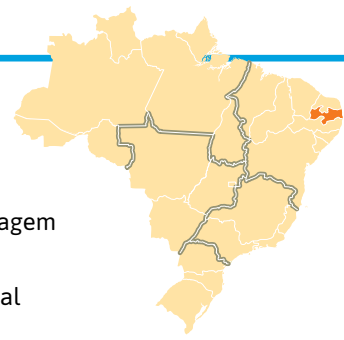
83

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

43

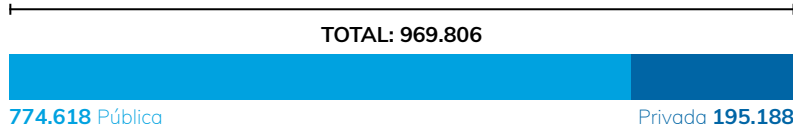
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

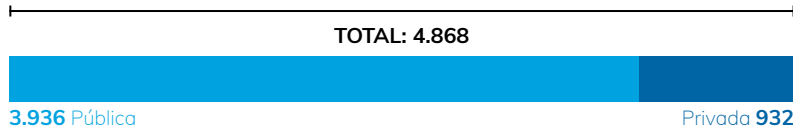


Na rede pública da Paraíba, 7,7% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 2,1% dos alunos de Ensino Médio atingem o nível de aprendizagem adequado em Matemática. Em Língua Portuguesa, esses percentuais são de 22,7% e 15,6%, respectivamente. O Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental é relativamente baixo, alcançando o patamar de 3,6, na rede pública.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
4.018.127

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 929,00

19 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb		
EF 97,7 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 15,6 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Anos Finais 32,2 	Língua Portuguesa 46,8	Matemática 34,1	5,1
		Privada 77,4 Pública 38,9 Estadual 40,1	Privada 63,1 Pública 26,6 Estadual 25,4	Privada 6,7 Pública 4,7 Estadual 4,7	
EM 55,5 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	31,6 	Anos Iniciais 15,6 	Anos Finais 32,2 	Anos Iniciais 15,6 	
		Língua Portuguesa 29,5	Matemática 14,3	3,9	
		Privada 60,8 Pública 22,7 Estadual 22,0	Privada 44,3 Pública 7,7 Estadual 7,4	Privada 6,0 Pública 3,6 Estadual 3,4	
Língua Portuguesa 23,8	Matemática 8,1	3,5			
Privada 59,7 Pública 15,6 Estadual 15,4	Privada 34,0 Pública 2,1 Estadual 2,0	Privada 5,2 Pública - Estadual 3,1			

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

63

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

56

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

47.182  **80,2** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

54,5 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

63,8 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



JOÃO PESSOA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)



de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais
19,9



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
48,5



Matemática
30,8



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

4,9

Anos Finais
34,0



Língua Portuguesa
28,1



Matemática
9,3



3,9



de jovens de 15 a 17 anos na etapa

35,0



Língua Portuguesa
20,4



Matemática
2,1



3,3

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

88

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

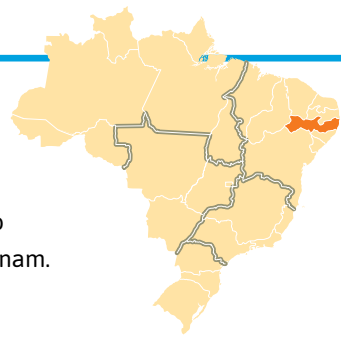
85

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

64

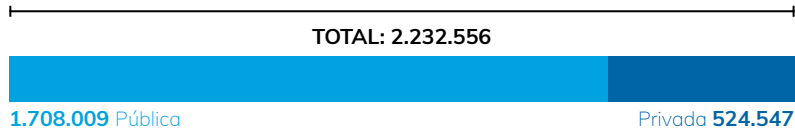
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

PERNAMBUCO

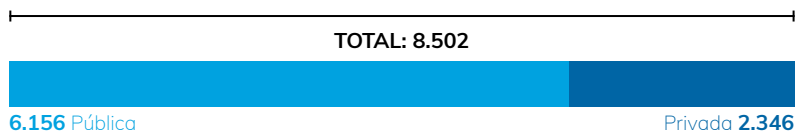


Em Pernambuco, um quarto dos professores não possui formação superior e metade das turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio têm aulas com docentes sem formação compatível com a disciplina que lecionam. Tanto no estado como na capital, 5 em cada 100 alunos do Ensino Médio da rede pública possuem nível de aprendizagem adequada em Matemática.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
9.557.071

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 970,00

17

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb	
EF 97,7 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 14,6 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
		Língua Portuguesa 49,7	Matemática 35,7	5,2
		Privada 74,8 Pública 42,0 Estadual 55,7	Privada 57,1 Pública 29,2 Estadual 40,8	Privada 6,4 Pública 4,8 Estadual 4,9
EM 68,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 26,3 	Língua Portuguesa 32,1	Matemática 15,4	4,4
		Privada 57,2 Pública 26,2 Estadual 28,8	Privada 34,0 Pública 11,0 Estadual 11,2	Privada 5,7 Pública 4,1 Estadual 4,5
		Língua Portuguesa 28,6	Matemática 8,5	4,1
Privada 64,2 Pública 23,3 Estadual 23,1	Privada 32,4 Pública 4,9 Estadual 4,8	Privada 5,6 Pública - Estadual 4,0		

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

84

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

73

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

87.205  **75,8** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

48,2 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

50,2 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



RECIFE

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF
97,3

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais
21,6



Anos Finais
29,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
50,5



Matemática
32,8



Língua Portuguesa
31,0



Matemática
12,0



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

5,0

4,4

EM
73,2

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

24,1



Língua Portuguesa
27,3



Matemática
4,6



3,9

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

93

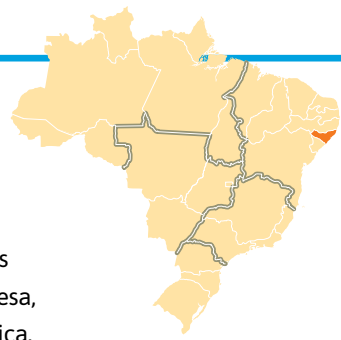
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

81

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

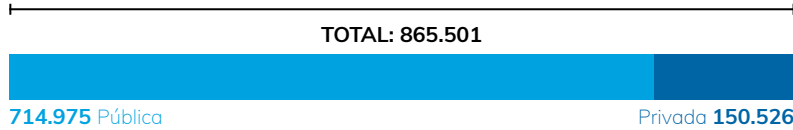
73

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

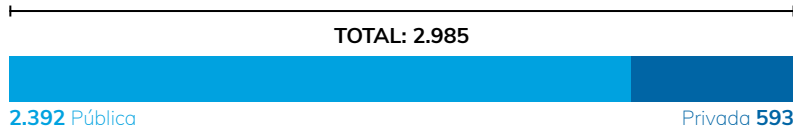


Em Alagoas, estado com uma das menores rendas domiciliares do País, são baixas as taxas de conclusão dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio até os 16 e 19 anos: 64% e 47%, respectivamente. Com relação aos níveis de aprendizagem adequada, o patamar era de 39,4%, em Língua Portuguesa, e 28,9%, em Matemática, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
3.337.357

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 731,00

26 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 97,6 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Anos Iniciais	Língua Portuguesa		Matemática	Ideb
		15,2	45,3		33,9	5,2
EM 57,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais	Língua Portuguesa	Matemática	Ideb		
		31,2	29,2	15,7	4,2	
		32,8	19,1	4,5	3,5	
		Privada	73,7	57,8	6,5	
		Pública	39,4	28,9	4,9	
		Estadual	41,0	25,8	4,9	
		Privada	57,3	43,4	5,9	
		Pública	23,5	10,1	3,9	
		Estadual	26,6	9,0	4,0	
		Privada	48,0	19,4	5,0	
		Pública	12,6	1,2	-	
		Estadual	12,6	1,2	3,3	

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

84
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

64
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

47
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

34.849



72,5



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

50,3 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



57,7

Matemática



49,2

Ensino Médio

63,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



82,2

Matemática



75,3



MACEIÓ

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

98,2

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

26,0



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

49,9



Matemática

33,7



Ideb

5,0

Anos Finais

37,8



Língua Portuguesa

25,9



Matemática

7,6



3,8

EM

62,7

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

37,0



Língua Portuguesa

16,8



Matemática

1,5



3,6

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

85

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

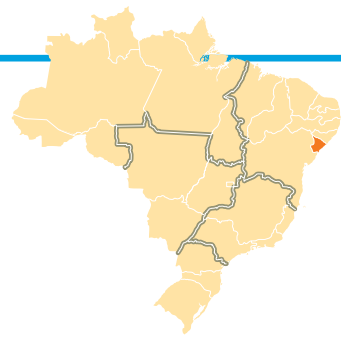
67

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

60

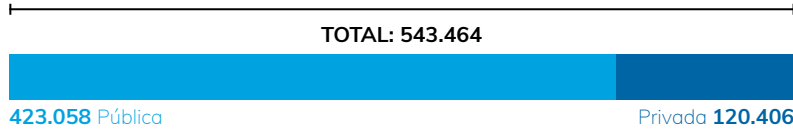
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

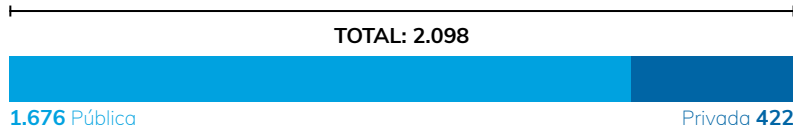


Em Sergipe, o atraso escolar é um desafio para as etapas da Educação Básica: estão com defasagem superior a dois anos em relação ao ano e à série que deveriam estar cursando 18,4% dos alunos nos Anos Iniciais, 38,9% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 41,3% no Ensino Médio. Isso se reflete na baixa proporção (50%) de jovens concluintes do Ensino Médio aos 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
2.298.696

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 980,00

16 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb	
	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
EF 97,4 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 18,4 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	42,6	30,9	4,9
		Pública	32,0	20,8	4,3
Anos Finais 38,9 	Anos Finais 38,9 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	30,5	14,1	3,9
		Pública	22,2	7,8	3,4
EM 46,6 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 41,3 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	27,2	8,7	3,7
		Pública	18,0	2,6	-
		Estadual	41,1	27,6	4,7
		Estadual	25,1	9,0	3,5
		Estadual	17,6	2,5	3,1

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

80
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

59
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

50
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

23.229



87,6



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

65,2 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

75,8 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



ARACAJU

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

96,8

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Anos Iniciais
25,3



Anos Finais
46,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
42,1



Língua Portuguesa
28,3



Matemática
25,9



Matemática
9,1



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

4,6

3,7

3,7

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

73

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

69

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

EM

59,2

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

42,7



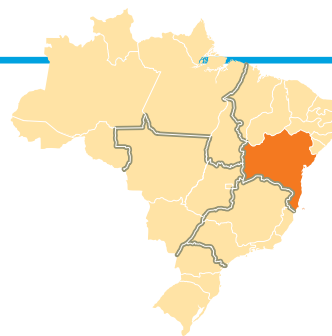
Língua Portuguesa
28,1



Matemática
4,6

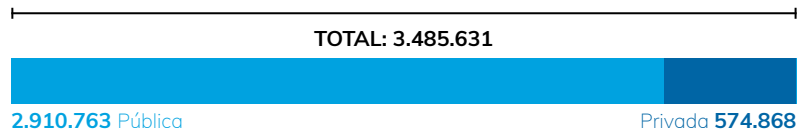


Estados

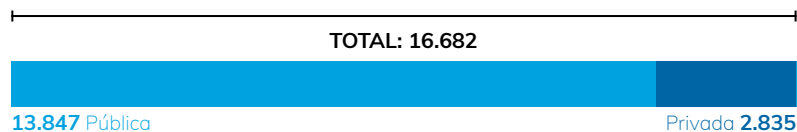


Na Bahia, apenas 39% das turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 37,8% do Ensino Médio têm aulas com docentes cuja formação é compatível com a disciplina que lecionam. O Ideb dessas etapas na rede total são relativamente baixos: 3,7 e 3, respectivamente. A defasagem idade-série é um desafio para todas as etapas da escolaridade.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
14.873.064

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 913,00

20 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
EF 97,6 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 18,6 	Língua Portuguesa	Matemática	5,1		
		Privada	76,0		60,6	6,6
		Pública	39,7		25,7	4,7
		Estadual	47,1	32,5	4,9	
EM 57,0 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 37,8 	Língua Portuguesa	Matemática	3,7		
		Privada	60,7		44,9	5,9
		Pública	21,3		7,2	3,4
		Estadual	24,4	8,1	3,2	
		Língua Portuguesa	Matemática	3,0		
Privada	66,3	33,4	5,6			
Pública	13,1	1,5	-			
		Estadual	13,0	1,4	2,7	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

80

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

61

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

50

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

156.521



75,0



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

39,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



47,5

Matemática



46,7

Ensino Médio

37,8 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



43,5

Matemática



59,2



SALVADOR

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

98,2

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

24,1



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

55,4



Matemática

36,8



Ideb

5,3

Anos Finais

48,3



Língua Portuguesa

24,0



Matemática

7,4



3,2

EM

66,7

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

51,7



Língua Portuguesa

16,8



Matemática

2,0



2,6

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

87

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

61

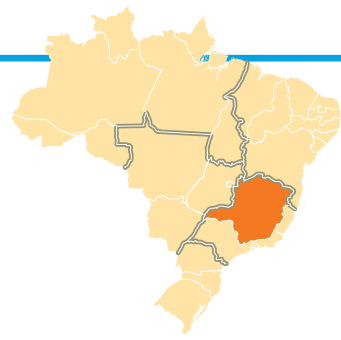
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

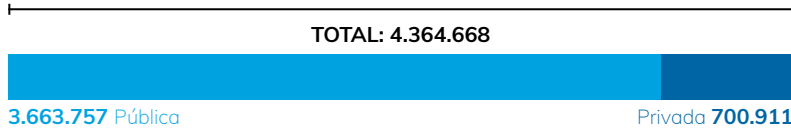
Estados

MINAS GERAIS

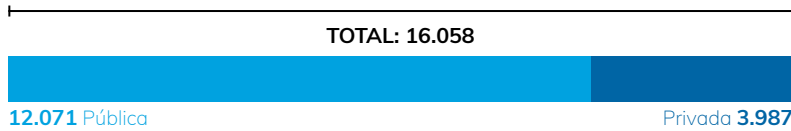


O estado de Minas Gerais se destaca no Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, alcançando o patamar de 6,3 na rede pública. Com relação à aprendizagem, a Matemática segue sendo uma questão importante a ser enfrentada, em especial, no Ensino Médio, etapa na qual apenas 6,4% dos jovens da rede pública apresentam nível de aprendizagem adequada.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
21.168.791

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.358,00

10 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb	
EF 98,9 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 3,8 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)			
		Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	93,4	91,1	8,0
		Pública	67,7	56,6	6,3
		Estadual	69,0	57,4	6,5
		Privada	83,1	74,5	7,0
		Pública	39,0	20,2	4,5
		Estadual	37,8	19,6	4,4
EM 78,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 17,2 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)			
		Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	82,1	60,2	6,3
		Pública	29,0	6,4	-
		Estadual	28,6	6,0	3,6

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

95

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

83

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

68

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

223.930



89,8



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

71,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

72,8 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



BELO HORIZONTE

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

99,7

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

4,4



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

70,6



Matemática

59,3



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,4

Anos Finais

19,6



Língua Portuguesa

42,5



Matemática

22,4



4,5

EM

80,2

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

28,4



Língua Portuguesa

29,4



Matemática

6,0



3,3

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

88

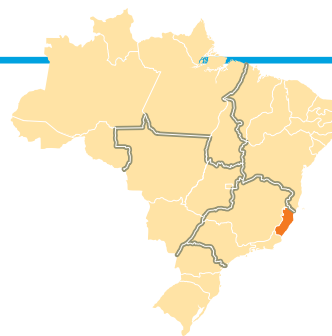
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

73

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

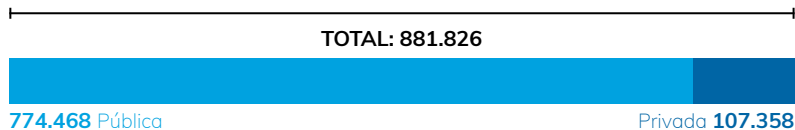
Estados

ESPÍRITO SANTO

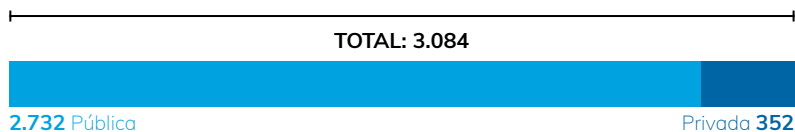


No Espírito Santo, a cada 100 jovens, 58 concluem o Ensino Médio até os 19 anos. É uma diferença acentuada para os 84% observados na capital Vitória. Apesar de se situar em patamar ainda baixo, Vitória se destaca por ser a capital com os maiores níveis de aprendizagem adequada no Ensino Médio (9,8%, em Matemática, e 38%, em Língua Portuguesa).

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
4.018.650

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.477,00

8

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 97,5 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 11,0 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Privada	90,7		86,2	7,8
		Pública	61,0		48,1	5,7
		Estadual	63,0	48,5	5,9	
EM 65,1 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 28,4 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		
		Privada	79,3		69,1	6,9
		Pública	38,5		20,2	4,4
		Estadual	37,8	19,5	4,4	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

93

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

74

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

58

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

42.260



97,3



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

63,1 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



67,7

Matemática



63,5

Ensino Médio

60,6 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



67,5

Matemática



74,8



VITÓRIA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,1

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

7,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

56,8



Matemática

42,9



Ideb

5,6

Anos Finais

25,7



Língua Portuguesa

30,8



Matemática

16,1



4,3

EM

79,5

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

30,5



Língua Portuguesa

38,0



Matemática

9,8



4,2

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

100

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

82

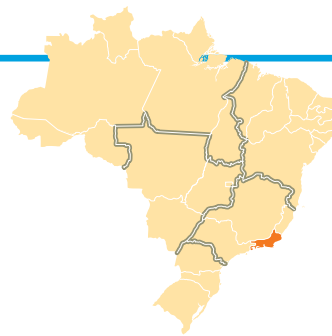
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

84

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

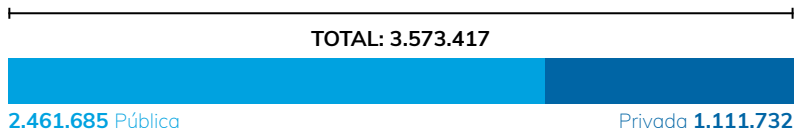
Estados

RIO DE JANEIRO

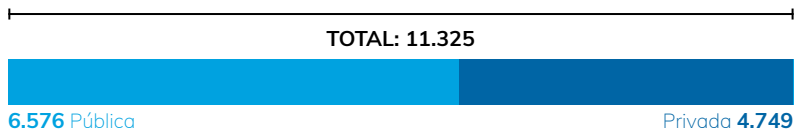


No estado do Rio de Janeiro, cerca de 66 a cada 100 jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Nessa etapa, apenas 4,2% dos jovens da rede pública possuem nível de aprendizagem adequada em Matemática, e o mesmo ocorre para 24,5% dos alunos, em Língua Portuguesa. Situação similar se verifica na capital do estado.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
17.264.943

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.882,00

3

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb		
EF 97,4 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 16,3 	Língua Portuguesa	Matemática	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 5,8		
		Privada	82,3		72,2	6,9
		Pública	57,0		42,4	5,3
		Estadual	70,1	39,1	4,8	
EM 72,7 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 29,6 	Língua Portuguesa	Matemática	4,7		
		Privada	68,7		47,3	6,2
		Pública	35,0		15,1	4,2
		Estadual	28,7	10,8	3,7	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

88

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

75

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

66

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

158.398



72,9

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

74,3 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

77,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



RIO DE JANEIRO

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,2

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

13,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

60,8



Matemática

49,2



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

5,7

Anos Finais

27,4



Língua Portuguesa

41,9



Matemática

20,6



4,7

EM

81,8

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

42,6



Língua Portuguesa

21,8



Matemática

2,3



3,3

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

92

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

87

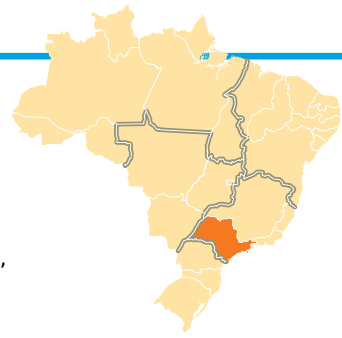
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

71

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

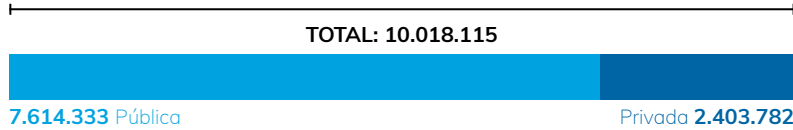
Estados

SÃO PAULO

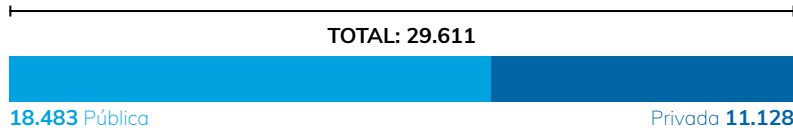


Em São Paulo, 35% das turmas do Ensino Médio têm aulas com professores que não possuem formação compatível com a disciplina que lecionam. Com relação ao nível de aprendizagem adequada em Matemática, na rede pública, o percentual é de apenas 4,3% na etapa. O Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é o maior do País, alcançando o patamar de 6,6 na rede total.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
45.919.049

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.946,00

2 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb		
EF 98,3 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 4,0 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Anos Iniciais 4,0	Língua Portuguesa 73,9	Matemática 65,0	6,6
		Privada 89,6 Pública 70,3 Estadual 69,9	Privada 81,4 Pública 61,2 Estadual 62,1	Privada 7,4 Pública 6,5 Estadual 6,5	
EM 83,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 10,7 	Anos Finais 10,7	Língua Portuguesa 47,0	Matemática 28,0	5,3
		Privada 76,5 Pública 39,5 Estadual 38,5	Privada 64,0 Pública 18,9 Estadual 17,5	Privada 6,8 Pública 4,9 Estadual 4,8	
		Anos Finais 11,9	Língua Portuguesa 33,3	Matemática 9,9	4,2
Privada 68,3 Pública 26,7 Estadual 26,6	Privada 39,8 Pública 4,3 Estadual 4,2	Privada 5,9 Pública - Estadual 3,8			

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

95
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

95
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

78
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

469.057



93,1



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

71,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

65,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



SÃO PAULO

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

98,8

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

4,9



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

66,2



Matemática

56,0



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,3

Anos Finais

14,3



Língua Portuguesa

31,4



Matemática

12,1



4,4

EM

84,3

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

17,6



Língua Portuguesa

24,0



Matemática

2,8



3,6

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

94

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

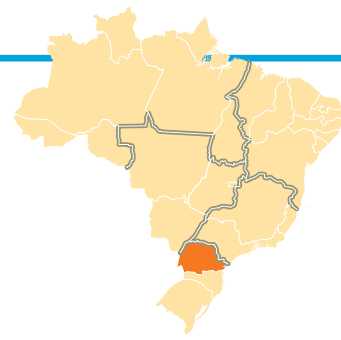
94

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

73

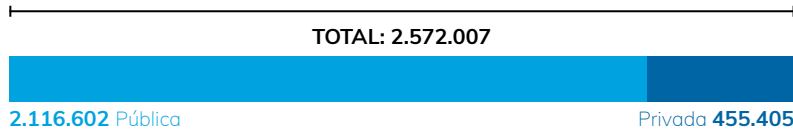
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

Estados

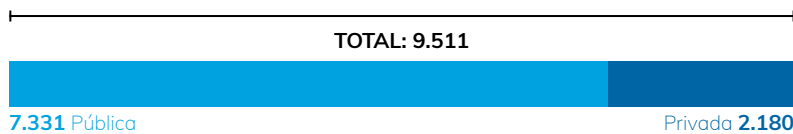


No Paraná, 62,7% dos alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública possuem nível de aprendizagem adequada em Matemática. Contudo, nas etapas seguintes, os índices diminuem. O Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é um dos maiores do País, alcançando o patamar de 6,5 em sua rede total.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
11.433.957

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.621,00

6 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb	
EF 98,3 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 6,0 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 6,5	
		Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)			
		Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	87,3	82,7	7,4
		Pública	71,4	62,7	6,3
		Estadual	46,9	43,9	6,3
		Língua Portuguesa	45,4	25,9	4,9
		Privada	72,5	59,9	6,7
		Pública	41,3	20,8	4,7
		Estadual	41,2	20,7	4,6
EM 75,7 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 16,5 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4,0	
		Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)			
		Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	66,4	41,3	5,9
		Pública	26,3	4,9	-
		Estadual	26,1	4,7	3,7

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

94
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

85
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

71
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

137.660



92,0



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

81,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

78,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



CURITIBA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

98,8

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

2,3



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

70,7



Matemática

61,3



Ideb

6,4

Anos Finais

14,3



Língua Portuguesa

44,3



Matemática

23,4



4,8

EM

72,4

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

19,2



Língua Portuguesa

33,7



Matemática

8,0



3,9

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

97

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

81

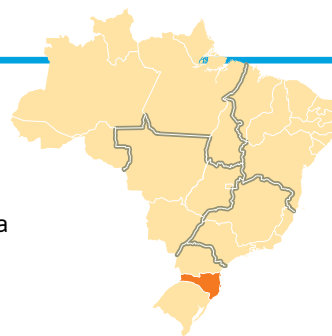
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

75

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

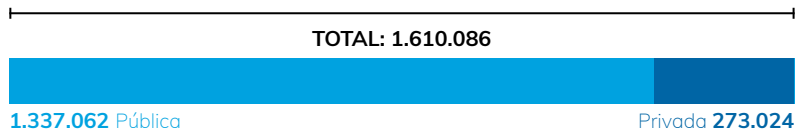
Estados

SANTA CATARINA

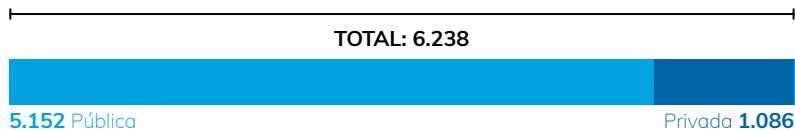


Em Santa Catarina, 76,8% dos jovens de 15 a 17 anos estão no Ensino Médio. Há desafios relacionados à formação de professores na etapa. São 35 em cada 100 turmas de Ensino Médio com docentes sem formação compatível com as disciplinas que lecionam. O Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é um dos maiores do País, alcançando o patamar de 6,5 em sua rede total.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
7.164.788

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.769,00

5

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb		
EF 98,0 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 6,5 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Anos Iniciais 6,5	Língua Portuguesa 72,8	Matemática 62,2	6,5
		Privada 91,0 Pública 70,3 Estadual 66,3	Privada 88,7 Pública 58,6 Estadual 52,9	Privada 7,8 Pública 6,3 Estadual 6,0	
EM 76,8 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 19,5 	Anos Finais 19,5	Anos Finais 19,5	Anos Finais 19,5	
		Anos Finais 19,5	Língua Portuguesa 48,3	Matemática 28,6	5,2
		Privada 72,1 Pública 45,2 Estadual 42,1	Privada 61,9 Pública 24,4 Estadual 21,6	Privada 6,6 Pública 5,0 Estadual 4,8	
EM 76,8 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 21,6 	Anos Finais 21,6	Anos Finais 21,6	Anos Finais 21,6	
		Anos Finais 21,6	Língua Portuguesa 33,9	Matemática 13,3	4,1
		Privada 70,0 Pública 23,3 Estadual 22,9	Privada 45,6 Pública 3,8 Estadual 3,5	Privada 6,0 Pública - Estadual 3,6	

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

95

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

85

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

70

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

84.466



89,8



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

68,5 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

65,0 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



FLORIANÓPOLIS

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

97,1

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

8,8

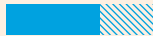


Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

62,3



Matemática

48,2



Ideb

5,8

Anos Finais

23,0



Língua Portuguesa

41,6



Matemática

20,8



4,7

EM

86,0

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

34,4



Língua Portuguesa

22,9



Matemática

4,3



3,5

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

95

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

74

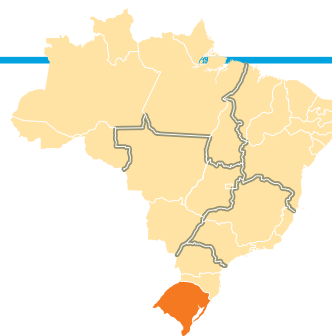
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

78

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

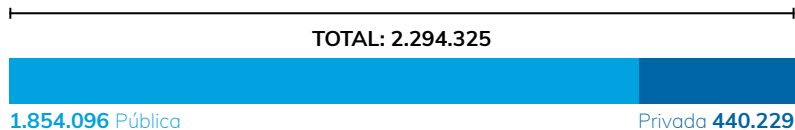
Estados

RIO GRANDE DO SUL

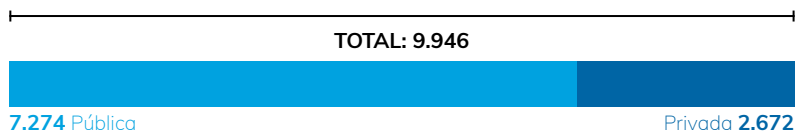


No Rio Grande do Sul, os maiores desafios de aprendizagem estão nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em especial, em Matemática. Na rede pública, o percentual de alunos com aprendizagem adequada nessa disciplina é de 19,8% e 5,9%, respectivamente. A cada 100 jovens, 62 concluem a Educação Básica até os 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
11.377.239

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.843,00

4

Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb
	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
EF	Anos Iniciais	Língua Portuguesa	Matemática	
98,3	10,7	63,9	52,0	5,8
de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa		Privada 86,8	83,6	7,4
		Pública 60,6	47,5	5,6
		Estadual 63,4	49,8	5,7
	Anos Finais	Língua Portuguesa	Matemática	
	29,8	46,1	25,5	4,6
		Privada 79,6	67,1	6,7
		Pública 41,5	19,8	4,4
		Estadual 42,5	19,9	4,3
		Língua Portuguesa	Matemática	
EM	29,9	36,5	12,1	3,7
de jovens de 15 a 17 anos na etapa		Privada 73,6	46,0	5,9
		Pública 29,8	5,9	-
		Estadual 29,5	5,5	3,4

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

89

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

72

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

62

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

116.024



86,1



é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

69,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

66,6 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



PORTO ALEGRE

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF

99,4

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

19,8



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

55,8



Matemática

38,3



Ideb

4,9

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Anos Finais

43,9



Língua Portuguesa

41,3



Matemática

17,1



3,9

EM

72,5

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

44,1



Língua Portuguesa

-



Matemática

-



-

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

78

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

68

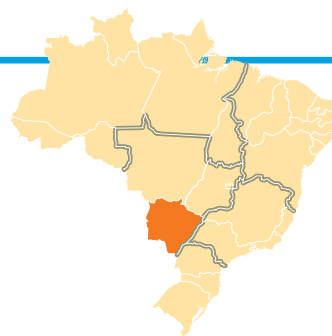
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

60

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

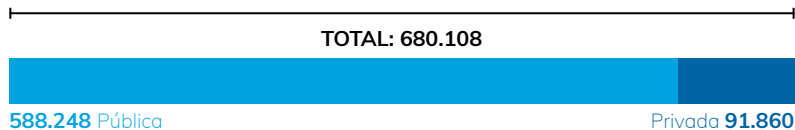
Estados

MATO GROSSO DO SUL

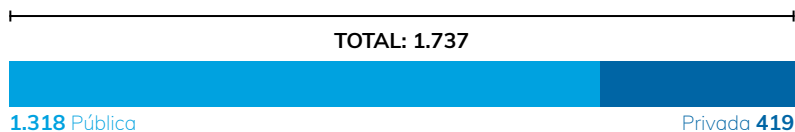


No Mato Grosso do Sul, enquanto 59,5% dos alunos da rede pública dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresentam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, o mesmo ocorre para 24,9% dos jovens no Ensino Médio. Além disso, menos da metade dos jovens do estado concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
2.778.986

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.514,00

7 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb	
EF 98,1 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 15,1 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	88,3	80,2	7,4
		Pública	59,5	44,7	5,5
		Estadual	62,0	46,4	5,6
EM 67,4 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 28,8 	Língua Portuguesa	Matemática		
		Privada	71,0	53,5	6,5
		Pública	39,2	18,5	4,6
		Estadual	39,9	18,6	4,6

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

88
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

76
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

49
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

32.279  **94,9** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

74,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

70,1 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



CAMPO GRANDE

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF
98,8

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

EM
80,0

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais
10,7



Anos Finais
20,8



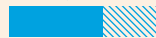
26,6



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
61,8



Matemática
45,2



Língua Portuguesa
40,6



Matemática
19,2



Língua Portuguesa
30,6



Matemática
6,3



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

5,7

4,8

3,7

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

95

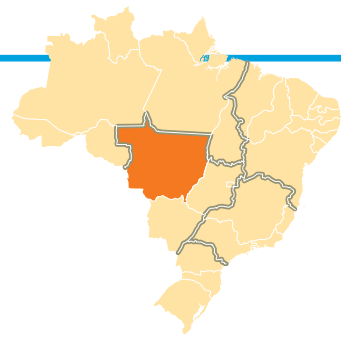
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

92

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

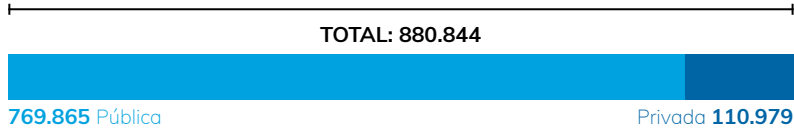
63

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

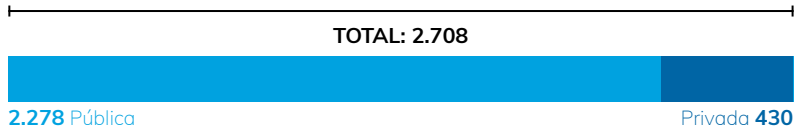


Além dos baixos percentuais de aprendizagem adequada dos alunos da rede pública no Ensino Médio, o Mato Grosso também enfrenta desafios significativos na formação dos professores: 70% das turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio têm aulas com docentes sem formação compatível com as disciplinas que lecionam.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
3.484.466

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.403,00

9 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb
EF 97,7 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais) Anos Iniciais 4,7 	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede) Língua Portuguesa 57,8 Matemática 44,7	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 5,9
		Privada 87,5 77,9 7,3 Pública 53,7 40,1 5,7 Estadual 53,8 40,4 5,8	
		Anos Finais 10,4 	
EM 77,2 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	23,9 	Língua Portuguesa 23,7 Matemática 5,7	3,5
		Privada 62,3 30,5 5,6 Pública 18,7 2,5 - Estadual 18,7 2,5 3,2	

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

95
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

83
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

67
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

41.273  **91,6** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

30,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

30,3 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



CUIABÁ

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF
96,1

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais

5,7



Anos Finais

12,0



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa

52,8



Matemática

35,9



Língua Portuguesa

27,6



Matemática

10,4



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

5,6

4,5

3,0

EM
77,3

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

27,2



Língua Portuguesa

15,6



Matemática

2,0



De cada

100

estudantes que ingressam na escola

97

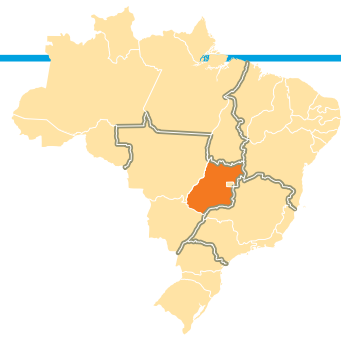
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

86

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

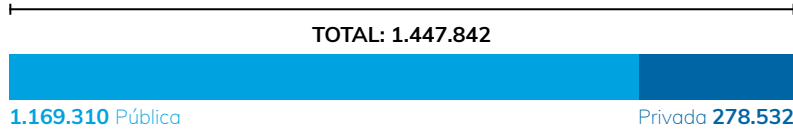
77

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

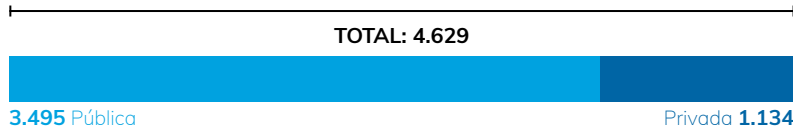


Em Goiás, 75,8% dos jovens de 15 a 17 anos estão no Ensino Médio e 73% deles concluem a Educação Básica até os 19 anos. Em Goiânia, esses percentuais chegam a 82,4% e a 86%, respectivamente. O estado se destaca no Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, alcançando o patamar de 6,1 em sua rede total.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
7.018.354

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 1.306,00

11 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)	Ideb		
EF 98,4 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 7,0 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)	Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
		Anos Iniciais 7,0	Língua Portuguesa 66,0	Matemática 51,0	6,1
		Privada 81,1 Pública 62,8 Estadual 71,8	Privada 71,2 Pública 46,7 Estadual 63,3	Privada 7,0 Pública 5,9 Estadual 6,6	
EM 75,8 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 17,8 	Anos Finais 17,8	Anos Finais 17,8	Anos Finais 17,8	
		Anos Finais 17,8	Língua Portuguesa 46,7	Matemática 24,7	5,3
		Privada 65,5 Pública 42,7 Estadual 44,7	Privada 45,3 Pública 20,4 Estadual 22,3	Privada 6,2 Pública 5,1 Estadual 5,2	
EM 75,8 de jovens de 15 a 17 anos na etapa	Anos Finais 19,6 	Anos Finais 19,6	Anos Finais 19,6	Anos Finais 19,6	
		Anos Finais 19,6	Língua Portuguesa 33,9	Matemática 9,9	4,3
		Privada 61,0 Pública 29,0 Estadual 28,9	Privada 31,0 Pública 6,1 Estadual 6,1	Privada 5,5 Pública - Estadual 4,3	

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

94
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

85
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

73
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

62.599  **90,0** 

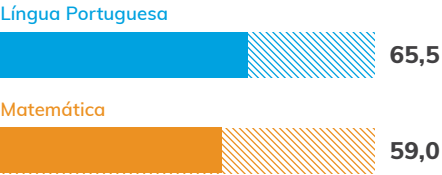
é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

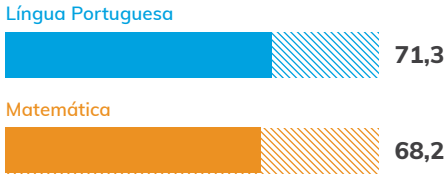
Ensino Fundamental – Anos Finais

50,1 Todas as disciplinas



Ensino Médio

49,0 Todas as disciplinas



GOIÂNIA

Rede Total




Atendimento Escolar (%)

EF

96,8

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb
<small>Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)</small>	<small>Língua Portuguesa</small>	<small>Matemática</small>	<small>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica</small>
Anos Iniciais 3,1 	63,3	41,4	5,9
Anos Finais 11,1 	46,3	21,7	5,3
18,1 	34,6	8,7	4,4

EM

82,4

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

93

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

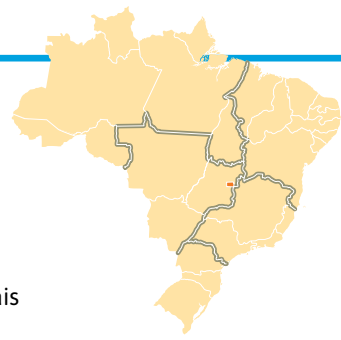
85

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

86

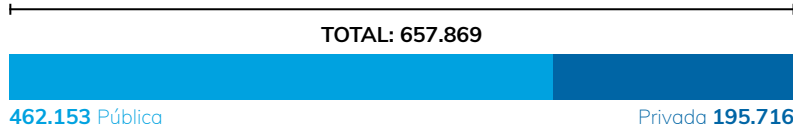
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

DISTRITO FEDERAL

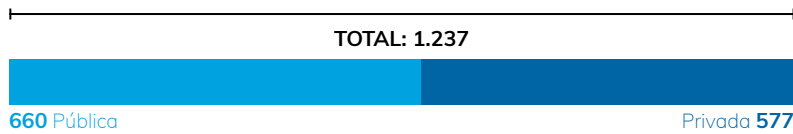


Na unidade federativa com maior renda per capita do País, 79% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 67,1% dos alunos da rede pública apresentam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. O distrito se destaca no Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, alcançando o patamar de 6,3 em sua rede total.

Matrículas na Educação Básica



Estabelecimentos da Educação Básica



População
3.015.268

Rendimento Domiciliar per Capita
R\$ 2.686,00

1 Posição no País

Rede Total

Atendimento Escolar (%)	Defasagem (%)	Aprendizagem (%)		Ideb
EF 98,1 de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa	Anos Iniciais 8,7 	Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
		Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Total e por Rede)		
		Língua Portuguesa	Matemática	
		72,2	61,3	6,3
		Privada 87,0	81,0	7,4
		Pública 67,1	54,5	6,0
		Estadual 67,1	54,5	6,0
		Língua Portuguesa	Matemática	
		45,8	28,1	4,9
		Privada 72,2	59,8	6,5
		Pública 36,2	16,5	4,3
		Estadual 35,8	16,1	4,3
		Língua Portuguesa	Matemática	
		39,3	17,0	4,1
		Privada 70,8	47,2	6,0
		Pública 26,7	5,0	-
		Estadual 26,3	4,7	3,4

De cada

100
estudantes que ingressam na escola

87
concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

79
concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

79
concluem o Ensino Médio aos 19 anos

30.136  **96,0** 

é o total de professores da Educação Básica

é o percentual de professores com nível superior de escolaridade

Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam

Ensino Fundamental – Anos Finais

76,4 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



Ensino Médio

75,7 Todas as disciplinas

Língua Portuguesa



Matemática



BRASÍLIA

Rede Total

Atendimento Escolar (%)

EF
98,1

de crianças e jovens de 6 a 14 anos na etapa

EM
74,4

de jovens de 15 a 17 anos na etapa

Rede Pública

Defasagem (%)

Crianças e jovens com idade acima da recomendada para a etapa (dois anos ou mais)

Anos Iniciais
11,4



Anos Finais
26,7



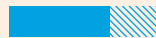
28,6



Aprendizagem (%)

Crianças e jovens com aprendizado adequado para a etapa (Rede Pública)

Língua Portuguesa
67,1



Matemática
54,5



Língua Portuguesa
36,2



Matemática
16,5



Língua Portuguesa
26,7



Matemática
5,0



Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

6,0

4,3

3,4

De cada

100

estudantes que ingressam na escola

87

concluem o Ensino Fundamental 1 aos 12 anos

79

concluem o Ensino Fundamental 2 aos 16 anos

79

concluem o Ensino Médio aos 19 anos

CRÉDITOS DAS FOTOS

Pág. 20 © CiydemImages/Istock Photo/Getty Images

Pág. 34 © DRB Images/Istock Photo/Getty Images

FONTES IMPORTANTES DE CONSULTA

Inep: <http://www.inep.gov.br>

MEC: <http://www.mec.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br>

Em sua nona edição, o Anuário Brasileiro da Educação Básica consolida seu espaço como fonte de informação abrangente, didática, precisa e de credibilidade para toda a sociedade.

Com o advento da pandemia de Covid-19, o Anuário se mostra ainda mais importante para que se possa entender e medir o impacto a curto, médio e longo prazo sobre a Educação.

Informações de qualidade e evidências científicas serão imprescindíveis para subsidiar as medidas de mitigação e para planejar o futuro – sempre na direção da diminuição das desigualdades e da garantia do direito à aprendizagem para todos, em qualquer contexto.

